

DELANE PESSOA MATIAS

**ABUSO SEXUAL E SOCIOMETRIA: UM ESTUDO DOS VÍNCULOS AFETIVOS EM
FAMÍLIAS INCESTUOSAS.**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de
Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do
Ceará -UFC, como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Psicologia.**

Orientadora:

Prof^a. Dr^a Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

FORTALEZA

2006

DELANE PESSOA MATIAS

**ABUSO SEXUAL E SOCIOMETRIA: UM ESTUDO DOS VÍNCULOS AFETIVOS EM
FAMÍLIAS INCESTUOSAS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Data da aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

**Prof^a. Dr^a Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
(Orientadora)**

Prof^a. Dr^a Ângela de Alencar Araripe Pinheiro – UFC

Prof^a. Dr^a Ana Ruth Macedo Monteiro – UECE

A meu pai, in memoriam

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte permanente de conforto e esperança, pelo dom sagrado da vida

A minha família, berço de afeto e identidade.

A todas as famílias que, em determinado momento de sua existência, se vêem às voltas com a experiência impactante da violência.

A todos os amigos, que, por fazerem parte de minha vida, colaboraram direta ou indiretamente com a realização desse trabalho, quando depositaram em mim seu mais legítimo voto de confiança.

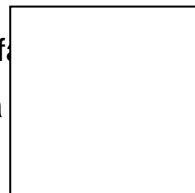
A meus superiores da Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará, pela oportunidade que me foi concedida através da liberação das minhas funções por tão extenso período de tempo, e por me abrirem as portas da Instituição tornando possível o acesso às famílias.

A Veriana, pelo equilíbrio e serenidade na condução desse trabalho.

À Wedja, permanente incentivadora, pela confiança incondicional depositada e por ter me guiado pelos caminhos da Ciência Socionômica, possibilitando-me a compreensão de que esta deve ser entendida como expressão de vida

A todos os colegas da FEPS do Brasil, berço de afeto e de conhecimento

E por fim, meus agradecimentos especiais a todas as famílias que não gentilmente se dispuseram a participar desse trabalho, abrindo para mim a porta de suas casas, mas também seus próprios corações.



“Ressuscita-me,
Quero acabar de viver o que me cabe
Minha vida
Para que não mais existam amores servis.....
Ressuscita-me, lutando contra as misérias do cotidiano,
ressuscita-me por isso
Ressuscita-me,
Para que a partir de hoje a família se transforme

E o Pai

Seja pelo menos o Universo

E a mãe seja no mínimo a terra

(Wladimir Maiakovski)

RESUMO

O trabalho teve como objetivo estudar os vínculos afetivos em famílias onde ocorrem relações incestuosas. Foram estudadas famílias atendidas pelo Projeto Sentinela, que se destina ao atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, e que é vinculado ao Centro de Referência de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência, da Secretaria de Ação Social do Governo do Estado do Ceará. A amostra foi constituída de cinco famílias, onde houve a prática de abuso sexual contra crianças do sexo feminino cometido pelo pai ou padrasto. As vítimas se situavam na faixa etária entre sete e quinze anos de idade e eram do sexo feminino. O instrumento de pesquisa foi o teste sociométrico, que estuda as estruturas sociais através das escolhas e rejeições que ocorrem dentro dos grupos humanos. Os resultados demonstraram a estrutura sociométrica dos grupos, o status social ocupado pelos participantes, os vínculos que se encontram harmoniosos e os que apresentam conflitos. Os dados colhidos indicaram que as vítimas apresentam a auto-estima rebaixada e déficits de percepção, que as mães gozam de elevado status social dentro dos grupos, que as filhas vitimadas também mantêm um bom nível de aceitação por todos os membros da família, mas não conseguem perceber essa posição dentro do grupo, e que os agressores figuram como membros rejeitados dentro da organização familiar, podendo constituir-se em focos de tensão e ameaça para o equilíbrio grupal, se seus vínculos não forem trabalhados. O estudo constata que os vínculos afetivos se configuram de maneira diversa para cada grupo, podendo sofrer influências de fatores como o tempo, a cultura e o contexto social no qual se apresentam, o que leva a crer que a prática das relações incestuosas pode ser impulsionada por essas peculiaridades do modo de vinculação de cada família, e, portanto, não deve ser compreendida apenas pelo viés psicológico. Chega à compreensão de que os membros das famílias incestuosas estão envolvidos em uma trama de relações disfuncionais e alerta para a necessidade de desconstruir crenças fortemente arraigadas no senso comum, como a culpabilização de mães e vítimas e a demonização dos agressores. Considera a necessidade de incluir o agressor nas possíveis intervenções, uma vez que o mesmo, embora figure como membro rejeitado, mantém relações carregadas de afeto dentro dos grupos, e também demonstra sofrimento psíquico com a situação. Considera que o conhecimento aprofundado dos vínculos afetivos nas famílias incestuosas pode possibilitar intervenções terapêuticas mais eficazes para o resgate dessas relações essenciais à convivência dos indivíduos no grupo familiar.

Palavras-chave: Sociometria, incesto, vínculos

ABSTRACT

The objective of the present study was to characterize the affectional bonds of families affected by incestuous relationships. The study population consisted of five families, in which children of the female sex had been abused by the father or stepfather, attending a psychosocial care service (*Projeto Sentinela*) for children and adolescents suffering sexual abuse, affiliated to a state reference center for children and adolescents exposed to violence (*Centro de Referência de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência, Secretaria de Ação Social do Governo do Estado do Ceará*). Victims were seven years old or over. A sociometric test was employed surveying social structures through choices and rejections observed within the social group. The test provided information on sociometric group structure, individual social status as well as negative and positive affectional bonds. Our findings show that victims suffered from lowered self-esteem and perception deficit, that mothers are attributed a high social status within the group, that victims are in good social standing in the group though unaware of the fact, and that aggressors are viewed by the family as rejectees and, if left unassisted, a source of tension and threat to the overall group balance. The affectional bonds observed varied according to family characteristics, time and cultural and social context, suggesting that incestuous behavior may be associated with such factors and should not be analyzed from the psychological perspective alone. The dysfunctional relationships observed in incestuous families point to the need for deconstructing the common belief that incest is the fault of mothers and victims and that aggressors are necessarily perverse. Aggressors should be included in interventions in consideration of their psychological distress and affectional relationships within the group. Increased knowledge of the affectional bonds within incestuous families will make therapeutic interventions more efficient and help build the bonds required for a healthy balance in the family group.

Key words: sociometry; incest; bonds

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMENCAR – Associação De Apoio à Criança e ao Adolescente

CRAMI – Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos

SESA – CE - Secretaria de Saúde do Estado do Ceará

FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FEBEMCE – Fundação do Bem Estar do Menor do Ceará

OAB – Ordem dos advogados do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

CEBS – Comunidades Eclesiais de Base

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de proteção à Infância e Adolescência

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ECPAT – End Child Prostitution, Child Pornography and trafficking of Children

BICE – Oficina internacional católica para a infância

AMT – Ambulatório de Maus Tratos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E FAMÍLIAS: uma história marcada pela violência.....	15
1.1. O abuso sexual ao longo da história: drama antigo, atores atuais.....	33

2. A VIOLÊNCIA E O ABUSO SEXUAL: definições conceituais.....	42
3. DADOS EPIDEMIOLÓGICOS.....	62
4. O INCESTO.....	69
4.1.As relações incestuosas e a dinâmica vincular das famílias.....	79
5. SOCIONOMIA: uma ciência das relações humanas.....	89
5.1.Espontaneidade, Criatividade, Conserva Cultural.....	95
5.2.A Matriz de Identidade e o desenvolvimento psicossocial da criança.....	97
5.3.Teoria dos papéis.....	99
5.4. Átomo Social.....	100
5.5.Tele e Tranferência.....	101
5.6.Grupo.....	102
5.7.Tricotomia Social.....	103
6. METODOLOGIA.....	105
7.RESULTADOS DOSTESTES SOCIOMÉTRICOS.....	108
7.1.Caracterização da família 1.....	108
7.2.Resultados dos testes sociométricos da família 1.....	
7.3.Caracterização da família 2.....	114
7.4.Resultados dos testes sociométricos da família 2.....	115
7.5.Caracterização da família 3.....	117
7.6.Resultados dos testes sociométricos da família 3.....	118
7.7.Caracterização da família 4.....	120
7.8.Resultados dos testes sociométricos da família 4.....	121
7.9.Caracterização da família 5.....	125
7.10.Resultados dos testes sociométricos da família 5.....	127
8.DISSCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142
APÊNDICES.....	152

INTRODUÇÃO:

A violência aparece, hoje, como um dos temas que mais inquietações têm despertado nos diversos campos da sociedade. É motivo de atenção nos círculos sociais, políticos, populares, acadêmicos. No campo das ciências, o interesse despertado pelo tema não é menos intenso. Estudos e pesquisas sobre o fenômeno são abundantes, enfocando os mais diversos aspectos e formas de manifestação.

Os dramáticos índices de violência que se apresentam atualmente no contexto da sociedade brasileira a colocam como uma questão de prioridade absoluta, uma vez que torna os cidadãos reféns da angústia e do medo diante da possibilidade de serem, a qualquer momento, vitimados por acontecimentos que coloquem em risco sua integridade física ou psíquica. A cada dia, vê-se de perto os episódios de violência, o que provoca, em cada uma das pessoas, a sensação de que serão as próximas a serem atingidas, gerando um estado de vulnerabilidade e insegurança que independe de sua condição econômica ou classe social.

Se a violência, nas suas mais diversas manifestações, atinge a todos, sem distinção, não podemos deixar de considerar que alguns segmentos da população são especialmente vulneráveis a esse fenômeno, tais como mulheres, crianças, adolescentes e idosos. A violência apresenta sua face mais cruel e amedrontadora quando eleger como vítimas crianças e adolescentes. Esse problema, na atualidade,

vem atingindo uma magnitude preocupante. A Secretaria de Saúde do Estado do Ceará – SESA-CE (2003) afirma que, juntamente com os acidentes, a violência representa a segunda “causa mortis” no quadro geral da mortalidade brasileira e a primeira causa no obituário de crianças e jovens, na faixa etária de 5 a 19 anos. As denúncias das mais diversas práticas violentas, tais como maus-tratos, abusos físicos, sexuais e psicológicos, ou abandono e negligência, são preocupantes, especialmente, porque se acredita que os números conhecidos não correspondem à realidade, em razão das subnotificações. Estima-se que o número real de ocorrências seja, pelo menos, três vezes maior, o que faz com que a situação assumira contornos bem mais sérios, chegando a ser considerada um grave problema de saúde pública.

A vivência de uma situação de violência pode ser impactante na vida de uma criança, especialmente se a violência for de natureza sexual. Estudos comprovam que crianças submetidas a situações de abuso sexual são suscetíveis de desenvolver sintomas diversos, como transtornos físicos, psicológicos e relacionais, o que pode trazer prejuízos cognitivos, emocionais, sociais e acadêmicos.

Quando a violência se manifesta através de uma relação incestuosa, passa a ser motivo de maior preocupação, uma vez que o incesto é considerado por muitos estudiosos como uma das formas mais cruéis de abuso pelas graves seqüelas que provoca em suas vítimas. Infere-se que a agressão incestuosa interfere em todo o campo afetivo e relacional da criança, podendo, inclusive, levá-la a colocar em cheque a afetividade de seus genitores para com ela, o que pode vir a influenciar todas as suas relações futuras.

O incesto constitui um dos grandes tabus presentes na nossa sociedade. A discussão sobre o tema é sempre difícil, especialmente, porque coloca em cheque crenças bastante arraigadas no nosso imaginário social, tais como a sacralidade do amor entre pais e filhos, e, principalmente, abala a crença no mito da família como instância incondicionalmente protetora.

A realidade, no entanto, mostra-nos que o espaço familiar é o palco de muitos dos episódios de violência cometida contra crianças e adolescentes. Dados obtidos em estudos realizados por diversas instituições como o Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos – CRAMI-SP, e a Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente - AMENCAR, entre outras, demonstram que a maioria das agressões são praticadas

por parentes e no próprio ambiente doméstico, o que vem a demonstrar ser a casa, muitas vezes, um lugar de perigo e angústia para a criança.¹

As famílias nas quais ocorrem as relações incestuosas, por se desviarem da norma socialmente aceita, são, muitas vezes, considerados grupos desestruturados, portadores de patologia, espaço em que convivem “pais monstros”, mães ausentes”, “filhas sedutoras”, etc. Achamos, no entanto, pertinente considerar as diversas formas de arranjos familiares, surgidas na atualidade, que, mesmo em muitos casos se apresentando com configurações diversas do modelo predominante, tem um pressuposto comum: a existência de um vínculo afetivo a unir todos os seus membros.

Por compreendermos o vínculo como qualquer relação em que esteja presente a expressão de um afeto, e que esse vínculo pode assumir as mais variadas características, a depender de fatores como a cultura, o momento e contexto social em que se formam, e ainda que, as relações incestuosas, embora constituam agressões, são também relações de marcado conteúdo afetivo, consideramos pertinente a realização de um estudo dos vínculos afetivos nas famílias incestuosas, com o objetivo de obter uma compreensão mais ampla da situação vincular de cada família; observar como são jogados os papéis dentro da organização familiar e qual a posição que cada um dos membros ocupa no grupo, assim como quais são os vínculos que se encontram harmoniosos e quais demonstram situações de conflito, constituindo-se, pois, em focos de tensão e agressividade.

Nosso interesse pelo estudo do tema vem de uma longa experiência de trabalho nas unidades da extinta Fundação do Bem Estar do Menor do Ceará – FEBEMCE, com crianças e adolescentes vítimas de violência, em suas variadas formas, desde o abandono, a negligência, a violência policial e institucional, a infância vivida nas ruas, e também os casos de violência sexual.

O tema sempre despertou interesse, talvez pela observação do sofrimento que causava em suas vítimas, talvez pela aura de mistério e sensação de proibição e censura que cercam essas oorrências, mas, certamente, também, pela dificuldade

¹ Dedicamos um capítulo desse estudo aos dados epidemiológicos, onde são discutidos resultados de várias pesquisas realizadas a nível nacional e internacional.

que freqüentemente se encontra em lidar com questões dessa natureza. Essa dificuldade funcionou como fator instigador da necessidade de aprofundamento do estudo sobre o tema, na tentativa de melhor compreender o fenômeno, não só para estarmos mais bem instrumentalizados para um possível trabalho direto com elas, mas, também, e certamente, para minimizar essa sensação de incômodo que sempre se abate sobre a maioria das pessoas, quando se vêem diante de uma situação dessa natureza.

O estudo se compõe de oito capítulos: no primeiro, realizamos um levantamento histórico sobre a evolução da concepção de infância e das várias formas de organização familiar surgidas ao longo dos tempos, enfocando as questões relativas à prática da violência nos diversos períodos da história, as legislações pertinentes à criança e ao adolescente, adotadas em diferentes períodos; e as práticas sexuais que envolvem crianças e adolescentes em épocas diversas.

No segundo e terceiro capítulos, discorreremos, respectivamente, sobre os conceitos referentes ao abuso, à exploração sexual; e fazemos um levantamento dos dados epidemiológicos do fenômeno;

O quarto capítulo tece considerações teóricas sobre o incesto e suas relações com as vinculações afetivas nas famílias, o quinto capítulo trata dos conceitos relativos à Socionomia, proposta teórica na qual procuramos fundamentar o trabalho.

O sexto capítulo foi reservado para a descrição dos procedimentos utilizados na pesquisa; o sétimo faz uma exposição dos dados colhidos e o oitavo foi destinado à discussão dos resultados obtidos à luz dos conceitos teóricos discutidos nos capítulos anteriores.

1. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E FAMÍLIAS: uma história marcada pela violência.

Em se considerando a infância e a adolescência como períodos especiais do desenvolvimento, que carecem de cuidados específicos com vistas à garantia de bem estar físico, social e emocional ao ser humano, a constatação de atos de violência cometida contra esta população, especialmente se forem de natureza sexual, é capaz de gerar as mais variadas reações, que podem ir da surpresa à incredulidade, à indignação e à defesa apaixonada dos indivíduos que sofrem seus efeitos. Essas são reações comuns com as quais deparamos no enfrentamento diário desse problema, e podem configurar-se de tal maneira intensas que, a um primeiro olhar, é possível pensar que todos os setores da sociedade, em todas as épocas, encararam o fenômeno da violência, e, mais especificamente da violência sexual, sob o mesmo prisma.

Ao tentarmos, no entanto, elaborar uma retrospectiva sobre a história da criança ao longo dos períodos mais remotos da humanidade, perceberemos que a noção da infância como um período especial do desenvolvimento do ser humano é relativamente recente. Esta parece ter sido gestada à medida que foram desenvolvendo-se as mais variadas formas de organização familiar ao longo dos tempos. Observamos ainda que quanto mais remontamos aos períodos antigos da história, mais encontramos evidências de que crianças e adolescentes sempre foram objeto de violência das mais diversas formas.

Segundo Guerra (1984) a história social da criança parece confundir-se com uma trajetória da violência, uma vez que está repleta de episódios sangrentos. “A história da criança tem sido também a história de um mundo de violências perpetradas contra ela na forma de escravidão, abandonos, mutilações, filicídio e espancamentos”. (p. 21).

Tentaremos, neste capítulo, elaborar um histórico sobre o desenvolvimento dos modos de organização familiar, observando a posição ocupada pelas crianças e pelos adolescentes nesses grupos, como se desenvolviam e relacionavam com seus pares e como essas relações foram modificando-se, a partir de vários fatores, tais

como o desenvolvimento dos modos de produção, as influências religiosas, as descobertas da educação e dos estudos científicos que foram sendo empreendidos. Estes fatores trouxeram mudanças decisivas sobre as formas de se pensar a infância e a adolescência, provocando mudanças, inclusive, nas formas de se vivenciar a afetividade dentro dos grupos familiares. Tentaremos acompanhar, também, ao longo de cada fase, o desencadear dos atos de violência, em suas mais variadas formas de manifestação, a visão legal surgida ao longo dos tempos, para concluirmos com um breve panorama da legislação brasileira sobre a infância e adolescência, com enfoque direcionado sobre os casos de violência sexual, tema de particular interesse desse trabalho.

Segundo Durant (1944), é improvável que as primeiras famílias humanas tivessem sobrevivido isoladamente, devido à fragilidade do homem frente às vicissitudes da natureza. A primeira e mais simples forma familiar surgida foi a da mulher com seus filhos, vivendo juntos no clã, um grupo de pessoas unidas sob os laços do parentesco e vivendo em um mesmo pedaço de terra. Com a reunião de certo número de clãs, sob o domínio de um mesmo chefe, formou-se a tribo. Os povos primitivos desconheciam o papel do homem na fecundação, e a mãe desempenhava a maior parte das funções paternas, tendo uma posição fundamental e suprema, ao passo que a função do homem nesta relação era superficial e incidental. As relações entre pais e filhos eram de tal maneira escassas que, na maioria dos grupos, os sexos viviam separados. Assim, o mais simples modelo de organização familiar já registrado foi o da mulher com seus filhos ou com um irmão, vivendo juntos no clã. No estágio da caça, a mulher realizava todo o trabalho caseiro da tribo: cuidava dos filhos, mantinha a cabana em ordem, lavava, tecia, confeccionava as vestes e calçados, domesticava animais e desenvolvia a agricultura ao redor do acampamento.

O crescimento da agricultura e a criação de rebanhos permitiram ao homem o acúmulo de riquezas. O crescimento da propriedade trouxe em seu bojo a subordinação sexual da mulher, uma vez que o homem passou a exigir dela fidelidade, a fim de que a herança fosse deixada apenas para filhos seus. Badinter (1986) reforça essa afirmativa ao ressaltar, como principal característica da sociedade patriarcal, o controle da sexualidade feminina, chegando a colocar o adultério feminino como a obsessão dos homens: “a idéia de legar seu nome e seus

bens a um filho de sangue estranho causa tanto horror que as mulheres poderão sofrer as piores humilhações, para não arriscar tal ultraje” (p. 96). Teve início, então, a ascendência do homem. A paternidade passou a substituir a maternidade, a linha de sucessão passou a ser masculina, e a família patriarcal, sob o domínio do macho mais velho, transformou-se na unidade econômica, moral, legal e política da sociedade.

Durant (1944) afirma que, nessas sociedades primitivas, já se delineavam episódios de violência contra crianças. Estas eram desejadas por motivos predominantemente econômicos. Um número elevado de crianças na família era sinônimo de poder e riqueza, no entanto, como toda a carga de cuidados relativos à maternidade ficava a cargo das mulheres, sobrecarregando-as de um árduo e duradouro trabalho, estas se rebelavam secretamente e se utilizavam do aborto e do infanticídio para escapar dessa carga:

Muitos povos admitiam a matança do recém-nascido, se aparecia disforme ou doente, ou se era bastardo, ou se a mãe morresse no parto. Outras tribos matavam os dados à luz sob más circunstâncias; os naturais de Bondei estrangulavam os que nasciam de cabeça; os de Madagascar abandonavam, afogavam ou enterravam vivas as crianças que vinham em março ou abril, ou nas quintas e sextas-feiras, ou na última semana de cada mês. Se uma mulher procriava gêmeos, isso era em algumas tribos, prova de adultério, já que um mesmo homem não podia ser ao mesmo tempo pai de duas crianças; e por isso uma, ou as duas, eram condenadas à morte. A prática do infanticídio prevalecia, sobretudo entre os nômades, aos quais o nascimento das crianças constituía embaraço durante as marchas. A tribo dos bangerangs matava no nascedouro metade dos filhos; os linguas do chaco paraguaio só permitiam uma criança por família, em cada espaço de sete anos; os abipones faziam como os franceses: duas crianças em cada casa, e matavam as que vinham a mais; Quando ameaçadas de carestia, muitas tribos estrangulavam as crianças de peito – outras as comiam. Em regra, as meninas eram mais expostas ao infanticídio; às vezes, torturavam-nas até a morte a fim de induzir a alma, quando de novo se reencarnasse, a escolher o sexo masculino. O infanticídio era praticado sem crueldade e sem remorso, porque logo que dá a luz a mãe não sente nenhum amor instintivo. (p. 54)

Guerra (1984) cita inúmeros exemplos de violência ocorridos ao longo da história, como os relatos bíblicos de crianças judias jogadas ao rio – o abandono de Moisés após o nascimento - e o episódio da matança de crianças ordenada por Herodes, em perseguição a Jesus. Descreve, ainda, a eliminação de crianças defeituosas, em Esparta; e os sacrifícios de crianças aos deuses na antiga Cartago, que, em um determinado período de sua história, adotou também como prática, nas classes proprietárias de terras e de comércio, o sacrifício de crianças, com o objetivo de reduzir o número de herdeiros.

Esses episódios de violência parecem estar legitimados nas leis destinadas a crianças e adolescentes, que vigoraram em momentos diversos. "As crianças estiveram em muitos períodos da história sujeitas desde a tenra idade a todos os castigos e sanções destinados a adultos, incluindo-se até a pena capital". (GUERRA, 1984, p. 21).

Citamos como exemplo o direito antigo, no qual percebemos semelhanças com a concepção da criança como adulto em miniatura, posto determinar que, a exemplo dos adultos, crianças e adolescentes eram objeto de punições severas, às quais não se concediam atenuantes, tendo em vista esse período do desenvolvimento, ao qual o pensamento moderno considera especial.

A própria expressão "pátrio poder", bastante conhecida no Direito, é originada da época em que os pais detinham o poder absoluto sobre os filhos. Ilustrando essa afirmação, trazemos como exemplo a lei das XII tábuas, citada por Alves (1998). Esta lei, originada na primeira fase do Direito Romano, denominada fase da vingança privada, concedia aos pais o direito de vida e morte sobre os filhos, segundo o que determinava a quarta tábua: "É permitido ao pai matar o filho que nasce disforme, mediante o julgamento de cinco vizinhos. O pai terá sobre os filhos nascidos de casamento legítimo o direito de vida e de morte e o poder de vendê-los." (ADVOCACIA E CONSULTA JURÍDICA, 2005).

A concepção da criança como propriedade dos adultos pode ter se originado deste poder exacerbado que os pais exerciam sobre os filhos nas civilizações antigas, e tem perdurado ao longo dos tempos. Essa concepção parece estar expressa, também, no código de Hamurábi (DHNET, 2005), uma das mais antigas expressões do Direito que se conhece. Segundo essa lei, que vigorava entre os anos de 1686 a 1728 a.C se um filho de pais adotivos dissesse a esses que eles não eram seus pais, poderia ter a língua cortada, assim como os olhos arrancados se tentasse retornar à casa dos pais biológicos. Se um filho ousasse levantar a mão contra o pai, podia ter a mão decepada.

Segundo DAY et al (2003), data do período que antecedeu ao século XVIII o surgimento de uma prática educacional bastante comum: a utilização dos castigos físicos, da punição, dos espancamentos, utilizando-se chicote, ferros e paus, defendidos por pensadores da época (a autora não cita o nome desses pensadores), que advogavam que os pais deveriam, utilizando-se desses meios, evitar que as

crianças recebessem más influências. Afirmam, ainda que, na Inglaterra, em 1870, as crianças eram suscetíveis à condenação em cerca de 200 crimes, para os quais era prescrito o enforcamento. Assinalam que em Londres, nos anos transcorridos entre 1730 e 1779, metade das pessoas que morreram eram crianças na faixa etária dos cinco anos de idade.

Segundo Porto (1999a), no Brasil colônia, as leis do reino ordenavam que o filho desobediente fosse deixado a morrer de “morte natural”, o que significava ser abandonado em um quarto até morrer de fome.

Essas práticas a que estiveram submetidas crianças e adolescentes nos remetem aos estudos de Foucault (1977) sobre o poder disciplinar, prática coercitiva e controladora que tinha como função principal o adestramento. Para o autor, o poder disciplinar já existia na antiguidade e na idade média, mas passou por um aperfeiçoamento no século XVIII, quando passou a estar intimamente relacionado ao adestramento e a utilização do corpo humano como máquina. O poder disciplinar teria como objetivo a produção de corpos dóceis, passíveis de serem constituídos em força de trabalho “o corpo só se torna força útil se é, ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (p. 26). Os mecanismos de execução desse controle disciplinar seriam as chamadas “instituições disciplinares”: a família, a escola, a igreja, o hospital, o quartel, etc.

Com o decorrer dos tempos, muitas modificações foram empreendidas ao conceito de infância. Segundo Mussen (1977), até o século XVII, a infância não era considerada uma fase especial do desenvolvimento. As crianças eram consideradas “adultos em miniatura”, relacionavam-se e divertiam-se como pessoas adultas. Não existia sistema diferenciado de educação, com salas separadas por idades e graduação de assuntos.

Santos (1994) refere-se ao século XVII como um período, no qual o infanticídio de crianças não desejadas ainda era comum. Como essa prática seria contrária aos preceitos da Igreja, esta teria passado a encampar um movimento de sacralização da infância, ligando-a ao conceito de pureza. Foi-lhe, então, atribuída uma alma, que necessitava ser salva através do batismo. A igreja teria, ainda, exercido poderosa influência sobre os modos de ver e pensar a infância, tendo colaborado na construção de uma imagem tanto física como social e psicológica, conforme relata Castro (1998). A autora afirma que, no século XIII, começaram a

surgir as representações de crianças que mais se assemelham ao sentimento moderno. Diferindo das representações encontradas anteriormente, nas quais as crianças eram retratadas a exemplo dos adultos, a imagem adotada passou a ser a de um anjo com aspecto juvenil. O segundo modelo, surgido no século XVI, era representado por imagens do menino Jesus ou de Nossa Senhora menina, em uma alusão aos aspectos ingênuos da primeira infância.

Ariès (1981) afirma que, até o século XV, não se conhecia um sentimento afetivo profundo entre pais e filhos. As famílias eram regidas por uma ordem moral e social, mais que sentimental:

Nessas condições, a criança, desde muito cedo, escapava à sua própria família, mesmo que voltasse a ela mais tarde, depois de adulto, o que nem sempre acontecia. A família não podia, portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significava que os pais não amassem seus filhos: eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família. A família era uma realidade moral e social, mais que sentimental. (p.231).

Segundo o autor, a partir do século XV, foi operando-se uma mudança lenta e gradual nas relações entre pais e filhos. Esta mudança teria se iniciado com as modificações surgidas na educação, que passou a ser feita pela escola. A criança já não teria de deixar sua família, o que possibilitou uma maior convivência com os pais. A família teria passado, então, a instrumento de iniciação social e de passagem do estado de infância ao de adulto. Surge, neste momento, uma necessidade de maior rigor moral da parte dos educadores, no sentido de proteger a criança do mundo dos adultos. Os pais passaram a se aproximar mais de seus filhos, acompanhando-os mais de perto, o que favoreceu um estreitamento dos laços afetivos entre pais e filhos:

A família concentrou-se em torno da criança [...] O clima sentimental era, agora completamente diferente, mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola. (ARIÈS, 1981, p. 232).

Mussen (1974) também se refere à mudanças mudanças significativas no campo da educação no decorrer do século XVII, especialmente no campo relativo à moral, que se associou à instrução de habilidades pragmáticas, como aprender a ler e escrever. Houve, também, uma modificação na estrutura das classes escolares, tornando-as semelhantes ao modelo atual, em que prevaleceu a divisão de turmas e a promoção por ano.

No século XVIII, as crianças passaram a ser vistas como objeto de estudo. Segundo relatos de Gélis (1991), datam deste século as contribuições de John Locke, que, em sua obra *Da educação de crianças*, advertia aos pais sobre a importância da prevenção como um meio de preservar a saúde dos filhos.

Conforme cita Vanrell (2005), um pouco antes desse período, em 1626, Zacchia, (médico italiano considerado o pai da medicina moderna), ao realizar algumas necropsias, levantou os problemas médico-legais dos maus-tratos na infância. Campos (2005) relata que, somente em 1846, nos EE.UU, os episódios de violência contra a criança vêm a público, através do caso de Mary Ellen, uma garota de oito anos, que era duramente maltratada. Para a tomada do pátrio poder em favor de Mary Ellen, os defensores da época precisaram lançar mão de um artifício jurídico: utilizaram-se da alegação de que Mary Ellen era um membro do reino animal e estariam, portanto, seus responsáveis sujeitos à lei de proteção contra crueldade cometida aos animais. Tal fato resultou na criação da sociedade de Prevenção da crueldade contra a criança, em 1874.

Vanrell (2005) cita ainda que, em 1879, Tardieu, uma das figuras exponenciais da Medicina legal francesa, presidente da academia de Medicina de Paris, estabeleceu o conceito de criança maltratada, ao elaborar um longo trabalho intitulado *Estudo médico legal sobre as sevícias e os maus-tratos exercidos sobre as crianças*.

Surgem, no século XIX, as biografias de bebês, cujo principal escritor foi Charles Darwin. Neste período, destacou-se, também, G. Stanley Hall, que se interessava pela investigação dos conteúdos das mentes infantis, para uma possível compreensão do homem (MUSSEN, 1974). Situam-se, ainda neste século, os primeiros estudos sistemáticos da criança.

Segundo Day et al (2003), a partir de 1850, notam-se mudanças nos sentimentos e relações familiares. Os filhos tornam-se objeto de amor dos pais, e a perda de um filho passa a ser motivo de luto para os adultos. A partir daí, os tratados de educação passam a sugerir a prece infantil e maternal como forma de estreitar os contatos entre mães e filhos, tendo como veículo a aprendizagem da oração.

Um dos maiores precursores da concepção da família moderna, baseada no amor materno, foi Rousseau, que cristalizou essas idéias com a publicação de

Emile, em 1762. Nessa obra, Rousseau ressaltava o amor materno e atribuía à mãe a tarefa da educação nos primeiros anos:

É a ti que me dirijo, terna e providente mãe, que te soubeste afastar do caminho trilhado e proteger o arbusto nascente contra o choque das opiniões humanas. Cultiva, rega a jovem planta antes que morra: seus frutos dar-te-ão, um dia, alegrias. Estabelece desde cedo um cinto de muralhas ao redor da alma da tua criança. Outro pode assinalar o cinto, mas só tu podes erguer o mundo. (ROSSEAU, 1992, p.10).

Segundo Castro (1998), somente no início do século XX, a infância passou a chamar a atenção da Medicina, da Psiquiatria e do Direito, que dela se ocuparam como objeto de estudo, contribuindo para a formação de novas concepções, baseadas não só nas idéias religiosas, mas tendo como substrato o conhecimento científico. A criança passa a ser encarada como ser autônomo, capaz de ter seus próprios valores e sentimentos:

Essa forma, até então inédita de se pensar a infância, teve o respaldo das novas ciências como a psicologia, psicanálise e pediatria que se estabeleceram como um campo de saber autônomo dentro desta área médica e preocuparam-se em estudar e pesquisar os problemas dessa etapa da vida, numa perspectiva de afirmá-la como uma fase de aprendizagem e desenvolvimento psicossocial. (p. 30-31)..

Segundo Vanrell (2005), datam deste século as publicações de Parissot e Caussade (1929), (*Annales de Médecine Légale*) um amplo trabalho sobre "As sevícias nas crianças"; Caffey (1946), sobre os achados de fraturas múltiplas de ossos longos, junto com hematoma subdural; Silverman, ratificado por Wooley e Evans (1946), sobre a origem não apenas traumática, mas também intencional das lesões; Caffey (1957), afirmando que as lesões eram provocadas por adultos; Kempe, Silverman, Steel *et al.* (1962), sobre um conjunto de lesões diversas, que assinalam para um quadro de agressões resultantes de ambientes familiares inadequados. Esse quadro clínico foi denominado síndrome da criança maltratada. O autor, ao mesmo tempo em que cita os estudos acima referidos, tece considerações sobre o caráter informativo deles:

Vê-se, pois, que nos séculos passados, ainda que esparsas as publicações, o assunto sempre se manteve em um plano de informação relativa, como corresponde aos temas que a sociedade tem pouco (ou nenhum) interesse em abordar e escancarar. Como se o esconder a cabeça, no procedimento que segue o avestruz, fosse capaz de ocultar seu corpo...! (VANRELL, 2005, p.1)

Através desses relatos podemos perceber que, à medida que começou a se firmar o projeto sociocultural da modernidade, fundamentado no ideário iluminista de emancipar o homem dos dogmas e mitos pela razão e pela consolidação de uma

ciência da natureza, que tinha por base a experimentação das disciplinas científicas veiculadas nos institutos de pesquisas e universidades, surgiram vários estudos que proporcionaram novas descobertas científicas e acabaram por engendrar a produção de uma nova subjetividade, com caracteres bastante diversos em sua forma de visualizar e pensar a infância.

A criança passa a ocupar uma posição mais importante na família e na sociedade, passando a ser considerada como um patrimônio de valor para a nação, a “chave para o futuro”. Surge aí a noção de um ser em formação, que poderia ser moldado, transformando-se em uma pessoa de bem ou em um degenerado. Através do surgimento de uma concepção higienista da sociedade, objetivava-se interferir junto aos focos das doenças e da desordem, mais ligados ao universo da pobreza, buscando moralizá-lo. Nesse sentido, as práticas de abandono dos filhos (mais ligadas às populações pobres) e o costume de não lhes prestar cuidados especiais passam a ser repudiados, pois se temia que pudessem provocar a vadiagem, a mendicância e outros comportamentos que poderiam conduzir à criminalidade. A autoridade paterna, referendada pelo Direito Romano, perde sua supremacia e passa a ser regulada pelo poder público. As questões relacionadas à criança, anteriormente restritas ao âmbito da família e da Igreja, passam a ser de competência administrativa do Estado. (RIZZINI, 1997).

Aí reside um dos grandes paradoxos do projeto modernista: para garantir a vida, o indivíduo e a liberdade passam a ser vistos como elementos fundamentais a serem preservados pelo poder público, mas isto só se torna factível através da criação de mecanismos de controle da vida da população, executados pelo Estado.

Na visão de Donzelot (1986), o processo de construção de uma nova subjetividade em torno de crianças e adolescentes, desencadeado pelas mudanças surgidas no tocante à educação, não foi uniforme para toda a população infantil. O autor afirma que, em meados do século XVIII, surgem várias obras literárias que tinham como preocupação central as condições de preservação das crianças. Essas obras centravam-se em três grandes alvos: as maneiras de tratar as crianças nos hospícios de menores abandonados, os costumes de entregar os filhos para serem alimentados por amas de leite e a educação que era prestada às crianças ricas.

No que concerne às crianças entregues nos hospícios, chamava a atenção os altíssimos índices de mortalidade, que chegavam a 90%. As crianças morriam antes que pudessem ressarcir ao estado os custos gastos com a sua manutenção. A retribuição deveria ser realizada através dos serviços prestados “as tarefas nacionais, como a colonização, a milícia, a marinha, tarefas para as quais eles estariam perfeitamente adaptados, pelo fato de não possuírem vínculos de obrigações familiares” (p. 16).

Segundo o autor, atribuía-se, na época ao hábito das famílias de darem os filhos para serem amamentados por amas de leite, a maioria das taras que afetavam as crianças, uma vez que se considerava que as nutrizes podiam lhes oferecer o leite, mas não o carinho e a bondade.

A educação das crianças ricas, que eram confiadas a serviçais, era considerada artificial, pois acreditava-se que estes usavam uma mistura de intimidades (jogos sexuais com as crianças) e opressões (enfaxe dos bebês e uso de coletes). Tais práticas passaram a ser vistas como inadequadas, e acreditava-se que poderiam causar o empobrecimento da nação e o enfraquecimento de suas elites.

A preocupação com conservação das crianças tinha como objetivo, portanto, criar novas condições de educação que evitasse os males causados às crianças pela convivência com a criadagem e evitar que os filhos das classes pobres fossem colocados aos cuidados do estado.

A conclusão a que chega o autor é que, apesar da educação ter influído decisivamente nas formas de ver e encarar a infância, o processo utilizado por esta foi diverso para crianças ricas e pobres. Enquanto que para as crianças das famílias burguesas a preocupação girava em torno de estender os princípios da medicina doméstica, que propunha uma aliança com as mães, concedendo-lhe um maior poder na esfera doméstica, desde que essas se encarregassem dos cuidados recomendados pelos médicos da época, para as crianças pobres, não se tratava mais de evitar os males causados por uma educação inábil, mas sim de coibir algumas liberdades assumidas pelas famílias, como o hábito de colocar os filhos em hospícios, ou de abandoná-los aos cuidados de nutrizes; objetivava, também,

controlar as uniões livres, desencorajando a prática do concubinato, e evitar a vagabundagem dos indivíduos, especialmente se estes fossem crianças. Tal estratégia, para as classes populares, tinha como objetivo, portanto, o controle da vida das famílias pobres, através do estabelecimento de vigilâncias diretas:

[...]o que se instala nessa época é uma reorganização dos comportamentos educativos em torno de dois polos bem distintos, cada qual com uma estratégia bem diferente. O primeiro tem por eixo a difusão da medicina doméstica, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que devem permitir às classes burguesas tirar seus filhos da influência negativa dos serviçais e colocar esses serviçais sob a vigilância dos pais. O segundo, poderia agrupar, sob a etiqueta de “economia social” todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos público, em suma, o que se convencionou chamar de filantropia” . (p. 21-22).

Fazendo uma retrospectiva da história da criança no Brasil, podemos constatar que essas idéias aqui fizeram seu eco, chegando, inclusive, a influir decisivamente nas legislações adotadas no país. A criança pobre, moralmente abandonada, passa a ser considerada um problema grave, que demandava uma ação urgente, necessitando ser afastada dos ambientes viciosos e dos caminhos que levassem ao crime. Juridicamente, constrói-se a categoria do “menor”, que divide a infância em duas. O “menor” passa a ser o símbolo da criança pobre e, portanto, potencialmente perigosa. Médicos, juristas e filantropos da época mostravam-se preocupados para com esse segmento da infância, considerado sujeito à má influência. (RIZZINI, 1997)

Nesse contexto, surge o código de menores de 1927, destinado a essa pequena parcela da população, a criança pobre, cada vez mais associada à idéia de periculosidade. Assim, as questões referentes a crianças e adolescentes eram abordadas na perspectiva de corrigi-los e regenerá-los:

Logo, o código não se destinava à criança brasileira, mas a uma parcela que, pela ausência da família ou por sua fragilização frente às suas condições de vida, era rotulada como delinqüente, estigmatizada, como sendo uma ameaça pessoal e social, sinônimo de marginalidade, abandono e carência. (CASTRO, 1998, p. 33).

O segundo Código de Menores, que passou a vigorar em 1979, centralizava na figura do juiz de menores os aspectos judiciais-processuais e também administrativos-assistenciais relativos às crianças e aos adolescentes. O juiz não apenas aplicava a lei, como lhe cabia, uma vez que faz parte do poder judiciário, mas detinha poderes de vigilância, proteção e regulação da vida dos menores, o

que, segundo Porto (1999b), era inadequado, visto que adentrava as competências dos demais poderes, Executivo e Legislativo:

Funções pertencentes aos três poderes do estado estavam concentradas nas mãos do Juiz: a assistência e vigilância, própria do Executivo; a produção de normas jurídicas, típicas do Legislativo; e, é óbvio, a aplicação da norma aos casos concernentes, privativa do Judiciário. (PORTO, 1999, p. 78)

O Juiz de menores passava a ter amplos poderes, o que lhe conferia o direito de agir segundo a sua vontade, descartando quaisquer outras normas, mesmo que estas fossem hierarquicamente superiores ao Código.

Desta maneira, possuía ele poderes para interpretar, aplicar e mesmo criar as normas que a final (sic), interpretaria e aplicaria. Algo inaceitável em um Estado de Direito, caracterizado pela divisão e harmonia entre os Poderes. (idem, p. 79).

Uma outra peculiaridade deste Código de Menores é que ele não se aplicava a todas as crianças e adolescentes. Estava claro, em seu artigo 1º, que apenas as medidas de caráter preventivo eram aplicadas a todos. Baseado na doutrina da *situação irregular*, ele era destinado apenas aos menores considerados nesta situação, assim definida por Porto (1999b):

Situação irregular foi o termo encontrado para as situações que fugiam ao padrão normal da sociedade *saudável* em que se pensava viver. Estavam em situação irregular os abandonados, vítimas de maus tratos, miseráveis e, como não podia deixar de ser, os infratores. Enquadrando-se em qualquer das hipóteses enumeradas no artigo 2º do Código – 10 situações descritas, no total – o *menor* passava à autoridade do **Juiz de Menores**, que aplicaria, “em sua defesa”, os preceitos do Código de Menores. (p.78)

Ao “menor” considerado em situação irregular, decisão essa tomada unicamente pelo juiz, era determinada a medida de internamento, que podia ser aplicada não apenas aos infratores, mas aos considerados com desvio de conduta e, também, aos abandonados, perdidos ou arrancados de suas famílias. Como o processo de apuração penal não era considerado em tese, um processo criminal, os menores eram enviados todos para um único estabelecimento, as Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor - FEBEMs, e poderiam permanecer lá por anos seguidos, sem educação, escolarização, profissionalização ou assistência especializada. Eram, portanto, completamente retirados do convívio social.

A filosofia adotada pelos dois Códigos de Menores que vigoraram no Brasil lembra o que Agamben (2002) chama de estado de exceção. Este filósofo recorre a uma figura existente no Direito Romano arcaico, o *homo sacer*, (homem sagrado) que seria aquele indivíduo que foi julgado por um delito, mas a quem não seria lícito

sacrificar. Quem o matasse, no entanto, não seria condenado por homicídio. Assim, este homem estaria, ao mesmo tempo, incluído e excluído do sistema jurídico. A esse paradoxo inclusão-exclusão Agamben chama de estado de exceção, e sobre ele estariam erguidos os pilares do sistema político da democracia moderna. Nela, com efeito, a vida nua (do povo, do corpo-espécie da população) é instituída como objeto do que Foucault (1997) chama de biopolítica, de um biopoder (poder sobre a vida), cujo funcionamento, garantido pelo recurso a um estado de exceção, consiste em desqualificar essa vida, concebendo-a como indigna de ser vivida, e, nessa condição, como vida passível de ser eliminada, sem que isso signifique um crime que possa ser imputado ao poder soberano.

No caso dos dois Códigos de Menores, podemos identificar o paradoxo de que fala Agamben: primeiramente, no caso do poder ilimitado que exercia o Juiz de menores, que era, por excelência, um representante da lei, portanto, incluído no sistema jurídico; ao mesmo tempo, a ele era delegado o poder de agir sobre os ‘menores’ sob sua tutela conforme sua vontade, contrariando, inclusive, leis superiores àquela da qual era representante. Não havia, portanto, limites para a atuação do Juiz de menores, o que o deixava automaticamente às expensas do sistema jurídico. No tocante à criança e ao adolescente, observamos o mesmo paradoxo: estes deveriam ser considerados vidas “sagradas”, “protegidas” pelo Estado, e, portanto, incluídas no sistema jurídico. A forma de incluí-los, porém, seria pela exclusão, ou seja, retirava-se as crianças do convívio da sociedade, ao mesmo tempo que os estigmatizava em uma categoria subalterna, o “menor”, vidas sem dignidade, e, portanto, sacrificáveis. Assim, pensamos, ocorreram, e ocorrem ainda, tantos crimes bárbaros perpetrados contra crianças e adolescentes, tanto dentro das instituições encarregadas da proteção desses sujeitos, como também fora delas, como as chacinas de meninos de rua, que fazem parte, ainda, do cenário recente da história brasileira. Assim, convertem-se em *homo sacer* : são sujeitos que não podem ser sacrificados, mas a quem os matar não será delegada nenhuma punição. Assim, permanecem sendo mortos, violentados, chacinados.

Conforme afirma Porto (1999c) a proteção dos direitos das crianças começa a tornar-se factível em 1959, com a Declaração dos Direitos Humanos da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas - ONU.

Na década de 1980, o país foi palco de importantes mudanças no cenário político-econômico-social. Vasconcelos (1995) descreve esta década como um período de reorganização dos movimentos sociais, manifestações e protestos populares:

A igreja e os sindicatos ganhavam as ruas: os grupos de minorias se organizavam e registravam sua existência e presença no cenário público. As reivindicações não se estreitavam na mera segurança material. Iam mais além. Eram fecundas de conteúdo ideológico. (p.46).

Alguns movimentos foram de suma importância nesse período. Muitos deles encampados pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, tais como o Congresso Nacional de advogados pró-constituinte, em 1983, no qual a instituição reafirmava seu interesse na defesa do ordenamento jurídico do Brasil e do restabelecimento do estado de direito democrático, que só concebia como possíveis mediante a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Outro movimento de destaque foi a campanha pela realização das eleições diretas, que começou a se solidificar como movimento organizado em meados de 1983 e acabou transformando-se no maior movimento de massa da história do Brasil. Propunha uma emenda constitucional que determinasse que as eleições de 1984 fossem realizadas pelo voto popular. Esta emenda, denominada “emenda Dante de Oliveira”, que restabeleceria o voto direto nas eleições de 1984, não foi aprovada, causando grande descontentamento para a população. Em 1985, aconteceu em Brasília o II Congresso Nacional de Advogados Pró-constituinte, que reivindicava uma Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana e autônoma. Somente, porém, em novembro de 1986, o presidente José Sarney assinaria a emenda constitucional que convocava a Assembléia Nacional Constituinte, depois de um longo período de lutas e manobras do governo contra as entidades que reivindicavam esse acontecimento. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB, 2005)

Conforme relatam Dourado e Fernandez (1999), nessa época, a infância brasileira se encontrava em uma situação lamentável, resultante da miséria e desigualdade social herdadas dos anos da ditadura. Os números revelados pelo censo populacional de 1980 apontavam índices de mortalidade infantil inaceitáveis, a educação era acessível a pouquíssimas crianças e um grande número destas adoeciam por falta de saneamento básico. Muitas crianças e adolescentes moravam

e/ou trabalhavam nas ruas, e os jornais veiculavam continuamente notícias de violência nas unidades da Fundação do Bem Estar do menor – FEBEM de todo o país. Esse panorama levou a sociedade a se organizar no sentido de exigir a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Vasconcelos (1995) lembra vários movimentos surgidos no seio da sociedade civil, os quais ansiavam por uma modificação neste panorama. Destacam-se o I Seminário Latino-Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninas e Meninos de rua, realizado em 1984, que resultou nas comissões estaduais do movimento de meninas e meninos de rua; o I Encontro Nacional de meninas e meninos de rua, em 1986; o lançamento da carta de Brasília, também em 1986, que reivindicava um novo direito constitucional para a criança e o adolescente; a criação de comissões junto à constituinte, que, através do apoio popular, conseguiram garantir a incorporação, da Doutrina da Proteção Integral na Constituição Federal, prevista pela ONU; a criação do Fórum Nacional Permanente de entidades Não-Governamentais em Defesa da Criança e do Adolescente, em 1988. A nível internacional, os países participantes da ONU subscreveram a Convenção sobre os direitos da Criança, que foi aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989.

Toda essa mobilização ocorrida no Brasil chegou fortalecida ao Congresso Nacional e conseguiu influenciar o processo da Assembléia Nacional Constituinte, incluindo, na nova Constituição Federal, sancionada em 1988, o artigo 227 que traz em seu bojo novas diretrizes sobre crianças e adolescentes, uma vez que define a criança como prioridade nacional e advoga como dever das três instâncias (família, sociedade e Estado) o asseguramento, com prioridade absoluta, à criança e ao adolescente, dos direitos fundamentais:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além, de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p. 154)

Essas conquistas se constituíram no primeiro passo para a elaboração de uma legislação direcionada especificamente à criança e ao adolescente, que se diferenciava do antigo Código de Menores, que mantinha forte identificação com os aspectos autoritários da ditadura, e cuja política de atendimento mostrava-se

inoperante. Resultante desses inúmeros movimentos surgidos no seio da sociedade civil, foi sancionado, em 13 de julho 1990, pelo então presidente Fernando Collor de Mello, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que veio a substituir o Código de Menores, de 1979.

A criação do ECA é um fato que se reveste de extrema importância, porque assinala dois aspectos fundamentais; primeiro, o surgimento de uma maior sensibilidade de uma parcela da sociedade brasileira quanto à situação vivida por crianças e adolescentes, resultante, sem dúvida, dos esforços desenvolvidos por instituições como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), Pastorais do Menor e tantas outras organizações de apoio que atuaram junto às comunidades. Essa sensibilidade funcionou como catalisador para a emergência do processo de organização popular que culminou na aprovação dessa lei. Em segundo lugar, a promulgação do ECA pode ser considerada como o marco legal do início de uma mudança de paradigma na forma de se ver e pensar a infância e a adolescência brasileira, até então, dividida, polarizada em duas categorias: as crianças (filhos da classe média), e os menores (filhos das classes desassistidas), que refletiam toda uma situação de exclusão e estigmatização em torno de grande parte dessa população.

O ECA traz profundas modificações à legislação até então vigente. Baseada na Doutrina da Proteção Integral, consagrada na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança, aumenta o leque de abrangência da proteção a ser dispensada aos sujeitos dessa lei:

É a pedra angular de uma legislação que se propõe, por exemplo, proteger o adolescente nas suas relações trabalhistas, proteger a criança e o adolescente em suas relações civis familiares e sucessórias, proteger o adolescente em suas relações com o Estado quando da solução de seu conflito com a lei (como relação processual, isto é, como garantia de liberdade, da dignidade e da integridade) proteger a criança e o adolescente quando do seu acesso aos serviços/programas da administração pública, etc. (NOGUEIRA NETO, 1999, p. 39,40)

Essa lei lança um novo olhar sobre as causas referentes à criança e ao adolescente, reconhecendo-os como cidadãos, sujeitos de direito e deveres, e respeitando-lhes a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

O estatuto se propõe regular um sistema de garantia do “gozo dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, sem prejuízo da proteção integral”. Isso significa que eles são titulares dos direitos e deveres. Mas com a capacidade de exercício dos direitos e com a responsabilidade pelo

descumprimento de seus deveres, ambas conformadas à sua condição de pessoas em condições especiais de desenvolvimento. (Ibidem, p 40)

O ECA prevê não somente a garantia dos direitos fundamentais, mas, também, versa sobre as questões inerentes à violação desses direitos, como a prática de violência a crianças e adolescentes:

ARTIGO 5º- Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (ECA, 1990, p.1)

Prevê, ainda, a existência de todo um sistema de proteção e garantia desses direitos. Os Artigos 13, 245 e 262 versam, respectivamente, sobre os encaminhamentos das vítimas de violência aos órgãos componentes do sistema de proteção e garantia de direitos (Conselho Tutelar e autoridade judiciária):

ARTIGO 13 – Os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra a criança e o adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

[...]

ARTIGO 245 – Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança e adolescente:

[...]

ARTIGO 262 – Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária. (Idem, p. 3, 48, 51)

Uma vez que considera a família como uma das três instâncias encarregadas da proteção aos sujeitos dessa lei, o artigo 130 do ECA vem tratar da proteção a ser dispensada à criança e ao adolescente contra a violência praticada pelos próprios pais:

ARTIGO 130 – Verificada a hipótese de maus tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum. (idem, p. 25)

Apesar de revista, no sentido de modernizar-se para melhor atender as necessidades das crianças e adolescentes brasileiros, a legislação vigente tem seu cumprimento ainda incipiente. O ECA, em seus quinze anos de existência, ainda não vem sendo efetivado a contento. À falta de vontade política do Estado brasileiro somam-se um sem-número de resistências encontrado no seio da sociedade, mitos que se formaram em torno da nova lei, tais como os que se comentam muito amiúde: “o menor não pode mais ser punido”, “os pais não mandam mais nos filhos”,

“o Estatuto é uma lei de Primeiro Mundo, não funciona para o Brasil”, e falas semelhantes, que demonstram ser o imaginário sobre a criança e o adolescente ainda impregnado das idéias arcaicas que se discutia acima, de que crianças e adolescentes são propriedades dos adultos, e que, na sua educação, é necessária a prática de castigos físicos, portanto, a adoção de atos violentos.

Vimos, então, após a exposição desse breve panorama sobre a criança e o adolescente, que, ao longo da história, mudanças extremamente importantes ocorreram, mas que não foram eficazes o suficiente para debelar a prática de violência e crueldade que abate, ainda, assustadoramente, crianças e jovens no mundo inteiro. Podemos constatar que crianças e adolescentes vêm figurando, ao longo da história, como um dos alvos preferenciais dos processos de disciplinarização, descritos por Foucault (1977), e que esses influíram decisivamente na formação de sua personalidade e na regulação de seu comportamento. Podemos perceber, também, a produção de diferentes conceitos de infância, para as diferentes classes sociais.

O estatuto da modernidade, apesar de ter revolucionado sobremaneira todos os costumes, não conseguiu fazer cumprir todas as promessas a que se propunha. Os paradigma da criança como adultos em miniatura, seres incapazes e, portanto, propriedade dos adultos, objetos de obediência e controle, e o novo paradigma da proteção integral, que versa serem essas pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e sujeito de direitos, embasam algumas das representações sociais sobre crianças e adolescentes que, segundo Pinheiro (2001), convivem atualmente no contexto da sociedade brasileira, e se embatem a cada momento. Essa luta, supomos, está, ainda, longe de acabar. A única certeza que a nós se apresenta, é que o mundo no qual vivemos atualmente é, ainda, muito diferente do mundo que sonhamos para crianças e jovens, e que, para construí-lo, ainda há um longo caminho pela frente.

1.1. O ABUSO SEXUAL AO LONGO DA HISTÓRIA: drama antigo, atores atuais.

Dentro desse elenco multifacetado de formas de violência, descritos no item anterior, encontramos os casos de abuso sexual, que, de todos os agravos cometidos contra crianças e adolescentes, figuram na atualidade como um dos mais

graves, mais potencialmente causadores de danos ao equilíbrio físico e emocional dos indivíduos a ele submetidos.

Conforme relata Mott (1996), no entanto, o fenômeno que denomina dessexualização da infância e da adolescência, resultante do pressuposto de que o sexo é sinônimo de pecado, que só deve ser praticado para a reprodução, dentro do casamento e por seres maduros, é recente na história ocidental. Baseado em relatos de diversos historiadores, o autor afirma que os atos sexuais que envolvem adultos e crianças sempre estiveram presentes na história da humanidade.

Para Junqueira (2002), foi a partir dos estudos realizados por Freud, que focalizou a sexualidade como questão central na percepção e construção do sujeito, que as práticas sexuais que envolvem crianças, que até então não eram especificamente problematizadas, passaram a ser foco de grande interesse:

Toda uma construção cultural abarcando aspectos da sexualidade infantil em sua relação com a adulta passou a ser tema de discussão, engendrando-se modos de controle – segundo a perspectiva do poder disciplinar – que tomaram a forma de uma interdição: as relações entre adultos e crianças eram vistas como algo condenável e desviante. (JUNQUEIRA, 2002, p. 210)

A autora deixa claro que isso não significa dizer que as experiências sexuais entre crianças e adultos fossem práticas comuns e amplamente aceitas em períodos anteriores à modernidade, e sim, que elas não eram problematizadas como sendo capazes de influir decisivamente no desenvolvimento da criança, e que, também, não eram submetidas às normas reguladoras da cultura. Cita esta questão como própria do nosso tempo e da nossa cultura e afirma que pode assumir significados diferentes para sujeitos também diferentes, dependendo de sua inserção cultural e histórica.

Segundo afirmam Azevedo e Guerra (1988), essas práticas têm, ao longo do tempo, oscilado entre a aceitação e a condenação. O fenômeno era concebido como normal em, pelo menos, três vertentes históricas: nas tradições judaica, grega e sumeriana. Embora guardassem diferenças específicas, em todas elas se podia perceber uma tendência à naturalização e uma ideação do padrão de relações sexuais adulto-criança. Na Bíblia e no Talmud, encontra-se a idéia de encorajar o sexo entre homens adultos e crianças, usando para o isto o casamento, a concubinação. Na Grécia antiga, por exemplo, exaltava-se a relação mestre discípulo, onde era comum o coito anal entre professores e alunos.

Para Cabral (1999), ainda na Grécia antiga, meninas escravas eram destinadas à prostituição por volta dos cinco anos, como uma forma de compensar os gastos dispendidos com sua educação.

Segundo Roberts (1998), um dos mais antigos registros históricos da prática de atos sexuais que envolvem crianças se refere à corte de Luís XV. A realeza mantinha em seu poder uma bem estruturada organização de compras de meninos e meninas que formariam o harém real. As garotas procediam tanto da nobreza quanto do povo, e eram dadas pelos pais, em troca de remuneração. Uma vez escolhidas, por volta dos nove anos, passavam por um longo período de preparação, que incluía instruções em comportamento educado, música, pintura, dança, história e literatura e, por volta dos quinze anos, eram consideradas prontas para servir ao rei.

Na Londres do século XVIII, prossegue a autora, havia bordéis preparados para atender a desejos específicos da clientela, tais como o de manter relações sexuais com garotas jovens. Para isso, aliciavam-se meninas vindas das províncias ou dos guetos, ou se compravam crianças que eram costumeiramente postas à venda do lado de fora das igrejas. Estas passavam por extenso treinamento nas artes da prostituição.

Essas ocorrências são, hoje, classificadas como casos de exploração sexual, por envolverem crianças e adolescentes no comércio do sexo.

No Brasil, a exemplo de outros países, a história não era diferente. Segundo Fonseca (1982), em 1788, meninos e meninas esmolavam nas ruas de São Paulo, vendendo o corpo em troca de dinheiro. Em sua maioria, eram órfãs ou abandonadas pelos pais. Em 1825, crianças rejeitadas ou filhas de militares, enviados à guerra no sul do país que não voltavam, ou se tornavam inválidos, ficavam a vagar pela cidade e, muitas vezes, eram abrigadas por famílias que as lançavam à prostituição, para obterem algum lucro. Havia, ainda, donas de prostíbulos que reservavam as filhas das prostitutas para as substituírem na velhice.

Essas ocorrências ainda se repetem com freqüência na atualidade, conforme relato de Andrade (2005)

Essa situação parece muito distante da contemporaneidade. Mas não é. No interior do Brasil, principalmente na região norte, meninas são comercializadas como escravas sexuais, por meio de redes de tráfico de seres humanos. Muitas são vendidas pelas próprias famílias, que, miseráveis e excluídas, não têm condições de prover o sustento da criança.

Os aliciadores acabam mantendo as meninas e até meninos em cárcere privado, onde sofrem todo o tipo de violência sexual, física e psicológica. São mantidos em regime de escravidão e permanecem vinculados a uma dívida contraída junto ao agenciador ou dono do prostíbulo, em troca da alimentação, estadia, roupas e produtos de higiene. (ANDRADE, p. 1, 2005.)

No Brasil pós-descobrimento, ocorriam, também, os casos que envolvem a violência física. Segundo Ramos (2000), as primeiras crianças chegadas ao Brasil, enviadas com a incumbência de casarem com os súditos da coroa, vinham nas embarcações ocupando funções como grumetes ou pagens. Como havia poucas mulheres nos navios, as crianças eram obrigadas a aceitar os abusos sexuais dos marujos rudes e violentos.

Outro segmento da população brasileira que sofreu as duras conseqüências dos abusos sexuais na infância foi o da população negra. No dizer de Santos (1994), o projeto modernizador da criança brasileira, que levou os pais a ter maior interesse pelos filhos, tornando o sentimento afetivo o maior responsável pela coesão familiar, restringia-se à criança branca. Os negros eram considerados nocivos ao processo de higienização da família, por se considerar que eram despudorados e que apresentavam comportamento libidinoso. Assim, atribuía-se um caráter de eroticidade ao corpo negro, que, aliado ao preconceito racial, caracterizava a mulher negra como uma figura ligada ao prazer e à permissividade, idéia essa que ainda perdura atualmente, na cultura brasileira.

A criança negra feminina, quer nos parecer, não foi incluída no processo modernizador da família brasileira. Ao contrário, sequer como “anjo” foi representada, ou seja, não sendo-lhe atribuído o estatuto de “pureza” e pertencendo a uma raça “naturalmente libidinoso”, à menina negra restava pouco a seguir no curso traçado pela revolução dos costumes. (SANTOS, 1994, p. 39)

Assim, além de toda a crueldade que se constituía a situação da escravatura, como a captura, a execução de trabalhos forçados sem remuneração, os castigos físicos, o processo de aculturação pela obrigatoriedade de incorporarem novos costumes e crenças religiosas, a separação de mães e crianças, havia a questão da violência sexual. Segundo Dourado e Fernandez (1999), os senhores de escravos estimulavam os filhos a seduzirem as negras, para se iniciarem na sexualidade. As escravas jovens também serviam aos desejos sexuais dos senhores, sendo, muitas vezes, obrigadas a se entregar sexualmente aos patrões ou capatazes, podendo ser duramente castigadas se oferecessem resistência. Os filhos nascidos dessas

relações sexuais forçadas, muitas vezes, eram abandonados em instituições de caridade ou ficavam perambulando pelas ruas, entregues à própria sorte.

Segundo Mott (1991), na tradição luso-brasileira, as relações sexuais entre adultos e adolescentes, não só eram freqüentes, como também não eram condenadas pela Teologia Moral, uma vez que, mesmo quando realizadas com violência, nunca chegaram a ser consideradas como crimes específicos por parte da inquisição. Através de análise realizada pelo referido autor na documentação inquisitorial arquivada na Torre do Tombo, em Lisboa, ele conclui que ocorriam muitas denúncias, mas somente nos casos mais graves, e quando havia grande número de testemunhas dos atos de sodomia, estes resultavam na prisão do réu, e muito poucos chegavam à fogueira. Relata ainda que, o fato de as vítimas serem pré-púberes, ou da sodomia ter sido realizada com violência, não era considerado agravante. “O que se levava mais em conta era a ocorrência ou não da *sodomia perfeita* (penetração com ejaculação) e a repetição dos atos venéreos, as duas matérias–primas para a punição por parte do Santo Ofício” (MOTT, 1991, p. 48).

O autor cita alguns casos de abusos sexuais que envolviam crianças, ocorridos no Brasil-colônia, e assinala, devido à ação das autoridades da época, uma mudança de atitudes com relação ao problema:

A mudança de atitudes por parte dos donos do poder em face da Corrupção de menores é evidente: da cruel indiferença dos inquisidores aos estupro infantis do século XVI ao XVIII, à vigilância em todo o território nacional por parte dos chefes de polícia contra um pedagogo pedófilo na segunda metade do século XIX – a mesma época em que nosso imperador Pedro II era declarado maior de idade aos 15 anos – tal mudança de postura pode ser interpretada sob dois ângulos: de um lado a instauração de uma moralidade ultrapassada – a vitoriana – que sob o pretexto de proteger a inocência infanto-juvenil, reprime e dessexualiza completamente os meninos e adolescentes; de outro, o início dos direitos humanos dos jovens e crianças, não mais tratados como tabula rasa – como postulava o pai da sociologia, Emile Durkheim em 1925 na obra *L’Educacion Morale* – nem como reles objetos sexuais dos mais velhos, mas criaturas merecedoras de respeito, capazes de livre orientação sexual e dos prazeres eróticos, e donas de sua privacidade individual. (MOTT, 1991, p. 58-59)

Azevedo e Guerra (1988), por sua vez, afirmam que a ascensão do Cristianismo dá início a um ciclo de condenação da participação de crianças em atos sexuais. Uma vez que nesta corrente religiosa se encontra fortemente presente a concepção da sexualidade como prática impura, admitida apenas com o objetivo da procriação, a Igreja passou a assumir de forma explícita a condenação das relações sexuais adulto-criança. As autoras afirmam que essa idéia aparece, nos dias atuais,

disfarçada de outros significados, como, por exemplo, sob o manto da compreensão científica do fenômeno, que passa a ser considerado como “desviante”, e, portanto, reprovável, mas compreensível enquanto patologia (quando a ênfase é colocada no agressor), ou enquanto sedução (quando se focaliza a vítima)

Essa tendência à desaprovação parece confirmar-se, a julgar pelas medidas adotadas aos indivíduos adeptos destes atos. Azevedo (2000) faz alguns relatos sobre a punição dos crimes sexuais ao longo da história:

Ao longo dos tempos, o crime de estupro tem sido penalizado das mais variadas formas: no Egito, com mutilação; na Grécia, com a morte. No código visigótico, se o agressor fosse livre, ficaria escravo da vítima; se fosse escravo, sofreria pena de morte. Na Inglaterra medieval, punia-se, inicialmente, com pena de morte, e após Guilherme, o conquistador, com a pena de castração e a perda dos olhos. Na Espanha medieval, se o agressor fosse escravo, a pena era morte na fogueira, e o açoite se fosse homem livre. A pena de morte aparece também nas Ordenações Filipinas que vigoraram em Portugal. Pode-se constatar que as penalidades sempre foram severas, reconhecendo-se a gravidade do crime (p.151).

Segundo Rolim (2005), as práticas sexuais com crianças são consideradas como crime em diversos países, como nos Estados Unidos, onde produzir e comercializar pornografia infantil constitui crime; e na Inglaterra, onde o fato de portar esse material também vai de encontro à lei. No Brasil, no que diz respeito às questões relativas à prática de violência sexual, tanto o Código Penal brasileiro, como a Constituição Federal de 1988, e o ECA legislam sobre o assunto.

O Código Penal brasileiro é antigo e data de 1940. É uma legislação desatualizada, que não atende aos interesses das vítimas:

A legislação brasileira que pune a violência sexual contra crianças e adolescentes é ultrapassada e não atende às reais necessidades da conjuntura. O Código Penal, elaborado na década de quarenta, expressa a moralidade dominante, na época, o que o torna obsoleto e preconceituoso contra as mulheres vítimas da exploração sexual. A Constituição de 1988, felizmente, aponta para as necessárias reformas na legislação penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente traz dispositivos que visam a defesa dos direitos sexuais da população infanto-juvenil. (NEPOMUCENO, 1999, p. 356)

A autora chama atenção para o fato de que as situações relacionadas à exploração sexual e à violência, no Código Penal, localizam-se no título dos crimes contra os costumes e não contra a pessoa, tendo, assim, o legislador, atendido à moral vigente, à época, e não à pessoa vitimada. Divide as vítimas em duas categorias: “mulher honesta e mulher virgem”, e recomenda penas diferenciadas para as situações de conjunção carnal com ambas, o que acentua ainda mais o

enviesamento da questão, a partir de quando se vê tratada sob o prisma da moralidade. E, pior ainda, resulta na transformação das vítimas em criminosas:

Essas exigências do Código Penal, expressão da moral dominante em 1940, acabam (sic) invertendo os papéis e muitas mulheres vítimas de violência e exploração sexual – incluem-se aí crianças e adolescentes – acabam passando de vítimas a criminosas, pois não eram honestas ou virgens. Os exploradores e seus clientes é que são as “verdadeiras vítimas”, dessas meninas “promíscuas e de vida fácil”. (Idem, p. 362).

Uma das críticas que se faz ao código penal é que este parece não contar com a possibilidade de indivíduos do sexo masculino virem a ser vítimas de violência sexual. Este fato reflete ainda mais a desatualização do Código, uma vez que, hoje, estima-se que um grande número de crianças e adolescentes do sexo masculino são vítimas, tanto de exploração sexual comercial, quanto de abuso sexual por parte dos membros da própria família. Assim, Hazeu, citado por Nepomuceno afirma:

Principalmente a honra da mulher parece ter sido a preocupação na formulação do código penal. O sujeito passivo, na maioria dos artigos, só pode ser uma mulher, como no caso de fraude, sedução e rapto, negando a possibilidade de que um homem possa ser enganado, seduzido ou raptado (HAZEU apud NEPOMUCENO, 1999, p. 361).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, dispõe sobre as questões relativas à violência sexual: “[...] Parágrafo 4º - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1999, p.155)

Como afirma Gadelha (2005), a problemática da violência sexual, porém, ganhou maior visibilidade a partir da década de 90, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que veio a regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, no que trata da garantia os direitos fundamentais a essa parcela da população. A partir daí, as questões relativas à violência sexual passaram a ser incluídas na agenda da sociedade civil e na luta internacional pelos direitos humanos.

Os artigos 240 ao 251 do ECA trazem as penas para quem pratica a exploração sexual:

ARTIGO 240 – Produzir ou dirigir representação teatral, televisiva ou película cinematográfica, utilizando-se de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica:

Pena: reclusão de um a quatro anos, e multa.

ARTIGO 241 – Fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena: reclusão de um a quatro anos.

[...] **ARTIGO 250** – Hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel, ou congêneres:

Pena: multa de dez a cinquenta salários de referência; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até 15 dias.

ARTIGO 251 – Transportar criança ou adolescente, por qualquer meio, com inobservância do disposto nos art. 83,84,85 desta lei:

Pena multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (ECA, 2003, p. 47, 49)

Diante da existência de toda uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes, o ECA visa, ainda, a regular sobre a frequência destes a hotéis e estabelecimentos do tipo, uma vez que estes estabelecimentos, muitas vezes, na maioria das grandes cidades brasileiras, podem estar intimamente ligados à exploração sexual. Normatiza, ainda, a viagem de crianças e adolescentes, com o objetivo de prevenir o tráfico destes, como se pode ver:

ARTIGO 82 - É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congêneres, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

ARTIGO 83 – Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem nenhuma autorização judicial.

[...]

ARTIGO 85 – Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do país em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior. (idem, p.13)

A legislação brasileira, dessa forma, trabalha em três linhas básicas: a prevenção, a repressão e a recuperação:

Existem três linhas de ação no combate à violência e exploração sexual de crianças e jovens: a da prevenção, a da repressão e a da recuperação. Na linha de prevenção, é importante tornar cada vez mais visível o problema, de modo a envolver o máximo de pessoas e entidades, governamentais e não governamentais nessa luta. Neste sentido, os meios de comunicação têm um importante papel na denúncia e exigência de punição dos culpados. É importante ainda divulgar o Estatuto da Criança e do adolescente que é a legislação que protege e faz cumprir os direitos da população infanto-juvenil. Na linha da repressão, é importante a punição dos culpados, tanto nos países de origem quanto nos países de destino [...]. Na linha da recuperação, percebe-se a necessidade de centros de atendimento às vítimas de violência e exploração sexual, e até de seus violentadores, se for o caso. Esse atendimento deve abranger a criança ou o adolescente do ponto de vista médico, psicológico e social. Para o funcionamento de centros dessa natureza, será necessário também pessoal com qualificação na área da infância e da juventude (NEPOMUCENO, 1999, p. 368-369)

Apesar das mudanças sofridas na legislação brasileira, o tema ainda se reveste de extrema gravidade. Por ser um problema complexo, que envolve

questões relativas a um imaginário social, que admite a prática de atos sexuais com crianças; questões relativas à problemática de gênero, ligadas às relações de poder entre os sexos; assim como as questões econômicas, o enfrentamento do tema requer o envolvimento de todos – família, Estado e sociedade – e, ainda, pressupõe mudanças na natureza estrutural da pobreza/desigualdade social, que se constitui terreno fértil para o surgimento das práticas de violência e exploração sexual.

2. A VOLÊNCIA E O ABUSO SEXUAL INFANTIL: definições conceituais

A violência está presente no nosso cotidiano. Permeia nossas relações e causa-nos temor, à medida que nos tornamos conscientes de que suas manifestações estão cada vez mais próximas de cada um de nós.

Definir violência não é simples, uma vez que o conceito vem sendo usado para definir práticas diversas. Segundo Sá (1999), fala-se em violência dos criminosos, da ação policial, da ação política, das leis, do modelo econômico, da fome, da miséria, do analfabetismo, ou seja, o termo é usado nos mais diferentes contextos e com os mais diversos significados.

Considerada um problema social e histórico, está presente em todas as sociedades (FERREIRA E SCHRAMM, 2000). Para Minayo (1994), a violência deve ser entendida como um fenômeno que acontece, desenvolve-se e atualiza no contexto da vida em sociedade. É um fenômeno complexo, em que se entrelaçam questões pertinentes às mais diversas áreas, tais como a economia, o direito, a moral, a psicologia.

Quando se discute a violência, há uma tendência a relacioná-la com a agressividade, atribuindo-lhe um caráter naturalista. Assim, a violência seria um instinto inerente ao ser humano.

Para Azevedo (2000), a agressão existe no domínio da natureza, e a violência no domínio da cultura. Assim, reconhece que toda violência é social e histórica, portanto capaz de ser controlada e erradicada se existir vontade política.

Para Costa (1984), reconhecer a violência como natural, como necessária, é banalizá-la, o que contribui para sua perpetuação. Afirma que o instinto agressivo é natural e necessário, uma vez que se destina à luta pela sobrevivência humana. A agressividade não implicaria nenhum desejo de destruir o outro, embora possa provocar essa destruição, quando o objetivo a ser atingido é a sobrevivência do organismo, mas, neste caso, trata-se de uma questão de necessidade, e não de desejo. Quando ocorre o desejo de destruir o outro, de provocar-lhe danos, de privá-lo de algo, aí não se trata mais de instinto agressivo, e sim de violência, da violência propriamente dita.

Baseada nesta reflexão, Vilhena (2002) afirma que a violência seria o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos.

Chauí (1985) define violência como sendo a transformação de uma diferença, de uma assimetria, em uma relação hierárquica de desigualdade, com o objetivo de dominar, explorar e oprimir. Como a ação que considera o ser humano como uma coisa, um objeto, não como um sujeito. Para a autora, quando a atividade e a fala de alguém são impedidas, há violência.

Tomando como base esse pensamento, Araújo (2002) considera a violência como uma violação do direito de liberdade, do direito de ser sujeito, da capacidade do ser humano de construir a própria história. Para a autora, esse modo particular de pensar a violência fundamenta a concepção da violência intrafamiliar, que atinge em maior número a alguns grupos particularmente vulneráveis, como mulheres, crianças e adolescentes, e se encontra na raiz dos casos de abuso sexual infantil.

Chamamos, portanto, a atenção para esse fenômeno, que é considerado como um problema social de grande dimensão, por afetar toda a sociedade e repercutir significativamente sobre a saúde das pessoas por ela atingidas. É definida pelo guia “Violência intrafamiliar – orientações para a prática em serviço” - um documento publicado pelo Ministério da Saúde como:

[...] toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder com a outra. (BRASIL, p.15, 2001).

Quando falamos em violência intrafamiliar, devemos levar em conta não só o espaço físico onde ocorre, mas, também, e principalmente, ao contexto relacional em que é gerada. É um fenômeno intimamente ligado às relações de gênero, que influenciam a vida nas sociedades contemporâneas através da linguagem, dos símbolos, das instituições e das hierarquias que interagem entre si, definindo os papéis de homem e mulher em várias instâncias, como na família e no trabalho. As questões ligadas à problemática de gênero delimitam, ainda, a divisão do poder entre os sexos. Uma vez que, na nossa organização social, o homem figura como o detentor do poder, os episódios de violência recaem, com maior frequência, sobre os segmentos que detêm menor poder, ou seja, mulheres, crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência. (BRASIL, 2001).

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes pode manifestar-se das mais diversas formas, indo desde os maus-tratos, negligência, abuso psicológico e abuso sexual.

Faleiros (2000) realizou uma extensa pesquisa sobre os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e verificou a existência de uma imprecisão terminológica em que o fenômeno do abuso sexual é designado pelos mais diferentes termos, tais como violência sexual, agressão sexual, vitimização sexual, exploração sexual, maus-tratos, sevícia sexual, ultraje sexual, injúria sexual, crime sexual. O termo violência sexual intrafamiliar é traduzido como abuso sexual doméstico, violência sexual doméstica, incesto, abuso sexual incestuoso. Por sua vez, o uso sexual de menores de idade com fins lucrativos é designado ora como prostituição infanto-juvenil, ora como abuso sexual, ora como exploração sexual comercial.

Afirma que o termo abuso sexual aparece como o mais empregado para denominar as situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente quando estas se referem à violência intrafamiliar. É utilizado, ainda, às vezes como maus tratos, às vezes como violência.

A autora chega à conclusão que a utilização de diferentes termos como sinônimos não é uma mera questão de terminologia, mas remete a uma questão epistemológica, pois revela a falta de uma rigorosa e clara conceituação da problemática. Com base nos estudos realizados, percebe que os termos violência sexual, abuso sexual e maus tratos não são sinônimos, e são epistemologicamente distintos. Na tentativa de clarificar essa confusão conceitual, propõe a seguinte classificação: violência seria a categoria - chave da vitimização sexual. Refere-se à natureza da relação, (que é sempre uma relação de poder) que se estabelece quando da ocorrência do abuso sexual. Abuso sexual seria a situação de excesso, de transposição de limites, tanto de direitos humanos quanto de direitos legais, de poder, de papéis sociais, tabus e regras familiares, além de ultrapassagem dos níveis de desenvolvimento da vítima e de sua capacidade de conhecimento para consentir, compreender. Maus- tratos seriam os danos causados à vítima, ou seja, os atos e conseqüências trazidos a esta pelo abuso cometido.

Os episódios de violência sexual contra crianças e adolescentes se constituem em assunto com o qual é difícil lidar, tanto no seio das famílias, visto que coloca em cheque a concepção da família como instância protetora, como da sociedade em geral. Talvez por esse motivo, as agressões sexuais contra crianças e adolescentes tenham permanecido por um longo tempo envoltas em um escuro véu. O problema chega a atingir, inclusive, os profissionais encarregados de lidar com as vítimas, uma vez que muitos deles demonstram dificuldade de lidar com os casos e acabam por assumir atitudes que contribuem para a manutenção do silêncio e, conseqüentemente, para a impunidade do agressor e perpetuação da situação de violência. Conforme afirma Araújo (2002), esses profissionais “em nome da ética e do sigilo profissional, se refugiam numa atitude defensiva, negando ou minimizando os efeitos da violência” (p. 5).

Para Faleiros (2005), é necessário perceber que a categoria violência engloba todas as situações em que crianças e adolescentes são vitimizados sexualmente, incluindo as de caráter comercial, e que esse fenômeno assume formas distintas, dependendo da situação e do cenário no qual se manifestam. Segundo a autora, há um consenso entre os estudiosos da violência sexual contra crianças e adolescentes de que esta é uma relação de poder, na qual se confrontam pessoas com quantidades desiguais de poder, força, conhecimento, autoridade, experiência, maturidade.

Afirma, ainda, que a violência sexual deve ser considerada como fator de extrema gravidade pelo seu caráter íntimo e relacional. Se praticada por um adulto, contra uma criança ou adolescente, torna-se mais grave pela desestruturação psíquica e social que provoca, principalmente se acontecer por períodos prolongados.

Pereira (2001) afirma ser a violência sexual

[...] uma invasão das partes mais privadas e íntimas do corpo e da consciência de uma pessoa. Este tipo de violência é impulsionada [sic] por uma destrutiva combinação de poder, ira e sexo; produto das relações de poder e dominação”. (p. 106).

Na atualidade, muito se discute sobre os prejuízos que as práticas sexuais que envolvem crianças podem trazer para o desenvolvimento em todos os seus níveis: físico, psicológico, social. Para Faleiros (2000), faz-se necessário

compreender que a violência contra crianças e adolescentes, quando se reveste de caráter sexual, traz as seguintes conseqüências:

- deturpa as relações sócio-afetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas;
- confunde, nas crianças e adolescentes violentados, a representação social dos papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais; o que implica a perda de legitimidade e da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais;
- inverte a natureza das relações adulto/criança e adolescente definidas socialmente, tornando-as desumanas em lugar de humanas; desprotetoras em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas e narcisistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas, dependentes em lugar de libertadoras, perversas em lugar de amorosas, desestruturadoras em lugar de socializadoras;
- confunde os limites intergeracionais.(p. 9).

Os abusos sexuais podem ser classificados como intrafamiliares ou incestuosos e extrafamiliares. Englobam, ainda, as situações de exploração sexual, visando ao lucro. Sendo um fenômeno que se reveste de grande grau de complexidade, as definições de abuso sexual são muitas, enfocando as diversas facetas conforme se apresenta.

Para Gabel (1997), a expressão significaria a separação, o afastamento do uso normal da sexualidade. Assim, o abuso seria, ao mesmo tempo, um uso errado e excessivo, o que não significaria dizer, adverte a autora, que houvesse um uso permitido, uma vez que abusar significa ultrapassar os limites, e, portanto, transgredir.

Essa definição, que tem suas raízes no significado etimológico do termo, é partilhada por outros estudiosos. Cromberg (2001) chama a atenção para a formação da palavra abuso, composta de *ab* mais *usu*, em que *ab* é um prefixo que significa tanto privação e afastamento, como excesso e intensidade, enquanto *uso* refere-se ao aproveitamento de algo de acordo com o seu destino. A autora refere-se, ainda, ao uso do termo em sentido jurídico, que significaria aproveitar-se de alguém temporariamente, de forma onerosa ou gratuita. Nesse sentido, o abuso estaria ligado, também, a uma concepção de uso inadequado, uma vez que prevê a privação ou o uso excessivo do corpo de alguém, de forma onerosa.

Outros autores, como Tomkiewicz (1997) e Barbosa (1999) em um certo sentido, partilham dessa concepção, quando definem abuso sexual, enfocando o

uso do corpo da vítima, um uso inadequado, uma vez que teria por finalidade a satisfação sexual unilateral do agressor. Barbosa, no entanto, acrescenta um outro elemento, que, a nosso ver, atuaria como um agravante da situação: o uso, por um adulto, de coação física e psicológica:

O abuso sexual é a utilização para fins sexuais do corpo de uma criança ou adolescente, por parte de um adulto. Caracteriza-se pelo não consentimento da vítima que é coagida física, emocional ou psicologicamente. Trata-se, portanto, de uma relação bilateral para satisfação unilateral do abusador. (BARBOSA, 1999, p. 39).

Outras tentativas de definir abuso sexual enfatizam a prática de atividades sexuais inapropriadas à idade e ao desenvolvimento psicosssexual da vítima:

Define-se como a participação de uma criança ou adolescente em atividades que são inapropriadas à sua idade e seu desenvolvimento psicosssexual. A vítima é forçada fisicamente, coagida ou seduzida a participar da relação sem ter necessariamente a capacidade emocional ou cognitiva para consentir ou julgar o que está acontecendo (GAUDERER e MORGADO, 1992, p. 243).

Para Finkelhor e Hotaling (1984), as definições de abuso sexual devem levar em consideração as diferenças de idade e os modos de coerção utilizados, como também, o tipo de comportamento envolvido. Os autores consideram que deve existir uma diferença de idade de cinco anos ou mais, quando a vítima é menor de 12 anos, e de 10 anos ou mais, quando a criança tiver entre 13 e 16 anos. Consideram, ainda, que, independente da diferença de idade, atos como uso da força, ameaça ou exploração deveriam ser sempre considerados abusivos.

Para Friedman (1990), a ênfase em uma variável em particular, tal como idade, nível cognitivo, força, habilidades sociais, maturidade física, seria eliminada se a definição fosse elaborada considerando a habilidade da criança em consentir livremente para participar de um determinado comportamento.

A questão da habilidade para o consentimento parece suscitar posições diversas. Seneviratne (1999) considera que crianças e adolescentes são imaturos para dar consentimento à realização de práticas sexuais que não compreendem. Para Cohen e Gobbetti (2005), a validade do consentimento é uma questão subjetiva. Afirma que o consentimento por parte de uma criança para uma relação sexual é socialmente aceito como não válido, e questiona, ainda, se apenas a idade, conforme determina a lei, é suficiente para definir essa escolha.

Para Faleiros (2000), a questão do consentimento ou não da criança ou adolescente violentado sexualmente é uma das mais carregadas de controvérsias e

preconceitos, inclusive dos pontos de vista policial, legal, jurídico e da opinião pública, uma vez que está intimamente ligada à cultura machista, que tende a culpabilizar a vítima.

Alguns autores definem o tema enfocando mais precisamente as características físicas do contato mantido pelo agente do abuso, com a criança:

Em tese, define-se Abuso Sexual como qualquer conduta sexual com uma criança levada a cabo por um adulto ou por outra criança mais velha. Isto pode significar, além da penetração vaginal ou anal na criança, também tocar seus genitais ou fazer com que a criança toque os genitais do adulto ou de outra criança mais velha, ou o contacto oral-genital ou, ainda, roçar os genitais do adulto com a criança. (BALLONE, 2003, p. 1)

Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyerismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. (MINISTÉRIO DA SAÚDE. p. 13, 2002).

Knutson (1995) considera que não se deve agrupar os atos sexuais sem se referir ao grau de penetração, força ou contato físico, uma vez que isso poderia comprometer as conclusões sobre as conseqüências do ato praticado.

Cohen e Gobbetti (2005) parecem discordar de uma definição que leve em conta somente os tipos de contatos físicos mantidos com a criança, uma vez que afirma que o abuso sexual não deve ser qualificado apenas com base em atos concretos, tampouco sua gravidade avaliada somente em termos das marcas físicas produzidas, mas, principalmente, pelas vivências emocionais experimentadas pelos indivíduos expostos a essas situações. Considera que a existência de outros fatores pode configurar-se como mais importantes do que estabelecer a ocorrência ou não de atos libidinosos ou de conjunção carnal, como valorizar a duração do relacionamento e o vínculo estabelecido entre os sujeitos envolvidos.

Habizang e Caminha (2004) ressaltam o fato de que, nas situações de abuso, é patente a intenção do agressor de estimular a sexualidade da criança para estimular a si próprio e, assim, obter gratificação sexual. Assinalam, ainda, o fato de que o agressor se encontre em estágio de desenvolvimento psicosssexual superior ao da criança ou adolescente, tendo, portanto, maiores condições de impor sua vontade, através de violência física ou ameaças.

Flores e Caminha (1994) explicam o abuso sexual como tendo origem na estrutura biossocial do macho e da fêmea humanos. Para os autores, na perspectiva evolucionista, são melhores sucedidos os indivíduos com maior sucesso reprodutivo.

Embora reconheçam que, no caso da espécie humana, exista um outro fator, a cultura, que permeia os comportamentos, o estupro seria um comportamento adaptativo do qual se utilizariam os machos com habilidades precárias de competição.

Para Faleiros (2000), as situações de abuso sexual intra e extrafamiliar expressam fantasias e desejos incontroláveis que são impostas às vítimas por seus agressores, ocorrem sem o consentimento destas e ocasionam danos físicos, psicológicos e sociais por toda a vida, além de ocorrerem em uma situação de dominação, em que a vítima não está em condições de se opor. A partir dessas características, considera as situações de abuso como relacionamento sexual parafílico, classificado em dois tipos: a dominação sexual perversa e a agressão sexual, assim definidas:

A dominação sexual perversa se constitui na construção -deliberada, premeditada, paciente e ritualizada - de um relacionamento perverso, que se mantém através da dominação psicológica de longa duração. Começa por um processo de sedução, que consiste na conquista sutil, seguido de uma "lavagem cerebral" que anula a capacidade de decisão da vítima, e acaba em sua dominação e aprisionamento. [...] Outro tipo de relacionamento interpessoal sexual parafílico é a *agressão sexual*, no qual a vítima, submetida pela força física (com ou sem arma) e pelo terror, sofre graves danos, como estupro ou outros atos libidinosos, ferimentos, torturas, sevícias, roubo, trauma psicológico, gravidez ou morte, associados ou não. (FALEIROS, 2000, p. 13, 15).

Segundo Pereira (2001), a violência sexual contra crianças e adolescentes relaciona-se com o nível de desenvolvimento civilizatório das sociedades, nas quais ocorrem, e com suas concepções acerca da sexualidade e da posição social que ocupam as crianças, adolescentes e famílias. Seguindo essa linha de raciocínio, Saffioti (1989a) tece considerações sobre a hierarquia do poder na sociedade ocidental e chama a atenção para o fato de que o homem, na maioria das vezes, é o detentor do poder dentro da organização social e familiar:

Do exposto, decorre que a sociedade ocidental é androcêntrica e adultocêntrica. A relação de dominação-exploração que se estabelece entre o homem, de um lado, e a mulher e a criança, de outro lado, é uma relação de poder. O adulto, em geral, independentemente de seu sexo, detém poder sobre a criança. Quer se trate de pai ou mãe, de avô ou avó, independente do grau de correção de suas ordens e argumentos, a criança deve submeter-se aos desígnios do adulto. (p. 50).

A questão do poder também está intimamente ligada às relações de gênero, que, por sua vez, articulam-se com categorias de classe e raça-etnia. Saffioti (1989b), ao refletir sobre a hierarquia do poder na sociedade brasileira, afirma que o

este se define como *macho, branco e rico*, ao que acrescenta *adulto*. As categorias subalternas são formadas pelas mulheres, pelos negros, pelos pobres e pelas crianças. Afirma que, na sociedade em geral, pode-se observar uma hierarquia entre as categorias de sexo e faixas etárias em que o homem domina a mulher, que, por sua vez, domina a criança. Como consequência disto, o homem tem seu poder aumentado diante da criança e também diante da mulher. Daí, pode-se ver claramente a hierarquia: o homem adulto é o mais poderoso, a mulher se concede o direito de dominar as crianças, já que a sociedade lhe outorga a função de socializar as gerações imaturas, e a criança é destituída de qualquer poder. Para Azevedo e Guerra (1989), este fenômeno teria papel preponderante nos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes:

Trata-se de um fenômeno que, embora vitimize meninos, tem na mulher criança sua vítima mais freqüente. Isso tem a ver com o fato de que a vitimização é um processo que tem sua raiz no padrão falocrático de relações de gênero. Nessa mesma raiz, está o fato de tratar-se de um fenômeno onde o agressor é um homem, na quase totalidade dos casos. (p.43-44).

Vivemos, portanto, em uma sociedade permeada por fortes relações hierárquicas, em que o poder do adulto sobre a criança tem várias facetas e é exercido de forma desigual. Assim, muitas definições de abuso sexual enfocam a questão do exercício do poder nas famílias:

A violência sexual corresponde aos atos de natureza sexual impostos a uma criança ou adolescente por um adulto que explora seu poder hierarquicamente superior, sob a forma de assédio verbal, invasão de limites corporais ou psicológicos com toques ou palavras e relações sexuais genitais, orais ou anais. No abuso sexual, as atividades sexuais não estão sintonizadas com o nível de desenvolvimento do adolescente, o qual é incapaz de dar o seu consentimento. (ANTONI e KOLLER, 2002, p.87)

Esse fenômeno teria o poder de influir na formação psicológica das crianças do sexo feminino, dando caracteres específicos à sua identidade sexual, notadamente o de fragilidade feminina e subserviência:

Se, da mesma maneira que homens, mulheres espancam crianças, chegando a matá-las, dentre os agressores sexuais a presença feminina é diminuta. Este dado, aliado a outros, sugere que o abuso sexual de meninas e adolescentes constitui um componente importante da socialização da mulher para submeter-se ao poder do macho. (SAFFIOTI, 1989c, p.18)

Gabel (1997) também enfatiza a questão do exercício do poder nas relações. Para a autora, nas situações de abuso estaria contida a noção de poderio, o abuso de poder ou de astúcia, abuso de confiança. A intenção e premeditação estariam presentes. Assim, o abuso sexual seria uma disfunção que envolve três níveis: o

poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco); a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor); o uso delinqüente da sexualidade, traduzido como o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre o próprio corpo.

A literatura especializada cita vários tipos de abuso sexual, em uma vasta gama de situações, que vão desde o voyerismo, a manipulação da genitália, a pornografia, o exibicionismo, o assédio sexual, o estupro, o incesto e a prostituição infantil. Tais ocorrências podem ser divididas em dois tipos básicos: o abuso sexual sem contato físico e o abuso sexual com contato físico. Faz-se importante citar e marcar as diferenças entre as duas situações, pois, para o leigo, determinadas ocorrências em que não se mantém o contato físico direto podem não ser consideradas situações de abuso, quando, de fato, são consideradas tão potencialmente deletérias para a saúde psicológica de crianças e adolescentes quanto às situações em que se mantém contato físico direto.

O manual Abuso sexual – Mitos e realidades, uma publicação da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência - ABRAPIA (1997), traz as seguintes definições:

ABUSO SEXUAL SEM CONTATO FÍSICO:

- **ABUSO SEXUAL VERBAL** – Conversas sobre atividades sexuais destinadas a despertar o interesse sexual da criança ou do adolescente ou a chocá-los.
- **TELEFONEMAS OBSCENOS** – a maioria é feita por adultos, especialmente do sexo masculino, podendo gerar ansiedade na criança, no adolescente e na família.
- **EXIBICIONISMO** – A intenção, no caso, é chocar a vítima. O exibicionista é, em parte, motivado por esta reação. A experiência pode ser assustadora para as vítimas.
- **VOYERISMO** – O voyer obtém sua gratificação sexual através da observação de atos ou órgãos sexuais de outras pessoas, estando normalmente em local onde não seja percebido pelos demais. A experiência pode perturbar e assustar a criança ou o adolescente. (p. 9)

ABUSO SEXUAL COM CONTATO FÍSICO;

- **ATOS FÍSICO-GENITAIS** – Incluem relações sexuais com penetração vaginal, tentativa de relações sexuais, carícias nos órgãos genitais, masturbação, sexo oral e penetração anal.
- **SADISMO** – Abuso Sexual incluindo flagelação, tortura e surras

- PORNOGRAFIA E PROSTITUIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – São essencialmente casos de exploração sexual visando fins econômicos. (p. 8)

Azevedo e Guerra (1988) adotam o termo abuso-vitimização sexual e o consideram como as duas faces de uma mesma moeda. Acreditam que o termo expressa o fenômeno em sua totalidade, causando danos à criança através da participação forçada em práticas ou atos eróticos. Ressaltam, no entanto, que se deve empregar o termo abuso, quando se observa o fenômeno do ponto de vista do ato praticado pelo adulto; e vitimação, quando se examina o fenômeno do ponto de vista da criança, que é o sujeito que sofre a coação, a injúria, o dano.

Adotam, pois, o termo vitimação sexual para o fenômeno, que definem como “a participação de uma criança em práticas eróticas mediante coerção (física ou psicológica) de um adulto (p.12). Assinalam que essa definição se assenta nos pressupostos de que, nas ocorrências de vitimação, a criança é sempre vítima, a intenção no processo de vitimação sexual é sempre o prazer do adulto, o mecanismo que implica a participação da criança é a coerção exercida pelo adulto, e que o efeito da vitimação sexual parece ser sempre danoso para a criança: “a vitimação sexual é uma forma de erosão da infância” (p. 13).

As definições não se esgotam por ser um assunto que envolve os mais diversos aspectos da nossa organização social, indo desde os pressupostos familiares a questões sociais. Por isso, também as ocorrências de abuso sexual contra crianças e adolescentes são permeadas de mitos, que estão fortemente arraigados, mas que, nem sempre, constituem verdades. O manual da ABRAPIA (1997) traz importantes esclarecimentos sobre esta questão, à medida que tenta desvendar os principais mitos circulantes na sociedade:

1. “O abusador é um psicopata, um tarado que todos conhecem na rua”.

As estatísticas afirmam que os abusadores costumam ser pessoas aparentemente normais, sobre as quais não repousa qualquer tipo de suspeita. “Em uma minoria dos casos, o agressor sexual sofre de distúrbios psiquiátricos” (AZEVEDO e GUERRA, 1995, p.12).

2. “O estranho representa o perigo maior às crianças e aos adolescentes”. O abuso sexual, na maioria dos casos, ocorre longe da casa da criança ou do adolescente”.

Muitos estudiosos são unânimes em contestar a veracidade desta afirmativa e apontam o abusador como uma pessoa muito próxima da criança, com quem ela mantém uma estreita relação afetiva e em quem ela confia. Em decorrência disso, aumentam as dificuldades de proteção dessa criança, já que, muitas vezes, esses agentes de violência residem sob o mesmo teto.

Segundo afirmações de Barbosa (1999) em cerca de 80% dos casos, o agressor faz parte do sistema familiar, mantém algum tipo de convivência com a vítima e exerce algum poder sobre ela.

Para Gauderer e Morgado (1992), a pedofilia e a hebefilia, que se definem, respectivamente, como abuso de crianças e de adolescentes, ocorrem em sua maioria por pessoas bem conhecidas pelas crianças, como empregados da residência, amigos da família, parentes consaguíneos, pais, educadores. Afirmam que apenas 25% dos agressores são pessoas estranhas à criança e sua família.

Na opinião de Bannister (1991) os abusadores são sedutores e tendem a escolher uma criança mais próxima de seu relacionamento, razão essa pela qual a maior parte dos abusos ocorrem dentro da família ou no círculo extensivo à família e aos amigos.

Poderíamos citar, aqui, inúmeros outros estudiosos, que apresentam pontos de vista semelhantes, concordando que, na imensa maioria das vezes, o agressor é uma pessoa que mantém uma convivência próxima com a criança. Os casos de abuso costumam, portanto, ocorrer dentro da própria casa da vítima ou do abusador, e estes são, muitas vezes, pertencentes ao mesmo grupo étnico e mesmo nível socioeconômico da vítima. (ABRAPIA, 1997). Os dados estatísticos também confirmam essas afirmativas, conforme exporemos adiante, em dados epidemiológicos.

3. “O Abuso sexual está relacionado a lesões corporais”

Os casos de abuso sexual podem perfeitamente acontecer, por anos seguidos, sem o uso da força física e sem deixar marcas visíveis, o que acaba por dificultar sua comprovação, principalmente, quando é praticado contra crianças pequenas (GAUDERER e MORGADO, 1992; ARAÚJO, 2002). Há equívocos sobre o acontecimento; um deles é o de que só seriam considerados abusos sexuais os casos em que ocorresse, concomitantemente, a violência física. Lembrando, no

entanto, as definições já citadas, podem ocorrer casos de abuso sem contato físico. Estes, inclusive, podem, pelo fato de não deixarem marcas no corpo da vítima, prolongar-se por anos a fio, trazendo conseqüências potencialmente deletérias para as vítimas.

4. “O Abuso sexual se limita ao estupro”.

São considerados abusos sexuais, além do ato sexual com penetração vaginal, os atos em que ocorre penetração anal, além de outras práticas sexuais como o voyerismo, a pornografia, o exibicionismo etc. (ABRAPIA, 1997)

Para Cohen e Gobbetti (2005), a afirmação que só o estupro é considerado abuso pode justificar-se no fato de que nossa cultura tende a considerar mais graves os crimes configurados por conjunção carnal, categoria em que se insere o estupro. O autor chama a atenção para o fato de que muitas práticas, mesmo caracterizadas apenas por toques e carícias, não diminui a gravidade das conseqüências emocionais às vítimas, e ainda pode mascarar as estatísticas oficiais:.

É o caso, por exemplo, de determinados “cuidados maternos” que se estendem aos filhos a um período maior que o necessário, como mães que amamentam filhos de 3 anos de idade ou dão banho em filhos adolescentes. Esse acesso da mãe ao corpo dos filhos talvez ajude a mascarar uma relação abusiva, o que pode sugerir uma explicação ao fato de mulheres aparecerem em um índice muito baixo como abusadoras, em vários estudos. (COHEN e GOBBETTI, p. 5, 2005)

5. “A maioria dos casos é denunciada”.

As estatísticas oficiais provam que um número muito pequeno dos casos são denunciados. Segundo Campos (2002), a estimativa é de que, para cada caso notificado, vinte não o são. Garcia citado por Campos (2002), afirma que, conforme levantamento realizado pela Fundação Osvaldo Cruz, de 105 denúncias que chegaram às instituições jurídicas apenas 25 resultaram em inquérito policial, e, destes, apenas um chegou aos tribunais. Ressalta, ainda, que, quando o agressor faz parte da família, este número passa a ser ainda menor, talvez por motivos afetivos ou por medo de represálias da parte do abusador. Um outro fator que propicia a não notificação dos casos é o freqüente descrédito dado às vítimas, por ocasião das denúncias.

6. “As vítimas de abuso sexual são oriundas de famílias de nível sócioeconômico baixo”.

Os casos de abuso ocorrem em todas as classes sociais. Segundo Caminha (2000), este é um fenômeno democrático. Afirma o autor que produzir violência não é uma característica reservada apenas ao universo da pobreza e do subdesenvolvimento, uma vez que se encontram números alarmantes do fenômeno nas mais diferentes culturas modernas. O que marca a diferença são as variáveis econômicas e sócio-culturais, que “acabam atuando como facilitadores, como estopim, de expressão da violência” (p. 59).

Esse mito pode ter se originado devido às próprias condições de vida, que, nas famílias mais pobres, propiciam um maior número de notificações: casas de um só cômodo, onde as relações sexuais acontecem de forma menos reservada, maior aproximação com vizinhos, que podem, mais freqüentemente, presenciar as ocorrências etc.

O que parece suceder, com freqüência, é que, em famílias mais social e economicamente abastadas, existe uma maior facilidade em encobrir os casos. As vítimas costumam ser levadas para clínicas particulares e atendidas por médicos da família, mantendo-se, assim, o sigilo sobre o assunto. Segundo Butler (1979), “entre os ricos, o assalto incestuoso é simplesmente um segredo mais bem guardado”. (p. 20).

7. “A criança mente e inventa que é abusada sexualmente”.

A criança raramente inventa um ato que pode ser tão doloroso para si própria. Estudos demonstram que apenas 6% dos casos são fictícios. (ABRAPIA, 1997).

Alvin (1997) chama a atenção para o fato de ser muito difícil para a vítima falar sobre uma agressão sexual, por vergonha, medo de julgamentos e represálias. Aponta diferenças significativas no comportamento das crianças mitômanas, que costumam fazer acusações infundadas de abuso sexual; e das que são, realmente, vítimas. Enquanto que as primeiras não param de contar sua história, as verdadeiras vítimas vivem por muito tempo o medo de revelar seu segredo. Afirma, ainda, que, na sua experiência, o aparecimento de crianças mitômanas é muito raro.

Como se vê, são muitos os mitos que envolvem as questões ligadas ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Geralmente, funcionam como uma tentativa de mascarar ou camuflar os acontecimentos, sobre os quais é difícil de falar, por envolverem situações ligadas a profundos sentimentos de culpa e derrubarem a

crença da família como instância protetora. Faz-se necessário, no entanto, provocar e ampliar a discussão sobre o assunto, para que esses mitos sejam desvendados, a fim de que se possam trabalhar as questões relativas à prevenção dos casos.

Importante se faz, também, tecer algumas considerações sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Segundo Faleiros (2005), o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes, uma problemática que define como tão visível e, ao mesmo tempo, invisibilizada por fatores tais como o moralismo, o machismo, a intolerância social e a impunidade dos responsáveis, passou a fazer parte das preocupações dos defensores dos direitos humanos ligados à criança e ao adolescente na América Latina a partir da década de 90.

A percepção da gravidade e do avanço do problema em todo o mundo deu origem a uma mobilização de dimensões nacionais, continentais e internacionais, da qual participaram diversos organismos, governamentais e não-governamentais, tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas (ONU), End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose (ECPAT), e a Oficina Internacional Católica de La Infância (BICE). Essa mobilização resultou em seminários, congressos, estudos e pesquisas, que ajudaram a elucidar a compreensão conceitual em torno do fenômeno, que, no início da década de 90 era conhecido apenas como prostituição infanto-juvenil. Nessa época, ainda não se considerava a perspectiva de mercado e a da exploração, assim como a da produção/indústria pornográfica.

Libório (2003) identifica dois fatores indicativos de que a problemática da prostituição de crianças e adolescentes se configurava somente como um aspecto de um problema de dimensões muito maiores. Estes fatores seriam o incremento e desenvolvimento do turismo sexual, com a conseqüente ampliação de seu mercado, que passou a incluir o tráfico de crianças e adolescentes; e o avanço da tecnologia, que permitiu o crescimento da exposição de casos de pornografia infantil em sites da internet.

Como resultado desses avanços, houve uma maior elucidação conceitual, que possibilitou a compreensão de que o uso de crianças e adolescentes no mercado do sexo não se restringe, apenas, à prostituição infantil. Houve, ainda, um

maior entendimento das dimensões políticas e éticas do fenômeno, que passou a ser entendido como uma questão de cidadania e de direitos humanos.

A violação destes direitos passou a ser considerada crime contra a humanidade, sendo encarada como um tipo de trabalho intolerável, uma forma moderna de escravidão; e deve ser entendida como exploração sexual comercial. Essa posição foi adotada no Congresso Mundial contra a exploração sexual Comercial de Crianças, realizado em agosto de 1996, em Estocolmo. (FALEIROS, 2005).

A adoção dessa terminologia aparece, também, como uma tentativa de diminuir o estigma que, envolve essas questões, e de resguardar as vítimas de rotulações que, muitas vezes, têm o efeito psicológico de impossibilitá-las de que se vejam de outra maneira, o que acaba por impedi-las de buscar saídas para essa situação e de exercerem outras atividades futuras. Objetiva, também, minimizar as seqüelas causadas pelos preconceitos e pelas rejeições que a sociedade, normalmente, reserva-lhes. Atualmente, adota-se a seguinte definição:

A exploração sexual comercial de crianças é uma violação fundamental dos direitos da criança. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e uma terceira pessoa ou várias. A criança é tratada como um objeto sexual ou como objeto comercial. A exploração sexual comercial de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão. (END CHILD PROSTITUTION, CHILD PORNOGRAPHY AND TRAFFICKING OF CHILDREN FOR SEXUAL PURPOSE - ECPAT, 2005)

Na atualidade, considera-se a existência de quatro modalidades de exploração sexual comercial. São elas a prostituição infantil, o turismo sexual, o tráfico de crianças e adolescentes para fins comerciais e a pornografia infantil.

Nas atividades pornográficas, crianças e adolescentes são levadas a atuar como atores/atrizes ou modelos em vídeos, gravações ou filmes obscenos, e têm como um dos principais veículos de divulgação e troca de material a rede mundial de computadores: a internet.

A ABRAPIA (1997) define a prostituição infantil como a participação ou utilização de crianças ou adolescentes em atos sexuais com adultos ou outros adolescentes, em que não está necessariamente presente a força física, mas pode haver outras formas de uso da força, como, por exemplo, a coação.

Afirma que a pornografia e a prostituição envolvendo crianças e adolescentes são atividades que mantêm uma ligação bastante íntima com a pedofilia, uma vez que os adeptos dessa prática se organizam em associações, criando redes com o objetivo de veicular informações que possibilitem o acesso a crianças e adolescentes com o fim de satisfazer suas necessidades sexuais.

Acreditamos na importância de serem elaboradas definições que possibilitem uma maior compreensão para este fenômeno que se apresenta de forma tão intensa em nosso cotidiano, de tal modo que se torna impossível não percebê-lo e ser por ele incomodado. Estamos, no entanto, de acordo com Faleiros (2005) quando esta afirma que mais importante do que se chegar a uma precisão conceitual, é identificar as bases e características do problema.

Segundo Libório (2003), esse fenômeno não pode ser desvinculado do cenário sócioeconômico e político atual, cujos valores culturais refletem práticas discriminatórias, carregadas de preconceitos ligados à categoria de gênero, como, por exemplo, o patriarcalismo, à geração (adultocentrismo) e à raça/etnia. Essas práticas discriminatórias são capazes de gerar barreiras físicas, culturais, sociais e morais, que trazem como resultado a exclusão de um enorme contingente da população.

Complementando esse raciocínio, Faleiros (2005) considera que o fenômeno deve ser compreendido, levando-se em conta as raízes históricas, sociais econômicas e culturais da América Latina, que têm seus alicerces baseados na colonização e escravidão, com a predominância de elites rurais oligárquicas, que sempre produziram uma história de dominação das categorias consideradas inferiorizadas devido a critérios de cor, raça, gênero e idade, que acabaram por produzir uma sexualidade machista, sexista e adultocêntrica.

Observa, ainda, que as práticas da exploração sexual vêm produzindo-se aliadas às características econômicas dos lugares onde ocorrem. Cita, por exemplo, que, no Brasil, nas regiões onde há atividades de extração, tais como o garimpo, proliferam bordéis com mulheres escravizadas. Em Brasília, é comum a oferta de garotas (os) de programa, acompanhantes de políticos e executivos. Nas zonas portuárias, prolifera o turismo náutico. Nas cidades onde houve um grande desenvolvimento do turismo, houve também o aumento do turismo sexual.

Barbosa (1999) cita como áreas de grandes índices de exploração sexual as populações ribeirinhas da Amazônia, as áreas de miscigenação entre brancos e índios, algumas regiões áridas do sertão nordestino, e, também, áreas onde ocorre acentuada exploração do trabalho infantil, como no campo e nas indústrias de extração, e, também, nas fronteiras internacionais, notadamente com o Paraguai e a Bolívia.

O pornoturismo também aparece vinculado à pedofilia, e, atualmente, pode-se observar um aumento dos casos de prostituição de adolescentes de 12 a 15 anos, principalmente na cidade de Fortaleza, onde é comum chegarem vãos que trazem estrangeiros adeptos dessa prática. (ABRAPIA, 1997)

Segundo Andrade (2005), no interior do Brasil, principalmente na região Norte, meninas são comercializadas como escravas sexuais, por meio de redes de tráfico de seres humanos, com o agravante de serem vendidas pelas próprias famílias, que não reúnem condições financeiras para prover o sustento da criança.

Barbosa (1999) refere-se a alguns fatores que levam crianças e jovens à prática da exploração sexual, tais como conflitos familiares, negligência, punições físicas, assim como o incesto e o abuso sexual, ocorridos nos primeiros anos de vida. Estes provocam efeitos devastadores sobre a auto-estima da criança, que passa a não se sentir com direito à proteção e ao valor de que necessitam todos os seres humanos. Assim, desde cedo, aprendem a usar o corpo como instrumento de sobrevivência. Essas vivências, no entanto, podem provocar muitos sintomas físicos e psíquicos, tais como conduta anti-social, alterações no humor, depressões, medo, ansiedades e abandono emocional.

Nepomuceno (1999) chama a atenção para um outro fator que tem se mostrado determinante na exploração sexual: a violência sexual que ocorre dentro dos lares, cometida pelos próprios familiares. Essa violência está presente em todas as classes sociais e vitima, principalmente, meninas, que, depois de sofrerem a violência, são expulsas de casa e ganham o espaço das ruas, tornando-se presas fáceis para aliciadores e seus clientes.

Aponta, ainda, a existência de um modelo de adolescência, veiculado pela mídia, que usa grifes e consome produtos que estão longe do acesso de muitos adolescentes, mesmo pertencentes à classe média. Na tentativa de seguirem um

modelo, e assim serem incluídas, acham no comércio do corpo o veículo que as possibilite serem iguais ao modelo criado pela mídia.

Diante dessas afirmações, torna-se impossível ignorar que, embora muitos fatores estejam relacionados à exploração sexual, o principal deles parece ser a condição de pobreza a que se encontram submetidas grande parte das famílias brasileiras, o que faz com que os membros mais jovens busquem nesta atividade formas de garantir a sobrevivência. Nesse articular, concordamos com Barbosa (1999), quando este afirma que os baixos índices sócioeconômicos e culturais acabam por favorecer o uso de crianças e adolescentes no comércio do sexo. Este funciona como uma estratégia de sobrevivência nas grandes cidades, no campo e, também, entre populações indígenas que mantêm convivência com brancos. Em um contexto em que as graves crises sociais e econômicas provocam o empobrecimento cada vez maior da população, privando-a de seus direitos fundamentais, estabelece-se uma estrutura social injusta, terreno fértil para que o comércio e o tráfico sexual se desenvolvam e aumentem em grandes proporções .

3. DADOS EPIDEMIOLÓGICOS:

Apesar de ser um fenômeno presente em várias fases da história da humanidade e em todas as culturas e civilizações, o abuso sexual de crianças e adolescentes só recentemente vem sendo alvo de uma maior atenção, tanto da parte da mídia, como de estudiosos, que passam a se dedicar à realização de pesquisas, atentos às conseqüências provocadas sobre o desenvolvimento psicossocial das vítimas. Apesar do interesse crescente pelo tema, o trabalho, no entanto, ainda se apresenta com dificuldades, uma vez que, segundo Knutson (1995), é fragmentado, desorganizado e metodologicamente difuso. Um dos fatores que contribuem para essa confusão metodológica reside no fato de que os dados epidemiológicos são colhidos a partir das definições de abuso adotadas pelos pesquisadores, e há uma multiplicidade de formas de se definir abuso sexual. Mesmo que esse fator limite as afirmações absolutas sobre a prevalência do abuso sexual, os dados obtidos, no entanto, indicam que o problema é grande o suficiente a ponto de ser considerado um risco para a saúde das crianças,

Segundo Habigzang e Caminha (2004), em diversos países, os estudos epidemiológicos têm como objetivo entender como o abuso sexual se manifesta. Esses dados, porém, refletem apenas uma dimensão parcial do problema, uma vez que dizem respeito somente aos casos que chegam ao conhecimento dos organismos de proteção à criança. Estima-se que o número real de ocorrências é muito maior, em decorrência do fato de que muitos casos não são reconhecidos ou diagnosticados, ou, ainda, não são denunciados, devido à conspiração do silêncio, que encobre a maioria das ocorrências.

Assim, de todas as violências cometidas contra as crianças, o abuso sexual é uma das que mais se ocultam, já que a criança tem medo de falar, e o adulto, por sua vez, tem medo de ouvi-la (GABEL, 1997).

Segundo Daro e Svevo (1999) a cada ano, na América do norte, um milhão de crianças são vitimadas por negligência ou abuso, e mais de 1200 morrem vítimas de agressões cometidas pelos pais. Afirmam que, desde 1976, esse número cresceu em mais de 300%.

Um estudo realizado pelo National Committee for Prevention of Child Sexual Abuse, em 1972, afirma que, a cada ano, são relatados cerca de 150 a 200 mil

novos casos de abuso sexual infantil nos Estados Unidos. (HABIGZANG e CAMINHA, 2004).

Outro estudo epidemiológico, realizado por Finkelhor (1994) em 21 países, além dos Estados Unidos e Canadá, revelou taxas de ocorrência em níveis semelhantes à pesquisa realizada na América, que varia de 7% a 36% para as mulheres e 3% a 29% para os homens. Os dados revelaram que as meninas são mais abusadas que os meninos em uma proporção de 1,5 a 3 vezes. Apesar de não ser possível muitas comparações entre os países onde foi realizada a pesquisa, devido tanto às diferenças metodológicas quanto às definições de abuso adotadas, o autor conclui que o abuso sexual de crianças, é, na realidade, um problema internacional. (FINKELHOR, 1994).

Gabel (1997) cita um estudo realizado na Suíça por Shalpering, em que ele conclui que a violência sexual exercida contra crianças dentro da família engloba 25% dos casos, ao passo que 66% são exercidas por pessoas conhecidas das crianças e apenas 10% são realizadas por desconhecidos.

No Brasil, não se dispõe de dados precisos sobre abuso sexual. Segundo Saffioti (1997) mesmo levando-se em conta somente os casos que são denunciados, existem dois fatores que impossibilitam o esboço de um quadro nacional: a precariedade no registro das ocorrências e a inexistência de um levantamento global desses registros.

A ABRAPIA (1997) cita dados colhidos pelo CRAMI, no período de 1982 a 1985, em que, de um total de 1251 crianças atendidas pelo Instituto Médico Legal de Campinas, foram vítimas de abuso sexual 67, 3% na faixa etária entre os 7 e 14 anos; 31,7% entre 2 e 7 anos e 1% abaixo de dois anos de idade.

Um estudo realizado por Azevedo e Guerra (1988), através de consultas em 309.313 documentos, entre Boletins de Ocorrências, laudos do Instituto Médico Legal, processos de Varas de Menores e prontuários da FEBEM no município de São Paulo, no período compreendido entre dezembro de 1982 a dezembro de 1984 detectou 168 casos de abuso sexual intrafamiliar, dos quais 157 (93,5%) eram do sexo feminino e apenas 11 (6,5%) eram do sexo masculino. As autoras, no entanto, advertem que estudos mais recentes apontam para a existência de um número maior de vítimas do sexo masculino. Segundo Saffioti (1997), a denúncia de casos

de abuso cometido contra meninos é rarefeita, devido ao alto grau de machismo da sociedade brasileira. A autora afirma que, quando uma criança do sexo masculino é usada sexualmente por um adulto, “sua reputação cai a ponto de ser igualado a uma mulher” (p. 170).

O mesmo estudo apontou que a faixa etária de maior incidência do fenômeno era de 7 a 10 anos (32,7%), a segunda de 11 a 13 anos (28,6%). Esses dados, sob o ponto de vista de Saffioti (1997), negam a crença, bastante difundida, de que a preferência sexual dos adultos recai sobre adolescentes, cujo corpo está modificando-se, em razão do desenvolvimento sexual. Segundo a autora, a preferência por crianças desmente a tese de que o abuso sexual seria resultante de uma pulsão sexual irreprimível, e sim, uma afirmação de poder, uma vez que se torna mais fácil impor o poder a crianças mais jovens.

Com relação aos agressores, os resultados comprovam que estes são pessoas conhecidas, de muita proximidade com a vítima, como o revelam, entre outros dados, as pesquisas relatadas a seguir. Saffioti (1997), em estudo realizado na Cidade de São Paulo com dados do SOS Criança, de janeiro de 1988 a junho de 1993, detectou que apenas 6,8% dos casos de abuso sexual não foram praticados por parentes. Um total de 93,2% dos casos apresentavam caráter incestuoso, desses 37,3% foram cometidos por pais biológicos e 14,7% por padrastos.

Um estudo realizado na Região metropolitana de Porto Alegre por Kristensen, Oliveira e Flores (2000), com 1.754 crianças e adolescentes, de zero a 14 anos, constatou que, com relação aos abusos sexuais, 79,4% das vítimas eram meninas, e 20,6% do sexo masculino. A idade média das meninas estava por volta dos 11 anos, enquanto que a dos meninos se situava em torno de 9,5%.

O estudo acima citado revelou que o pai biológico figura como o grande agressor, em 69,6% dos casos, enquanto que padrasto e pais adotivos aparecem, respectivamente, em 29,8% e 0,6% dos casos.

Cohen (2000), em pesquisa realizada com vítimas de violência sexual atendidas pelo Instituto Médico Legal de São Paulo, constatou que, das pessoas entrevistadas, 548 (49,64%) relataram conhecer seu agressor, e 249 (22,55%) afirmaram que foram vítimas de algum parente, e que, dentre estas, 207 (18,75%), residiam na mesma casa do agressor.

A pesquisa forneceu, ainda, dados sobre o grau de parentesco das vítimas: em 99 casos (41,60%), o agressor era o pai; em 49 casos (20,59%), o padrasto; em 33 casos (13,86%), o tio; em 26 casos (10,93%) um primo; em nove casos (3,78%), um irmão; também em nove casos (3,78%), um cunhado; em cinco casos (2,10%), o companheiro da mãe; em quatro casos (1,68%), o avô; com um caso (0,42%), figuram concunhado, sobrinho de padrasto, tio-avô, madrasta.

Segundo Caminha (2000), uma amostra coletada no Ambulatório de Maus-tratos (AMT – Caxias do Sul) apontava que de 100 casos analisados, apenas dois agressores eram estranhos às vítimas.

Nunes (2000) relata que um estudo realizado pela equipe de Assessoria Técnica aos Conselhos Tutelares de Porto Alegre, no período de novembro de 1995 a abril de 1996, revelou que em 52% dos casos os agentes violadores foram pais ou responsáveis. Relata ainda que, em pesquisa realizada pelo Serviço de Advocacia da criança da OAB de São Paulo nos anos de 1998 a 1992, foram registradas 20.400 denúncias de maus-tratos à criança. Dentro deste universo, 13% dos casos eram de violência sexual, e deste total, 62% dos casos teriam ocorrido dentro da família, sendo os pais ou padastros os agressores.

Polankzyc e col. (2003) realizaram, em 2000, uma pesquisa entre adolescentes estudantes de escolas estaduais de Porto Alegre. Das 176 escolas com oitava série do ensino fundamental, foram selecionadas 52 por processo de amostragem aleatória segundo o tamanho das escolas. Em cada escola, uma turma da oitava série foi escolhida por processo aleatório.

O estudo tinha como objetivo verificar a prevalência da exposição à violência sexual de adolescentes estudantes das escolas estaduais. Do universo de 1.193 adolescentes estudados, 27 (2,3%) relataram ter sido vítimas de violência sexual (atacados, molestados ou estuprados). 54 (4,5%) afirmam ter testemunhado uma pessoa ser vitimada por alguma forma de violência sexual (atacada, molestada ou estuprada) e 333 (27,9%) relataram conhecer alguém que foi vítima de violência sexual.

Entre os adolescentes que relataram ter sofrido violência sexual, houve maior prevalência entre aqueles de maiores faixas etárias, situadas entre os 15-16 anos (14 adolescentes, ou 2,6%), e entre os 17 a-20 anos (9 adolescentes, ou 4,9%). No

tocante ao sexo, o estudo revelou maior incidência entre adolescentes do sexo feminino, (16 adolescentes, ou 2,5%) que do sexo masculino (11 adolescentes, ou 2%).

No estado do Ceará, os números existentes são obtidos através do registro dos casos que chegam às unidades do Projeto Sentinela², tanto da capital quanto dos municípios de interior do estado e à Delegacia de Combate ao abuso e a exploração sexual – DECECA. Os dados são computados segundo tipos de violência, idade das vítimas, autor do encaminhamento/denúncia, gênero e raça.

Segundo o relatório de acompanhamento do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes (2005) os indicadores referentes ao segundo semestre de 2005 revelam que foram atendidas 720 casos. Desses, 104 (14,44%) eram do sexo masculino, sendo 24 (3,3%) na faixa etária de 0 a 6 anos, 62 (8,6%) de 7 a 14 anos e 18 (2,5%) de 15 a 18 anos; e 616 (85,5%) do sexo feminino, sendo 95 (13,19%) na faixa etária de 0 a 6 anos; 391 (54, 30%) de 7 a 14 anos, e 130 (18,05 %) de 15 a 18 anos.

Com relação à origem dos encaminhamentos, 62 (8,6%) foram efetuados pela comunidade, 95 (13,19%) pela família da vítima, 120 (16,6%) pelos conselhos tutelares, 23(3,19%) ocorreram por iniciativa da própria criança ou adolescente vítima do abuso, e 419 (58,19) por outros.

No tocante ao gênero/raça, os dados indicam que, da raça branca foram atendidas 122 crianças . Destas, 16 (2,29%) eram masculino, sendo 6 (0,86%) na faixa etária de 0 a 6 anos; 9 de 7 a 14 anos (1,29), e 1 (0,14%) de 15 a 18 anos. Da raça branca e sexo feminino foram atendidas 106 crianças, sendo 27 (3,87%) faixa etária de 0 a 6 anos, 50 (7,17%) de 7 a 14 anos, e 29 (4,16%) de 15 a 18 anos.

Da raça negra foram atendidas 61 crianças, das quais 13 eram do sexo masculino, sendo 3 (0,43%) na faixa etária de 0 a 06 anos, 10 (1,43) na faixa etária de 7 a 14 anos; e do sexo feminino, 48 crianças, sendo 8 (1,14%) na faixa etária de

² O Projeto Sentinela é um programa de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, executados pelos estados e Municípios, com apoio financeiro do Governo Federal. No Ceará, está implantado e em funcionamento em 40 sendo estes: Amontada, Apuiarés, Aquiraz, Aracati, Banabuiu, Barro, Beberibe, Brejo Santo, Camocim, Cascavel, Caucaia, Crato, Eusébio, Fortaleza, Guaraciaba do Norte, Horizonte, Icó, Iguatu, Itaitinga, Irauçuba, Jaguaribe, Jijoca de Jericoacoara, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Pacajus, Paracuru, Paraipaba, Pedra Branca, Penaforte, Quixadá, Russas, São Benedito, Sobral, São Gonçalo do Amarante, Tauá, Tanguá, Uruburetama.

0 a 6 anos, 30 (4,30%) na faixa etária de 7 a 14 anos, e 10 (1,43%) de 15 a 18 anos..

Da cor parda, sexo masculino, foram atendidas um total de 514 crianças, das quais 17 (2,43%) estavam na faixa etária de 0 a 06 anos; 39 (5,59) crianças na faixa etária de 7 a 14 anos e 17 (2,43%) de 15 a 18 anos; Do sexo feminino, 65 (9,32%) crianças de 0 a 6 anos; 290 (41,60%) de 7 a 14 anos e 86 (12,33%) de 15 a 18 anos.

Observa-se, pois, que, a maior incidência de casos de abuso sexual recai sobre a população feminina, na faixa etária situada entre os 7 a 14 anos, da cor parda; e que o maior número de encaminhamentos é feito por populares (denominados *outros* no relatório), seguido dos familiares, comunidade, e, em último lugar, por iniciativa das próprias vítimas.

A exemplo do Brasil, a coleta de dados relativos ao abuso sexual no estado do Ceará é ainda incipiente, uma vez que o registro das ocorrências e o hábito das denúncias não são práticas comuns em alguns setores, tanto públicos quanto da sociedade civil, assim como devido à inexistência um sistema único capaz de computar todos os dados coletados. Soma-se a isso o fato de que o Projeto Sentinela não está implantado em todos os municípios, e aqueles onde já existe o serviço nem sempre alimentam com regularidade o sistema. Pode-se supor, portanto, que os dados existentes não representam com exatidão os números das ocorrências de abuso sexual no âmbito do estado.

Os dados obtidos pelos estudos aqui apresentados devem ser motivo de reflexão, pois revelam características importantes da problemática do abuso sexual. Em primeiro lugar, pode-se concluir que, apesar de não haver uma uniformidade metodológica, tampouco uma freqüência e sistematização na realização dos estudos, o problema se apresenta como sendo de cunho universal, uma vez que, mesmo levando-se em consideração que o número de denúncias não corresponde ao total das ocorrências, foi detectado em larga escala em todos os países onde foi estudado.

Outro fato que vem à tona é que a grande maioria das agressões são cometidas por pessoas intimamente ligadas às vítimas, na maioria das vezes com

parentesco muito próximo e dentro do próprio contexto familiar, o que vem a colocar em questão a segurança de crianças e adolescentes dentro do ambiente familiar.

A revelação de que a grande maioria das vítimas é do sexo feminino aponta para uma problemática grave, ainda fortemente presente na nossa sociedade: o fato de que as concepções de gênero que regulam o comportamento de homens e mulheres ainda reservam para mulheres e crianças, segmentos mais frágeis da população, os lugares de dominação e subserviência. Revela, ainda, como essa concepção está fortemente presente no imaginário popular, chegando a influir na formação da personalidade de mulheres e crianças. Interfere, também, em pontos fundamentais da organização social, como as leis que regulam sobre os casos de violência sexual, que refletem ainda concepções carregadas de machismo, o que acaba por transformar as vítimas em culpadas, e dificulta sobremaneira a denúncia das ocorrências e a proteção às vítimas, assim como falseia as estatísticas oficiais.

Enfim, todos os dados apontam para a necessidade da realização de estudos que levem em conta a violência sexual como um fenômeno que não pertence somente ao âmbito familiar, mas também tem suas raízes em fatores políticos, sociais e econômicos. O conhecimento mais aprofundado do problema se faz necessário, no sentido de servir de base para o planejamento e para a execução de programas e projetos de cunho preventivo, que atinjam a população em geral e que tenham, também, por objetivo, o preparo dos profissionais, para oferecer-lhes melhor suporte, tanto técnico quanto emocional, para lidar com o problema e instrumentá-los para uma intervenção adequada no tratamento com as vítimas.

4. O INCESTO:

Poucas palavras provocam tanta reação de temor em nossa sociedade quanto “incesto”. A simples menção desse termo nos leva ao imaginário de um universo pleno de segredos, de fatos sussurados aos ouvidos de alguém, sob promessas de silêncio. Evoca ainda a sensação de significados ocultos, de algo que se deve envergonhar, e, portanto, esconder. A impressão mais marcante que a palavra provoca é, porém, a de impureza, de mancha, de marca indelével, de pecado.

Ao pesquisarmos a origem do termo, verificamos que essa concepção de mácula também se insere nas suas raízes etmológicas, o que pode indicar que este significado vem de épocas as mais remotas, e continua propagando essa reação que se observa sempre que nos encontramos diante da possibilidade de termos contato com essas ocorrências.

Segundo afirmações de Cromberg (2001), a palavra incesto deriva do latim *incestum*, que significa estritamente sacrilégio. *Incestum* deriva de *incestus*, que quer dizer algo impuro e sujo. Aprofundando-se nas raízes etmológicas do termo *incestus*, a autora explica que este é formado pelo privativo *in* e *cestus*, que seria uma deformação do termo *castus*, que significa casto, puro. Incesto, portanto, significaria, também, não casto.

Quando se fala de incesto, as dificuldades parecem imperar, não só por ser um assunto difícil de lidar, mas, também, pela forma de defini-lo. Existem diversas concepções do que seja um comportamento incestuoso. Essas concepções abordam desde pressupostos jurídicos, considerando as relações sexuais entre indivíduos com grau próximo de parentesco proibidas pelos códigos civis; religiosos, que o consideram pecado carnal entre indivíduos com grau de consaguinidade, ou psicológicos, que incluem, além do fator consaguinidade, o parentesco por afinidade. Existem, ainda, definições elaboradas com base na genética, que tratam dos perigos dos cruzamentos consanguíneos, pela possibilidade de proliferação de genes deletérios que poderiam ser a causa de anomalias.

Holanda (2001), no mini Aurélio do século XXI, define o incesto como “a união ilícita entre parentes, afins ou adotivos” (p.410).

No dicionário Merriam-Webster (2005), o incesto é definido como crime estatutário de relacionamento sexual entre pessoas com parentesco próximo, para as quais o casamento é proibido por lei.

Delany (2005), na Catholic Encyclopedia, define o incesto como o intercuro sexual entre aquelas pessoas que são relacionadas pelo sangue ou pelo casamento. A proibição específica recai sobre o intercambio sexual ilegal entre aqueles parentes relacionados até o quarto grau de consaguinidade ou afinidade.

Caminha (2005) refere-se à antropologia sociobiológica, que considera incesto como contato sexual ou união matrimonial entre parentes muito próximos. Esse fator motivaria a proibição existente em algumas sociedades e a condenação em muitas delas.

Faiman (2004) define o incesto “como relacionamento sexual entre parentes (exceto cônjuges) proibido social e culturalmente”. (p. 39). A autora chama a atenção para o fato de que o incesto somente se configura como tal a partir da existência de normas que, ao mesmo tempo, o definem e o proscvem.

O que se faz importante perceber é que, mesmo enfocando aspectos diversos, todas as definições trazem em comum a repulsa ao ato incestuoso (COHEN, 1993).

Uma vez que este trabalho trata do abuso sexual incestuoso cometido contra crianças ou adolescentes, consideramos oportuno trazer a definição do The National Center on Child Abuse and Neglect, que define o incesto como uma modalidade de abuso sexual intrafamiliar, cometido contra uma criança por um membro pertencente ao grupo familiar dela, e inclui não só a relação sexual, mas também qualquer ato que tenha a finalidade de estimular sexualmente a criança, ou usá-la para a estimulação sexual do perpetrador do ato, ou de qualquer outra pessoa. (RENSHAW apud COHEN, 1993).

A ABRAPAIA (1997) define o incesto como qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, entre um adolescente e uma criança, ou ainda entre adolescentes, quando existe um laço familiar, direto ou não, ou mesmo uma mera relação de responsabilidade.

Buscando compreender historicamente este conceito, vimos que o incesto se faz presente em muitas culturas, algumas delas bem antigas, como atestam os relatos mitológicos e bíblicos.

[...] quer a mitologia, quer a história, quer a própria Bíblia, estão todas estas fontes a se referir, à exaustão, a episódios de incesto, alguns famosos como o caso de Zeus que, disfarçado de serpente, manteve relação sexual com sua mãe Réia, [...] ou de Abraão que se casou com sua meia-irmã Sara, para citar apenas alguns. (HIRONAKA, 2000, p.1)

A história da humanidade também está repleta de casos de incesto. Foi prática permitida aos imperadores, considerados por algumas religiões como os representantes de Deus na terra. Essa permissão era justificada pela suposta origem divina desses indivíduos, que, por terem, também supostamente, o sangue puro, não o manchariam praticando o incesto (COHEN 1993). O autor assinala que, no Egito antigo, as uniões entre irmãos eram praticadas pelos faraós e consideradas homenagens ao mito dos deuses Ísis e Osíris. Esse costume perdurou até a dinastia dos Ptolomeus, de onde o exemplo mais conhecido vem de Cleópatra, que se casou com seu irmão, Ptolomeus II.

O autor prossegue relatando que essa prática também era adotada pelos reis peruanos da época pré-colombiana, que esposavam suas irmãs, em homenagem ao sol e à lua, com o objetivo de perpetuar a santidade da dinastia.

Afirma, ainda, que o costume era adotado também entre os fenícios, que permitiam o casamento do pai com a filha e da mãe com o filho, hábito esse mantido durante o império Persa.

Segundo a ABRAPIA (1997), os príncipes incas conseguiram manter sua linhagem pura por 14 gerações com casamentos entre irmãos.

Ao depararmos com esses exemplos, podemos supor que a prática das relações incestuosas foi encarada de maneira diversa em diferentes épocas, uma vez que foi aceita e glorificada, em períodos anteriores à história moderna, ao passo que, em períodos mais recentes da história da humanidade, passou a ser considerada um crime monstruoso.

Registros da história antiga, no entanto, também comprovam que a prática de relações incestuosas, desde épocas muito remotas, já estava sob proibição. O código de Hamurábi, o mais antigo sistema de leis que se conhece, estabelecia uma espécie de matrimônio monogâmico e de família patrilinear e previa quatro tipos de

incesto (pai-filha, sogro-nora antes e depois do matrimônio, e mãe-filho), e prevê para cada um deles penalidades diferentes. Todos os livros sagrados proíbem o incesto. A Bíblia, apesar de relatar a gênese da humanidade como de origem incestuosa, traz a proibição ao incesto. O Alcorão proíbe o casamento com a mãe, as filhas, as cunhadas, a sogra, as noras e as irmãs adotivas. Em algumas concepções religiosas, como a grega e a judaica, além da católica, as relações incestuosas foram condenadas e estigmatizadas como um crime repulsivo à consciência (COHEN, 1993).

Esse sentimento de repulsa, horror, aversão ao incesto aparece com muita intensidade em algumas culturas, conforme afirma Cromberg (2001):

A palavra “incesto” designa circuitos muito variáveis de uma cultura a outra, mas cada vez que ela é empregada, suscita um autêntico sentimento de horror. Parece que cada cultura secreta uma teoria do incesto e seus oponentes. O incesto mesmo ou o simples fato de dever falar dele provoca um tal desgosto a alguns, que, por vezes, como na China e Indonésia, não se pode pronunciar a palavra. Compreende-se, então, que se trata do impronunciável. (p. 21).

Esse sentimento parece ter se disseminado de tal forma na sociedade ocidental a ponto de alguns autores chegarem a colocar o horror ao incesto como algo inerente à natureza humana:

Mas, enfim, pulsem à vontade os exemplos históricos, bíblicos ou mitológicos, a verdade é que há, e houve sempre uma verdadeira aversão e um inquietante temor em face do incesto, aversão e temor estes profundamente arraigados na natureza humana. (HIRONAKA, 2000, p.1)

Pelo visto, na civilização ocidental, nos dias atuais, vivemos diante de uma poderosa dicotomia: o incesto, apesar de ser considerado uma prática social desqualificada, temida e censurada, acontece em um número bastante expressivo de famílias. O comportamento incestuoso parece, pois, estar no liame de dois sentimentos contraditórios: o desejo e o temor.

Para esclarecer esta questão, precisamos tecer considerações sobre a família, uma vez que os casos de incesto ocorrem dentro da constelação familiar e estão intimamente ligados às questões relativas às estruturas de parentesco.

Como já foi discutido no primeiro capítulo, as primeiras estruturas familiares de que se tem notícia eram bem diferentes do modelo de família adotado na atualidade. Antes do período neolítico, os agrupamentos se constituíam em profamílias, centradas nas mães, caracterizadas por levarem uma vida religiosa

baseada na fecundidade feminina. A vida sexual se caracterizava pela livre satisfação do desejo. Era, pois, regulada pelo princípio do prazer. (COHEN, 1993).

A descoberta da causalidade entre o ato sexual e a procriação levou um longo tempo, uma vez que entre o ato sexual e o nascimento transcorre um extenso período de nove meses, o que tornava essa descoberta mais difícil para o homem primitivo; no entanto, a partir do momento em que o homem toma consciência da existência de uma relação direta entre sexo e reprodução, todas as sociedades passam a criar formas de regulamentação das ligações matrimoniais, com o objetivo de preservar a harmonia e a cooperação dentro dos grupos familiares.

Mas nem sempre foram, no passado mais remoto, exogâmicas as famílias; ao contrário, percorreu a história da humanidade uma trajetória bastante longa até que se estabelecesse a correlação entre fertilidade e sensualidade, a correlação entre o ato sexual e a procriação, sempre como resultado de uma situação de experimentação, ou seja, de um conhecimento que se produziu empiricamente. Esta descoberta, que deve ter sido produzida à volta do quarto ou do quinto milênio antes de Cristo, provocou imensa mutação nas estruturas sociais, religiosas e comportamentais da humanidade, de molde (sic) a implicar na assunção de regras que reorganizassem o matrimônio e a procriação. (HIRONAKA, 2000, p.1)

Segundo a afirmação acima, essa descoberta foi o ponto de partida para o início da proibição do contato sexual entre pessoas de um mesmo grupo familiar. Essa proibição teria por finalidade evitar os possíveis malefícios causados pelas relações incestuosas, que maculariam as famílias, deixando-as “impuras”, “incastas”, e tornou-se de tal forma intensa a ponto de transformar-se em um tabu, conhecido como “o tabu do incesto”. Este se faz presente em várias instâncias das atividades humanas, como nos contos, nos mitos, nas religiões; e, nas sociedades mais evoluídas, nas leis que regulam o comportamento social.

Muitas teorias foram formuladas sobre a origem, a suposta universalidade e a manutenção do tabu do incesto. Seriam essas as teorias biológicas, segundo as quais o tabu teria por finalidade evitar anomalias genéticas, resultantes de cruzamentos consangüíneos; teorias psicológicas, que advogam ser a proibição do incesto o fator que permite a diferenciação das funções dentro da família, possibilitando o desenvolvimento tanto do indivíduo como do grupo familiar; as teorias sociológicas, que postulam que a exogamia amplia a família e cria as condições de existência de um sistema cooperativo e democrático, e as teorias ecléticas, que consideram a necessidade de entender o fenômeno, analisando-o a

partir de ângulos diversos. Para essa teoria, o tabu do incesto não se deve a uma causa única, mas a um conjunto de razões. (COHEN, 2005).

A teoria psicanalítica é partidária da tese de que o desejo incestuoso é tão antigo quanto o próprio homem. Sendo um desejo tão intenso, justificaria a necessidade de uma proibição igualmente intensa, uma vez que não haveria razão em se proibir algo que ninguém deseja fazer.

Buscando compreender as origens da formação do aparelho psíquico, Freud parte do princípio de que cada indivíduo, em seu processo de desenvolvimento, reproduz o trajeto percorrido pela espécie humana. Chega a essa conclusão, baseando-se nos estudos antropológicos que realizou entre aborígenes australianos, e que estão descritos no texto “Totem e Tabu”. Nesse estudo, verificou como uma série de limitações, impostas aos impulsos sexuais e agressivos, especificamente a proibição do assassinato e do incesto constituem os alicerces nos quais se estrutura uma comunidade.

Para Freud (1912-3/1973), a palavra tabu varia entre dois significados: por um lado, significa “sagrado”, “consagrado”; por outro, significa “perigoso”, “proibido”, “impuro”. Dessa forma, tabu tem um sentido de alguma coisa inabordável, e, portanto, é expresso sob a forma de restrições e proibições.

O autor supõe que os tabus foram proibições muito antigas, impostas aos homens primitivos possivelmente de modo muito extremo, de maneira que devem ter sido transmitidas de geração para geração, a ponto de terem se tornado semelhantes a um dom psíquico herdado. À violação dessas proibições, equivaleria uma pena. Uma das resultantes de tão extrema proibição seria a persistência do desejo de realizar a coisa proibida, o que implicaria uma atitude ambivalente do indivíduo para com seus tabus. Nada o agradaria mais do que violá-los, mas teme fazê-lo, exatamente porque o deseja.

Para esses povos, a legislação girava em torno de tabus, que constituíam a base do sistema totêmico. Cada tribo teria um totem, um animal do qual acreditariam serem descendentes. A lei obrigaria a observância de uma série de preceitos com relação ao totem: esses preceitos consistiam na proibição de se matar o totem, na utilização do totem como alimento e na evitação de relações sexuais entre membros

de um mesmo totem. Se esses preceitos fossem desobedecidos, toda a tribo estaria em perigo.

Para Freud (1912-3/1973), esse tipo de organização social, regida pelo sistema totêmico, poderia ter se originado de outra, bem mais primitiva. O autor postula a teoria de que, nos primórdios da humanidade, os homens se agrupavam em hordas, lideradas por um macho adulto. Só este teria acesso sexual às fêmeas do bando. Quando outros machos atingiam a maturidade, eram afastados da horda e deviam procurar outro grupo para liderar. Em um determinado momento, devido a um grande avanço evolutivo, os irmãos expulsos se uniram contra o pai, o mataram e o devoraram, pondo um fim à horda patriarcal. Através do ato de devorá-lo, julgavam adquirir as qualidades do pai, que para eles era, ao mesmo tempo, um modelo invejado e temido. Assim, realizavam sua identificação com ele, adquirindo um pouco de sua força.

A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição, e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião. (FREUD, 1912-3/1973, p. 1838)³

Após satisfeito o ódio, sobreveio, no entanto, o remorso. O pai, depois de morto, tornara-se mais forte que o fora quando vivo. Como consequência, o que antes fora interdito por uma proibição real passava a sê-lo por uma proibição psicológica, originada pelo sentimento de culpa. Era a “proibição adiada”. O assassinato do pai era um fato, não podia ser desfeito; no entanto, para preservar a organização que os tinha tornado fortes, os irmãos revoltosos precisavam renunciar aos seus desejos incestuosos, pois, como não havia mais um macho dominante, todos poderiam tornar-se rivais de todos, e a nova organização estaria fadada ao fracasso, pois todos lutariam entre si. Dessa forma, através da instituição da lei do incesto, salvaram a organização que os tornara fortes, renunciando às mulheres que desejavam. Assim, os irmãos revoltosos anularam o próprio ato cometido, através da proibição da morte do totem, que passava a funcionar como o substituto do pai, e abriram mão da vantagem que lhes conferia essa morte, ou seja, o acesso às fêmeas do bando.

Assim, estavam criadas as duas leis básicas do totemismo: não matar o animal totêmico e não manter relações sexuais com os membros do sexo oposto,

³ Tradução da edição espanhola feita por nós.

pertencentes ao mesmo clã. Estas coincidem com os dois desejos reprimidos presentes no complexo de Édipo. Freud pressupõe serem esses os mais antigos e poderosos desejos humanos, considerados como o ponto central dos desejos infantis e se tornariam o núcleo das neuroses.

São também, porém, essas proibições, originadas da satisfação dos impulsos psicológicos do ser humano, e que permitiram mudar a estrutura social desses grupos primitivos, que passaram a funcionar como fatores organizadores da vida afetiva e cognitiva, o que possibilitaria ao homem o ingresso ao mundo da cultura.

Essa teoria encontra paralelo na antropologia com as idéias de Levi-Strauss (1976), que recorreu ao comportamento animal para tentar explicar a regra do incesto nos homens. O autor acredita na existência do desejo sexual entre familiares e afirma que, nos animais, as uniões ocorrem sem nenhuma regra, com os encontros acontecendo por acaso, predominando, portanto, a promiscuidade entre os sexos e graus de parentesco. Afirma que a proibição ao incesto é universal, mesmo recaindo, em diversas culturas, sobre diferentes laços de parentesco, e acredita que essa proibição se deve ao fato de que o ser humano é, ao mesmo tempo, um ser biológico, portanto, pertencente à natureza, e um ser social, portanto, produto da cultura. Essa dupla natureza lhe conferiria o caráter de ambigüidade, uma vez que, como ser biológico, desejaria concretizar os desejos incestuosos, e como ser cultural, os evitaria. A renúncia aos desejos incestuosos seria o fator que possibilitaria ao homem a passagem da ordem da natureza para a ordem da cultura.

A proibição do incesto não é nem puramente de origem cultural nem puramente de origem natural, e também não é a dosagem de elementos variados tomados de empréstimo parcialmente à natureza e parcialmente à cultura. Constitui o passo fundamental graças ao qual, pelo qual, mas sobretudo no qual se realiza a passagem da natureza à cultura. Em certo sentido pertence à natureza, porque é a condição geral da cultura, e por conseguinte não devemos nos espantar em vê-la conservar da natureza o seu caráter formal, isso é, a universalidade. Mas em outro sentido também já é cultura, agindo e impondo sua regra no interior de fenômenos que não dependem principalmente dela (p. 62)

Levi-Strauss (1976) verificou que, em torno da interdição do incesto se desenvolveu toda uma legislação que organizava as maneiras de se contratar as alianças matrimoniais, o que viria a definir as formas de interação entre os diferentes grupos familiares. Essa legislação funcionaria como um artifício normatizador das condutas sexuais e sociais e possibilitaria a harmonia e a cooperação familiar. A ausência dela acabaria por determinar a extinção dos grupos.

Estudos etológicos mais recentes, no entanto, atestam que, nos animais, existem mecanismos para barrar os comportamentos que os homens definiriam como incestuosos.

[...] se observa que animais de uma mesma linhagem inibem, ao longo do desenvolvimento, alguns de seus comportamentos sexuais em relação a seus próximos e os orientam a congêneres mais distantes. Há, pois, no meio natural, um conjunto de forças biológicas, emotivas, comportamentais e sociológicas que inibem o comportamento sexual entre próximos, entre familiares, e os volta para os objetos exteriores. (CROMBERG, 2001, p. 24)

Baseado nessas novas descobertas etológicas, assim como em avanços alcançados nos campos da antropologia, da clínica e da sociologia, Nathan (1997) tece considerações acerca da necessidade de uma reelaboração e uma reatualização da questão da proibição do incesto. Através de estudos realizados em diferentes comunidades, observou que a proibição pode ocorrer de formas diferentes em cada uma delas. Assim, por exemplo, em Madagascar, a mãe, a irmã e a prima são cônjuges proibidos entre o povo, mas, para os reis ou chefes importantes, somente a mãe é proibida. Chama a atenção para o fato de que a proibição tanto pode recair sobre os parentes próximos, como sobre as pessoas muito distantes. Cita como exemplo os esquimós, para quem o casamento com uma estrangeira, que não faça parte da comunidade, é igualmente proibido. A partir dessas observações, conclui que as regras da proibição do incesto teriam como função organizar a identidade do grupo:

Vemos, conseqüentemente, como as regras da proibição do incesto organizam, duplamente, a identidade do grupo definindo seus limites externos (proibições em relação ao mundo exterior) e o esqueleto de sua estrutura interna (proibições em relação ao interior). Portanto, toda proibição cultural define, em um mesmo movimento, e para todo indivíduo, uma estrutura dicotômica do grupo (os afins e os aliados) e os limites desse grupo (os humanos e os bárbaros). (p. 23)

Ao tecer considerações sobre a universalidade da proibição ao incesto, o autor adverte para o perigo, bastante comum, de se pensar que, se todos os homens, em todos os lugares, criaram leis que proíbem as relações incestuosas, essa proibição seria coisa inerente à natureza humana. Coloca, no entanto, algumas ponderações que o fazem refutar essa hipótese. A primeira delas refere-se ao fato de que, se a proibição do incesto está em todo lugar, o mesmo acontece com as transgressões. A proibição, portanto, não é o fato, no entanto, uma vez instituída, todos os fatos se organizam em relação a ela. A segunda se refere ao fato de que a proibição não recai sobre as relações sexuais, e sim, sobre as alianças matrimoniais.

A proibição das relações sexuais entre aparentados, surpreendentemente, só é encontrada entre os animais, enquanto que o homem só proibiria as alianças tidas como culturalmente incestuosas. E a terceira refere-se à necessidade de saber como cada cultura define o incesto, visto que essa definição se apresenta de diferentes formas em diferentes culturas. Resumindo, o autor compreende que as sociedades definem o incesto, ignorando as regras genéticas e considerações psicológicas, e afirma ser necessário que a definição do incesto ignore os dados biológicos e psicológicos para conseguir ser culturalmente eficaz.

Importante se faz perceber a influência da proibição do incesto para a formação da personalidade. Segundo Faiman (2004), ela é fundamental para o desenvolvimento psicológico, uma vez que possibilita ao sujeito o reconhecimento da existência de limites para a concretização dos seus desejos, para a sua conduta e para o reconhecimento de si próprio.

Segundo Cohen (1993), a proibição ao incesto tem um efeito estruturante na personalidade, uma vez que a repressão dos desejos incestuosos possibilitará o reconhecimento das funções do pai e da mãe, que são fundamentais para o desenvolvimento da identidade familiar, que, por sua vez, será o princípio da estruturação da identidade social.

Diante do exposto, vimos como a sociedade ocidental é claramente influenciada pela cultura da proibição ao incesto, chegando a creditar a essa a organização da própria estrutura social, familiar e mesmo a psique individual das pessoas. É uma sociedade que se constitui com base na família monogâmica, patriarcal, com papéis definidos para os diferentes componentes do grupo, e permeada por fortes relações de poder.

Vale lembrar, aqui, o pensamento de Foucault (1977) que postula que a sexualidade não deve ser compreendida apenas como um impulso que as forças sociais precisam conter, mas ela seria, ainda, um passo especial para as relações de poder.

Baseados no pensamento de Foucault, não podemos deixar de considerar, pois, que a problemática do incesto está intimamente ligada às relações de poder. Desse ponto de vista, muitos estudiosos, entre eles Azevedo, Guerra e Vaiciunas (2000), consideram as relações incestuosas como uma forma privilegiada de

violência doméstica, uma vez que é uma prática exercida mediante coerção, e na qual uma das pessoas envolvida na relação detém uma parcela maior de poder, estando, portanto, em uma posição de domínio sobre o outro. Essa relação violenta, baseada nas concepções de gênero que preconizam o predomínio do poder do mais forte sobre o mais fraco (no caso, o poder do homem sobre a mulher, especialmente sobre a mulher criança), faz-se presente em todas as camadas da sociedade moderna e toma contornos mais visíveis nas classes mais socialmente desfavorecidas, uma vez que é estimulada pela associação com outros fatores oriundos da pobreza, como as condições de moradia com espaços restritos e comuns entre pais e filhos, o uso de álcool e drogas, que, somados à fome, ao desemprego, funcionam como potencializadores para a ocorrência da violência sexual. Assim, o abuso sexual incestuoso passa a ser um dos instrumentos pelos quais se expressa essa violência.

4.1. As relações incestuosas e a dinâmica vincular das famílias

Vários teóricos são partidários da idéia de que as relações incestuosas têm suas raízes na forma como se estruturam os vínculos mãe-criança. Cromberg (2001) propõe a teoria do incesto baseada nos estudos realizados pelo pediatra Aldo Nauri, que descreve algumas particularidades do vínculo afetivo que se estabelece na relação diádica mãe-criança, relação esta fortemente carregada de conteúdo afetivo. Se o corpo da gravidez evitou o surgimento da menor necessidade do bebê, após o parto, o corpo da mãe segue na tentativa de satisfazer todas essas necessidades, permitindo, assim, as reparações de segurança necessárias. A esse desejo da mãe, de que ao filho não falte nada, chama de propensão maternal natural ao incesto e afirma que ela é indispensável ao bebê. Esta solicitude, no entanto, teria por inconveniente, para o bebê, a idéia de que essa mãe é toda poderosa, que não lhe recusa nada, e não pode nem deve mesmo lhe recusar nada. Se essa solicitude cresce desmesuradamente e não encontra um freio ou contraponto, poderá causar devastações bem graves. Como a mãe não pode realizar esse controle, é necessário o surgimento de uma barreira externa ao casal mãe-criança. Essa barreira pode ser interposta pelo pai, que a psicanálise considera como portador da lei de interdição ao incesto.

A relação entre o vínculo que se estabelece na díade mãe-criança e o surgimento de uma relação incestuosa também é defendido por Ferreira (2005),

quando afirma que as relações incestuosas se inscrevem na ordem do gozo com a mãe. Essa exerceria um papel fundamental na constituição da criança como sujeito. De acordo com a maneira como fosse estruturado esse vínculo, este poderia resvalar para as situações de abuso sexual ou de incesto, a depender de como a mãe lida com seu próprio desejo edípico:

Os desejos inconscientes permeiam as relações entre pais e filhos. A função mãe é um operador fundamental na estruturação do sujeito e de tais relações, podendo criar condições para o abuso sexual ou para o incesto. [...] A relação de abuso sexual entre pai e filha começa muito antes do momento edípico, nas relações pré-genitais da criança com a mãe, responsável pela constituição da experiência erógena do corpo da criança. A filha, que sofre o abuso sexual por parte de seu pai, é muitas vezes “oferecida” a ele pela própria mãe, numa tentativa escamoteada de realizar seu próprio desejo edípico. Portanto, ao sofrer o abuso sexual por parte do pai, a menina encontra-se submetida não só a ele, mas também ao desejo incestuoso da mãe, freqüentemente aprisionada em seu próprio Édipo. Dessa forma, atualiza-se toda uma cadeia transgeracional. O desejo materno, captado inconscientemente pela criança, vai ao encontro do próprio desejo incestuoso de fusão com a mãe. Quando a mãe não pode impedir o uso do corpo da criança pelo pai, deixando de ocupar o lugar de interditor e protetor da criança, podemos, de certa forma, considerá-la cúmplice desse pai. (p.2).

Todas essas considerações são de extrema importância. Levando-se, entanto, em conta a multiplicidade de formas e caracteres com que podem configurar-se os vínculos afetivos, criando estruturas particulares a cada caso e a cada momento, e levando-se em conta, ainda, a dinâmica presente nas mais diversas formas de agrupamentos familiares, consideramos insuficiente explicar a problemática do incesto somente do ponto de vista psicológico. Assim, concordamos com Faiman (2004), quando afirma que o incesto pode representar conflitos diferentes para cada família, e, portanto, não pode ser considerado a partir de uma única dimensão:

O incesto [...] pode ser expressão de diversos conflitos ou dificuldades de natureza absolutamente distinta para cada família, com as mais diversas consequências e representações, o que descarta qualquer resposta genérica advinda de um corpo teórico previamente definido para as questões relativas a esse tema. (p.22-23).

Diante dessa perspectiva, consideramos importante olhar a problemática do incesto do ponto de vista da tessitura dos vínculos afetivos que se estabelecem entre os membros de cada família. Faz-se pertinente, pois, tecer considerações sobre a noção de vínculo. Moreno (1994) concebe o homem como uma unidade indivisível de seu meio-ambiente, onde experimenta uma relação de interdependência:

Observamos [...] que os organismos mais altamente diferenciados necessitam e dependem dos menos diferenciados. É esta ordem de coisas heterogêneas que faz com que tanto as bactérias quanto as algas sejam indispensáveis às estruturas mais complexas que não podem passar sem elas; é esta ordem que permite a criaturas tão vulneráveis e dependentes como o homem à possibilidade de sobrevivência. (p. 91)

Essa relação de interdependência se faz presente também entre os indivíduos. Para o referido autor, o homem só pode ser entendido a partir do ponto de vista de suas inter-relações, que tem o vínculo como célula mínima. Para esse pensador, a necessidade de estabelecer vínculos parece, pois, ser inerente ao ser humano:

Nenhum indivíduo permanecerá isolado do outro, nem nenhum grupo permanecerá separado de outros se viverem geograficamente próximos. Mais cedo ou mais tarde realizarão intercâmbio de emoções e de outros valores sociais, produzindo, assim, estruturas horizontais através de diferenciação coletivista e de interdependência. (Ibidem, p. 92)

Pichon Riviere (1998) define vínculo como “a maneira particular pela qual cada indivíduo se relaciona com outro ou outros, criando uma estrutura particular a cada caso e a cada momento” (p. 3). Esse estudioso ressalta o caráter social assumido pelo vínculo:

O vínculo é sempre um vínculo social, mesmo sendo com uma só pessoa; através da relação com essa pessoa repete-se uma história de vínculos determinados em tempo e em espaços determinados. Por essa razão, o vínculo se relaciona posteriormente com a noção de papel, de *status* e de comunicação (p. 30).

Para Bustos (1990), o vínculo pode ser definido como “o interjogo entre pessoas, que atuam através de papéis. O vínculo se estabelece ‘entre’ papéis” (p.79).

Entendemos, pois, que não se considera como vínculo apenas a ligação que se configura como amena, protetora e amorosa, mas toda e qualquer relação onde esteja envolvido um afeto, independente da qualidade do mesmo. Esses vínculos podem assumir as mais variadas formas, provocando, sob o comportamento do indivíduo, efeitos diversos. A configuração que os vínculos apresentam não é a mesma para todos os indivíduos, ainda que estejam na mesma situação vincular. Assim, os vínculos mãe-filho, pai-filho, marido-mulher assumirão características próprias, podendo sofrer influências de fatores como o tempo, a cultura e o contexto social no qual se apresenta. Assim, fazer afirmações acerca da personalidade dos envolvidos na díade com base na dinâmica vincular que se estabelece pode ser um

erro, uma vez que a característica apresentada é pertinente ao vínculo, e não intrínseca aos participantes:

Alguém que em um vínculo é frágil e dependente, em outro pode sentir-se forte e seguro, já que depende do campo estimulador-estimulado onde se encontra. Não quero dizer com isso que não exista uma predisposição, que atua como constante e que depende das primeiras relações. Estas – como veremos mais adiante – criam maior fixidez ou maior versatilidade, segundo sua natureza. Mas é essencial considerar sempre a partir de que vínculo se formula uma determinada afirmação. É muito comum ver homens que se consideram impotentes, ou mulheres frígidas, que deixam de sê-lo ao trocar de par. (BUSTOS, 1990, p. 62-63)

Essas considerações adquirem importância fundamental a partir do momento em que se volta o olhar sobre o contexto em que se encontram as famílias palco dessas ocorrências. Sabemos que as formas de se expressar a sexualidade são histórica e socialmente construídas, e, dependendo do contexto, em que estão inseridos os parceiros, o vínculo que os unirá, certamente, sofrerá influências determinantes desse contexto.

A forma como os vínculos se estabelecem dentro da constelação familiar parece, ainda, determinar a forma pela qual a relação incestuosa vai manifestar-se. Cohen (2000) cita três formas de incesto: o incesto propriamente dito, que acontece dentro da família nuclear, e que é considerado mais grave; esse pode dar-se de várias maneiras: entre pai e filha, entre irmãos, mãe e filho, e pode assumir diversas configurações. Duché, citado por Cohen (2000), relata dois tipos: o incesto despótico, no qual o pai usa sexualmente a filha, valendo-se da força, submetendo-a a seu poder, e o incesto marital, no qual a filha assume o lugar da mãe no leito conjugal e todas as tarefas da casa, incluindo a criação e o cuidado com os irmãos menores. Cohen (2000) refere-se ainda ao para-incesto, que é definido como aquele que ocorre entre pessoas que são consideradas parentes, como o companheiro da mãe com a enteada, ou entre filhos que moram juntos, mas que têm origem paterna diferente; e o incesto polimorfo, um tipo de relação sexual em que uma pessoa, que exerce um cargo ou função que lhe confere uma parcela de poder, utiliza esse poder para impor seu desejo sexual a um subalterno. O autor considera essa relação equivalente à situação incestuosa devido ao envolvimento da questão do poder do mais forte sobre o mais fraco, não conferindo a este último a opção de recusar o contato sexual. Afirma, ainda, que, por trás dessas relações, existem fantasias incestuosas, embora, na maioria das vezes, nem o autor do ato nem a vítima estejam conscientes disso.

Em todos os tipos de incesto citados, pode-se perceber diferentes configurações que podem assumir os vínculos entre as pessoas envolvidas: ora caracteriza-se pela força, ora pela afetividade, e há, ainda, que se considerar os demais fatores que podem estar influenciando nessas vinculações, como o contexto social, cultural e a dinâmica familiar.

Independente da forma como ocorre a relação incestuosa, consideramos que as atenções devam voltar-se para as famílias atingidas, isso porque concordamos com o pensamento de Cohen (1993), que afirma ser o incesto “literalmente um assunto de família” (p.13).

Seguindo essa linha de pensamento, citamos Faiman (2004), que afirma que o incesto diz respeito ao funcionamento familiar como um todo, e Figaro (2005), que partilha essa mesma opinião:

Ninguém sai ileso. Na relação incestuosa há sempre alguém que a pratica e alguém que a sofre, mas não podemos reduzi-la somente às pessoas diretamente implicadas. Uns podem ser mais ou menos atingidos, mas todos de alguma maneira testemunham conscientes ou inconscientemente o que ocorre na família. Testemunham algo que deve ser mantido em segredo, um segredo muito bem guardado que aparentemente possui a função de continuar mantendo uma estrutura familiar que é fragilizada. Portanto, o incesto deve ser considerado como uma problemática fundamentalmente familiar e não individual (p. 1).

Segundo Faiman (2004), por ocasião da ocorrência do ato incestuoso, existe uma quebra da delimitação de geração entre pais e filhos. A situação incestuosa seria o indicativo de uma falha na organização das funções familiares e na sua dinâmica psicológica, o que ocasionaria repercussões na estruturação do mundo mental das pessoas direta ou indiretamente envolvidas.

Para Cohen (1993), o incesto acontece devido à ausência de uma estrutura familiar capaz de contê-lo. Assim, a relação incestuosa pode ser considerada como o indicativo da existência de uma crise na estrutura familiar. O autor afirma que as famílias que sofreram essa desestruturação podem funcionar de forma totalmente aglutinada, o que impossibilita o desenvolvimento cognitivo-afetivo dos filhos, ou no extremo oposto, de forma totalmente desligada, o que anularia o desenvolvimento da função protetora da família. Postula que tanto as famílias aglutinadas como as desligadas são patológicas, uma vez que considera saudáveis aquelas que conseguiram realizar a tarefa de introjetar as representações das funções de pai, mãe e de filhos. Essas funções se estruturariam de acordo com uma posição

ideológica, que pode sofrer variações de acordo com a época e com a cultura em que se estabelecem.

Essas afirmações nos remetem à forma como são desempenhados os papéis dentro da estrutura familiar. Para Moreno (1993), o ser humano vincula-se através do desempenho de papéis. Através do jogo desses papéis, vai moldando sua identidade ao longo da sua vida, com ênfase nas primeiras fases do desenvolvimento. As características da relação surgida dependerão da configuração existente entre papel e contra-papel, que, por sua vez, será diretamente influenciada pelo contexto social, tanto no âmbito da matriz, espaço onde são vivenciados os primeiros vínculos afetivos, através do clima emocional que envolve e permeia os participantes envolvidos na experiência, como, posteriormente, em todas as situações de vida em que o indivíduo se encontrar.

Vários autores consideram que, nas famílias incestuosas, predomina uma confusão na forma como são desempenhados os papéis, assim como uma ambivalência de sentimentos. Figaro (2005) afirma que, no incesto, os papéis são trocados: as crianças passam a desempenhar papel de adultos; pais assumem comportamento infantil; meninas transformam-se em mulheres, meninos em homens e as relações familiares se transformam em relações apaixonadas.

Ferreira (2000) coloca a problemática do abuso sexual e do incesto como uma resultante da forma como são desempenhados os papéis de pai e mãe na tríade pai-mãe-criança, em que os lugares destinados a cada uma dessas funções podem ser ocupados por cada um desses sujeitos.

As funções materna e paterna circulam na tríade pai-mãe-criança num interjogo em que os lugares podem ser ocupados por qualquer sujeito, ou seja, não é necessariamente a mãe aquela que exercerá a função materna e nem o pai a paterna [...] É a dificuldade de discriminar-se – resultante da impossibilidade de instauração da função pai constituir o limite e determinar os parâmetros entre o eu e o outro – que propicia a relação incestuosa. Nem a mãe nem o pai conseguem ocupar o lugar da interdição. (p. 2)

Cromberg (2001) também tece considerações sobre as características das famílias incestuosas e a forma como são desempenhados os papéis dentro dessas estruturas familiares:

Famílias fechadas, nas quais os papéis, os gestos e os enunciados não são codificados. Não se sabe quem é quem, quem faz o quê, quem deve dizer o quê. Não se organizam rituais de interação: não se sai, não se convidam estranhos à família, nenhuma discussão sobre a aventura social, não se tem festas familiares nem rituais de mesa. [...] Nestas famílias, a representação

do ato sexual não tem nada de sagrado. É um instrumento, um jogo interacional sem grande significação. A sociedade nada tem a dizer ou a ver aí. O ato sexual não é socializado nem sacralizado, porque a representação familiar o transformou em um sentimento trivial. (p. 27-28).

Banchs (1995), com bases em um estudo realizado em uma família incestuosa, descreve as características encontradas nesse ambiente familiar:

[...] tanto o casal como as filhas habitavam um mundo subjetivo e silenciado que estava cheio de dúvidas, confusões, segredos, mistérios ocultamentos, incomunicação, medos, falta de limites geracionais e egóticos, produto do que é definido como uma “atmosfera incestuosa”. (p.99)

Diante de tamanha confusão, tanto no estabelecimento das funções de cada membro da família, como no clima afetivo presente nesses grupos, eles engendram meios de manter a homeostase. Uma dessas formas constitui-se no fenômeno conhecido como o “pacto do silêncio”, em que as famílias tendem a esconder as ocorrências, com o objetivo de resguardar-se.

Butler (1979) cita como causas motivadoras do pacto do silêncio o medo das famílias de se verem expostas ao exprobo da comunidade; a própria sensação de culpa sentida pelas vítimas; a ameaça que paira sobre estas, feita pelos agressores, que faz com que sintam um medo constante do que lhes acontecerá, se denunciarem a situação; a dificuldade, em primeiro lugar, de encontrar alguém que apresente suporte emocional para ouvir sua história, e, em segundo, de poderem confidenciar o que lhes aconteceu a pessoas que não venham a colocar dúvidas sobre sua conduta; insinuem que estão mentindo ou acreditem que têm sua parcela de culpa na situação:

A opinião pública é bastante coerente em relação às vítimas femininas do assalto incestuoso. Uma menina desperta os sentimentos de proteção e indignação. Mas se a vítima é uma adolescente plenamente desenvolvida, nosso constrangimento com o comportamento da vítima, por vezes sexualmente agressivo, nos leva a vê-la como a sedutora, e como se tendo aproveitado de um homem fraco e mais velho. Além disso, se a vítima expressar seu sofrimento através do uso de drogas, álcool ou prostituição, concluímos que ela deve ter sempre sido uma menina má, e deve ser considerada, pelo menos em parte, como responsável pela situação. (p. 38).

Tal fato nos remete a um problema que contribui para um agravamento maior do drama quando se está frente a um abuso: a posição assumida pelos profissionais encarregados de prestar atendimento às vítimas, assim como de outros setores da sociedade, que poderiam fazer parte da rede de proteção social. Para a autora, essa atitude, que chama de “autoproteção”, é uma tentativa, praticada por todos nós, de nos defendermos da dura realidade do incesto.

Importante é perceber que essa prática traz conseqüências nocivas: além de falsear as estatísticas oficiais, impede a proteção das vítimas, que podem passar anos a fio sofrendo com as situações de abuso, e provoca um falso panorama do problema, que pode ser atribuído, exclusivamente, às camadas mais pobres da população, onde este pacto é mais facilmente rompido, devido, provavelmente, às próprias condições de vida, como já foi citado anteriormente. Daí talvez advenha o maior número de registros nas estatísticas oficiais.

A necessidade que a família onde houve incesto tem de anonimato, juntamente com nossa incapacidade de imaginar que tais coisas ocorrem em nossas próprias comunidades, faz com que as estatísticas pesem injustamente sobre as classes inferiores. A ocorrência generalizada de abuso incestuoso foi obscurecida pelo fato de que quase todos os casos na classe média e superior não foram denunciados, e muitos só foram revelados a psiquiatras e terapeutas privados. Entre os ricos, o assalto incestuoso é simplesmente um segredo mais bem guardado. (BUTLER, 1979, p. 20)

Baseados no exposto sobre os prejuízos decorrentes da prática do “pacto do silêncio”, concordamos com Banchs (1995), quando diz que devemos tentar compreender os motivos pelos quais a proibição do incesto recai sobre sua fala, e não sobre sua prática. A autora advoga que já saímos da época da negação do incesto e da procura de explicações teóricas sobre o tabu, e devemos iniciar a era do reconhecimento da sua existência como prática, e da procura de explicações sobre o seu acontecer. Afirma ainda que, sendo uma vivência carregada de fortes conteúdos emocionais, que atuam na sua negação; o incesto necessita ser elucidado, para que se possa conseguir colocá-lo na esfera pública, uma vez que até os dias atuais se manteve no âmbito do privado, exatamente pela via do silenciamento.

Nesse trabalho, apesar de reconhecermos as conseqüências que a prática das relações incestuosas traz para suas vítimas, não enfocamos esses aspectos. Nossa intenção esteve centrada no estudo dos grupos familiares atingidos, com foco nos vínculos afetivos que se estabelecem entre seus componentes. Acreditamos que, através do estudo desses vínculos, poderemos obter um panorama geral da dinâmica afetiva e psicológica dessas famílias, uma vez que poderão ser revelados possíveis padrões de interação comuns aos diversos grupos em que ocorrem as relações incestuosas, as situações de ambivalência afetiva existentes, as escolhas mútuas ou incongruentes, as dificuldades de percepção acerca de si e do outro, além dos focos de tensão, fragilidade e agressividade. As informações obtidas

poderão possibilitar um conhecimento mais aprofundado acerca das interações afetivas dos indivíduos nos grupos, o que poderá servir de subsídio para intervenções terapêuticas que visem a uma reestruturação nos vínculos, possibilitando, assim, a reconstrução destes em uma base mais saudável, uma vez que o resgate dessas relações poderá ser importante para a constituição emocional e para o convívio harmonioso dos indivíduos dentro do grupo familiar.

O estudo da problemática do incesto do ponto de vista dos vínculos afetivos possibilita, também, uma compreensão particularizada da dinâmica pertinente a cada grupo, uma vez que levará em conta os fatores que possibilitam os vínculos se configurarem de forma a favorecerem a ocorrência de relações incestuosas. Acreditamos que, a partir desse enfoque, poderemos jogar novas luzes sobre o tema, visto que não se considerará, de antemão, esses grupos e os indivíduos que os compõem como patológicos, mas compreendendo que fazem parte de um sistema vincular, em que todos os sujeitos estão envolvidos em uma trama de relações possivelmente disfuncionais.

Acreditamos, ainda, que o estudo desses vínculos poderá trazer maiores esclarecimentos sobre a dinâmica familiar dos grupos atingidos, o que poderá ser útil ao entendimento das questões relativas à prática incestuosa.

No capítulo seguinte, discorreremos sobre a socionomia, abordagem teórica adotada nesse trabalho por privilegiar a importância dos vínculos afetivos para a compreensão do ser humano.

5. SOCIONOMIA: uma ciência das relações humanas

A Socionomia foi criada pelo médico romeno Jacob Levi Moreno em meados do século XX. Tem suas raízes fincadas na Europa, notadamente na Áustria, onde Moreno viveu e estudou nos anos de sua juventude. Sofreu influências de três grandes vertentes: a religiosa, que traz princípios baseados no hassidismo (seita originária da cabala judaica) e no catolicismo; a filosófica, que contempla idéias de filósofos existencialistas, como Henri Bergson, Sören Kierkegaard, Martin Buber; e a vertente teatral, que deu origem ao Psicodrama.

A religião teve uma influência preponderante na obra de Moreno. Este alimentava uma forte crença religiosa e interessava-se por viver a existência de forma profética, tomando nos santos o modelo para sua vida. Seus ídolos principais eram Bal Sheem Tov (profeta do hassidismo) e Jesus Cristo. As idéias religiosas serviram de base à formulação de sua visão de homem, que, do ponto de vista moreniano, é considerado um ser essencialmente bom, um gênio em potencial, característica essa que lhe possibilita atuar como Deus no primeiro dia da criação, ou seja, lidar com o caos e, a partir dele, recriar-se a si mesmo e ao universo. O homem é considerado como profundamente interligado ao cosmos, não podendo ser visto separadamente:

O homem é um ser cósmico, é mais que um ser psicológico, biológico e natural. Pela delimitação do homem aos domínios psicológicos faz-se dele um banido. [...] A existência do universo é importante, é realmente a única existência significativa, é mais importante que a vida e a morte do homem como indivíduo, como tipo de civilização, como espécie. Depois da “vontade de viver” de Schopenhauer, a “vontade de poder” de Nietzsche, a “vontade de valer” de Weininger, eu partilho a vontade do valor supremo, que todos os seres pressentem e que os une a todos. Daí coloco a hipótese de que o cosmos “em devir” é a primeira e última existência, e o valor supremo. Apenas ele pode atribuir sentido à vida de qualquer partícula do universo, seja o homem ou um protozoário. A ciência e os métodos experimentais, se tem pretensão a serem verdadeiros, precisam ser aplicáveis à teoria do cosmos. (MORENO, 1974, p. 21-22).

O profundo sentimento religioso o compeliu, ainda, a fundar a religião do encontro, através da qual, juntamente com outros amigos igualmente inspirados pelo movimento conhecido como “existencialismo heróico vienense”, ajudava pobres e refugiados. As idéias messiânicas vividas com intensidade nos anos de sua juventude serviram de alicerce para o desenvolvimento dos princípios éticos que embasam a Socionomia, princípios estes que guardam uma profunda noção de responsabilidade para consigo mesmo, com o outro e com o universo, de forma

geral. Moreno traz a noção de responsabilidade como o elo que viria a unir toda a humanidade, uns aos outros e ao cosmos, formando uma corrente ininterrupta:

[...] O importante é que ela é um elo que nos congrega e nos une a todos. Somos todos unidos pela responsabilidade. Não existem limites para a responsabilidade nem responsabilidade parcial. E a responsabilidade nos faz criadores do universo. E eu comecei a sentir que Eu sou. Eu sou o pai. Eu sou responsável. Eu sou responsável por todas as coisas que acontecerão no futuro e por todas as coisas que aconteceram no passado e, mesmo que não tenha qualquer ajuda para fazer as coisas, para remover a razão de ser do sofrimento ou para fazer qualquer outra coisa, eu tenho, agora, uma aliança operacional com o mundo inteiro. Todas as coisas pertencem a mim e eu pertencço a todas as pessoas. A responsabilidade é o elo que nos une e que nos liga ao cosmos. A responsabilidade para com o futuro do mundo olha, muito pouco, para trás. Seu olhar está voltado, quase sempre, para frente. Então eu vi o mundo como um gigantesco empreendimento com milhões e milhões de associados, vi mãos invisíveis, mãos estendidas, uma querendo tocar a outra, todos sendo capazes de, através da responsabilidade, tornarem-se deuses. (MORENO, 1992-a, p.14)

Os princípios filosóficos foram determinantes na formulação dos conceitos de espontaneidade e criatividade, que compõem a doutrina da socionomia. Encontramos convergência entre o pensamento de Moreno e Henri Bergson, quando este defende com veemência que o filósofo deve procurar entender a realidade como ela é em si, em sua forma original. Em Moreno, esta preocupação também se faz presente, uma vez que sempre esteve interessado em apreender os acontecimentos no momento em que aconteciam, com suas características puras e próprias, antes que se transformassem em um produto da cultura, que acabava privando-os de sua originalidade. A maior dificuldade para esta apreensão da coisa em si viria da racionalidade, da ciência e da palavra, que impõem uma verdade e ordenam que todos a adotem como certa, que obriga a apreender a realidade como uma coisa estanque.

Moreno ainda reconhece Bergson por introduzir na filosofia o princípio da espontaneidade. Conceito central na obra moreniana, a espontaneidade é definida como a capacidade de dar respostas novas a situações antigas e respostas adequadas a situações novas. Segundo Martín (1996) “Sobre a espontaneidade se vai desenvolver sua teoria do mundo, do homem, do adoecer e do sanar; todas as suas técnicas terapêuticas não visam, senão, despertar a espontaneidade criativa do homem” (p.18).

Encontramos, também, várias semelhanças entre o pensamento moreniano e o primeiro dos existencialistas, Kierkegaard. Segundo Martín (1996), nos dois aparece a preocupação com a vivência de uma existência autêntica, em que não

haja o predomínio da razão, mas onde se abra lugar também para a loucura, para o irracional, para o diferente, porque todas esses aspectos da existência são expressões de vida. Essa concepção está embutida na proposta moreniana de construção de um amplo projeto de planificação social, que premiasse todos os seres com um lugar, onde cada um pudesse conviver e expressar sua existência, de acordo com todas as suas características próprias. Uma sociedade em que ninguém fosse desperdiçado ou deixado à margem, excluído:

A filosofia psicodramática entrou em cena por volta de 1920, contrariando as valorações psicanalíticas e proporcionando às forças criativas não dirigidas e anárquicas um ajuste positivo e um ponto de ancoragem através de: 1) declarar normal o patológico e proporcionar a todas as formas de comportamento patológico um mundo sui gêneris...; 2) proporcionar a todas as formas subjetivas da existência, inclusive à profética e à desviada do normal, um lugar em que possam realizar e, casualmente transformar-se, ao abrigo das restrições da cultura dominante. (MORENO, 1967, p. 342)⁴

Encontramos correspondência, também, em sua obra, com o pensamento de Martin Buber. Ambos viveram em Viena, na mesma época, são de origem judaica, e nota-se em ambos forte influência do hassidismo, corrente religiosa originária da cabala judaica, que prega a onipresença de Deus, e uma postura otimista diante da vida. Foram colaboradores na mesma revista, a *Daimon*, em 1918. Partilham da mesma opinião sobre a filosofia do encontro, momento culminante da relação, em que eu e tu se fundem em um só. Há pontos em comum, também, acerca da concepção de homem, quando afirmam que este só existe quando em relação. Moreno afirma: no princípio, foi o grupo. Buber confirma: no princípio, foi a relação. Para Moreno, o homem é um ser em relação e constrói sua identidade a partir do momento em que passa a interagir com outros. A construção dessa identidade se daria através do desempenho de papéis.

A importância da ação em detrimento da palavra ocupou lugar privilegiado no pensamento de Moreno, que sempre acreditou no experimentar a coisa em si. Essa crença, acalentada desde sua juventude, foi decisiva na criação do teatro da espontaneidade, que, segundo o próprio Moreno (1984), serviu-lhe de laboratório para testar as bases da teoria da espontaneidade, da técnica de atuação e da comunicação interpessoal. A experiência vivida no teatro lhe permitiu a descoberta de que a pessoa poderia mudar “através de um processo de experimentação e reexperimentação do comportamento, com a subsequente reflexão sobre ele”

⁴ Tradução do original em espanhol realizada por nós.

(MARINEAU, 1992). e foi decisiva na criação de seu método terapêutico mais conhecido, o psicodrama: “O psicodrama é mais que um diálogo, no sentido de que a vida é mais que um diálogo” (MORENO, 1993, p.37-38).

Essas três vertentes colaboraram na estruturação do corpo teórico que deu origem à Socionomia. Segundo Costa (1996), esta prevê um amplo projeto de planificação social, com características auto-afirmativas e integrativas, uma vez que trabalha com sistemas complexos, nos quais os átomos sociais mantêm ligações, formando redes sociométricas, influenciam e sofrem influência, em uma relação de complementaridade. Essa característica possibilita ao sistema a capacidade de auto-organizar-se, mantendo suas propriedades, mas guardando a capacidade de evoluir de forma transcendental. Assim, garante o processo de auto-conservação que mantém o sistema, mesmo havendo a necessidade de substituição de alguns elementos. Baseada nessas considerações, a autora propõe a seguinte definição

Socionomia é a ciência que trata das leis naturais que regem os sistemas sociais de modo geral, dos grupos humanos e do desenvolvimento do homem fundamentado em sua natureza inter-relacional. Concebe o homem como um ser natural e potencialmente genial, co-responsável pelo processo de criação do universo. Traz em sua proposição um projeto de planificação social com características auto-organizativas e auto-afirmativas, a exemplo do que caracteriza a ciência moderna, especialmente a teoria sistêmica. (p.136)

A socionomia tem três grandes ramificações científicas: a Sociodinâmica, ciência que trata da estrutura dos grupos sociais isolados ou unidos; a Sociometria, que trata da medida das relações entre as pessoas e a Sociatria, que é a ciência que abrange métodos interventivos junto aos indivíduos e agrupamentos sociais.

Estas três ramificações científicas não estão separadas; encontram-se profundamente relacionadas entre si. Cada uma delas dispõe de métodos próprios, embora sua utilização obedeça a uma condição de prevalência. Em termos de atuação, todos esses métodos estão à disposição para serem aplicados em qualquer ramificação científica, desde que o momento seja propício. A Sociometria tem como principal instrumento o teste sociométrico. A Sociatria utiliza como métodos a Psicoterapia de Grupo, o Sociodrama, o Psicodrama e o Axiodrama. A Sociodinâmica trata de um conjunto de leis, entre elas, a Lei Sociogenética, a Lei Sociodinâmica e a Lei da Gravitação Social. (MORENO, 1993, p. 33-35).

Neste trabalho, abordaremos mais especificamente a Sociometria, uma vez que esta estuda a mensuração das relações entre as pessoas. Pode ser definida

como “A ciência da medida do relacionamento humano” (MORENO, 1999 p.33). Para Moreno (1992-b), o objetivo da sociometria não está restrito à medida das relações interpessoais, mas também ao conhecimento do funcionamento dos grupos e ao estudo das correntes psicológicas que emanam destes:

A sociometria trata do estudo matemático das propriedades psicológicas das populações, da técnica experimental e dos resultados obtidos com a aplicação de métodos quantitativos. Isso é feito através dos métodos que indagam sobre a evolução e organização de grupos e a posição dos indivíduos nos mesmos. Um de seus interesses especiais é a averiguação da quantidade de correntes psicológicas e de sua expansão, à medida que estas pervagam as populações. (MORENO, 1992, p. 157).

O autor deixa claro que o aspecto métrico não tem maior importância que o social:

[...] não enfatizamos apenas a segunda parte do termo, por exemplo, o “metrum”, significando medida. Também enfatizamos a segunda parte, ou seja, o “socius”, significando companheiro. A velha dicotomia, o qualitativo contra o quantitativo, é resolvida dentro do método sociométrico de maneira nova. O aspecto qualitativo da estrutura social não é destruído nem esquecido; é integrado nas operações quantitativas, age de dentro para fora. Os dois aspectos da estrutura são tratados juntos, como unidade. (ibidem, p. 157).

Moreno parte do princípio que a humanidade é uma unidade social real, de onde emergem tendências de atração e repulsão entre as diferentes partes do todo. Esses fenômenos são regidos por leis, que podem ser conhecidas e controladas. A sociometria funcionaria como instrumento de organização dos grupos e da sociedade, uma vez que possibilita, através do estudo dessas correntes de atração e repulsão, o conhecimento da estrutura dos grupos sociais, o que possibilita a elaboração de um procedimento terapêutico que atinja toda a espécie:

Um procedimento verdadeiramente terapêutico deve ter como objetivo toda a espécie humana. Nenhuma terapia adequada, porém, pode ser indicada enquanto a espécie humana não for, de alguma forma, uma, e sua organização permanecer desconhecida. (MORENO, 1992-b, p. 117).

Para Bustos (1979), a sociometria engloba todos os pressupostos teóricos que fundamentam as principais técnicas criadas por Moreno, quais sejam: a psicoterapia de grupo, o psicodrama e o sociodrama.

O autor afirma que a sociometria emerge do vínculo, que se constitui no ponto de partida para o entendimento do homem: “sem vínculos, o homem não existe” (BUSTOS, 1979, p. 16).

A sociometria tem como seu principal instrumento o teste sociométrico. O referido instrumento foi criado por Jacob Levi Moreno, e, como ele mesmo o define,

“é um meio de medir a organização dos grupos sociais [...] é um método de pesquisa de estruturas sociais através da medida das atrações e rejeições que existem entre os membros de um grupo” (MORENO, 1999, p. 34-35).

Segundo Kaufman (1993), o teste sociométrico permite que seja investigada a natureza dos vínculos e a interdependência entre a qualidade desses vínculos e as ações produzidas, assim como das interações e comunicações emitidas e recebidas pelos elementos de um grupo. Confirma a existência de alguns padrões característicos da organização dos grupos, suas expressões e configurações próprias. Esse teste pode ser utilizado em qualquer grupo, e sua aplicação é extremamente simples. Consiste em pedir ao sujeito para escolher, no grupo ao qual pertence, os indivíduos que gostariam de ter por companheiros, de acordo com um critério previamente estabelecido. O teste consta de duas partes: na primeira, chamada de teste objetivo, os indivíduos relatam suas escolhas. Através da análise desses relatos, pode-se obter a classificação sociométrica do indivíduo e de seus vínculos. Na segunda, chamada de teste perceptual, os indivíduos relatam por quem acham que serão escolhidos. Esses relatos detectam e esclarecem conflitos grupais, uma vez que revelam a presença de relações tóxicas ou transferenciais nos vínculos, assim como as distorções na emissão e recepção de mensagens. “É a partir do teste perceptual que se verifica se o grupo internalizado de cada indivíduo – portanto o grupo com o qual está relacionando-se – corresponde efetivamente ao grupo real”. (Idem, p.50). Em ambas, pede-se que o indivíduo justifique suas escolhas e que as hierarquize, segundo sua preferência.

O referido instrumento vem sendo usado nas mais diversas situações, em que se deseje verificar a estrutura vincular de um grupo e as correntes psicológicas que operam dentro deles. Podemos citar, além dos experimentos clássicos realizados por Moreno na prisão Sing-Sing, em 1931, e em uma escola para moças em Hudson, EUA, em 1932, alguns outros estudos realizados em épocas recentes, como a aplicação do teste a grupos de pré-adolescentes, com o objetivo de formação de um grupo terapêutico (ARVATI, 1990), e aplicação do teste a grupos de alunos da educação infantil e ensino fundamental, na rede privada de Fortaleza, tendo como objetivo a formação de turmas de 1ª série do 1º grau.(ANDRADE, 1998). Ressaltamos que não encontramos estudos sobre incesto realizados com a utilização do teste sociométrico.

5.1. Espontaneidade, Criatividade, Conserva Cultural:

Espontaneidade, Criatividade e Conserva cultural fazem parte da doutrina da teoria moreniana. A sociometria se utilizou desses conceitos, trazendo-os do nível metafísico e filosófico para o campo experimental, ao usá-los como base de elaboração do teste sociométrico (MORENO, 1992-b).

Para Moreno (1992-b), a espontaneidade opera no presente e impulsiona o indivíduo a dar respostas adequadas a novas situações ou respostas novas para situações já conhecidas e cristalizadas. Afirma que, apesar de ser um dos mais antigos fatores evolucionários que operam no mundo humano, é o mais freqüentemente inibido por artifícios culturais, e cujo desenvolvimento insuficiente é a causa de grande parte das patologias psicológicas e sociais do homem.

Segundo Costa (1996), a espontaneidade é considerada como um dos atributos próprios da espécie humana, sendo desempenhada por cada indivíduo de forma peculiar. Está presente nos aspectos biológico, próprios da espécie (comer, dormir), social (criação de novas obras de arte, invenções tecnológicas, criação de novos contextos sociais) e cósmico (que considera o indivíduo como criador da própria existência e capaz de interferir no universo).

Moreno define o homem como dotado de potencial criativo, orientado para as grandes realizações, capaz de colaborar com a obra da criação. A criatividade seria, pois, um fator inerente à espécie humana. Para ser potencializada, no entanto, necessitaria estar combinada com a espontaneidade, que funcionaria como o catalizador, como o disparador do processo. O homem dotado de criatividade, mas sem espontaneidade, seria um “criador sem braços”, um “desarmado”, ao passo que o indivíduo dotado de espontaneidade, mas sem criatividade, seria “um idiota espontâneo”. Assim, espontaneidade e criatividade, apesar de não serem processos idênticos, seriam complementares:

A espontaneidade sem criatividade não tem vida. Sua intensidade vital aumenta e diminui em razão direta da espontaneidade da qual partilha. A espontaneidade sem criatividade é vazia e abortiva. A espontaneidade e a criatividade são, assim, categorias de ordem diferente; a criatividade pertence à categoria de substância – é aqui a arqui-substância – enquanto a espontaneidade pertence à categoria dos catalisadores – é o arqui-catalisador. (MORENO, 1992-b, p. 147).

A conserva cultural, por sua vez, seria o produto final, a resultante do ato criador, que permanece cristalizada. É assim definida por Moreno (1993)

É uma mistura bem sucedida de material espontâneo e criador, moldado de forma permanente. Como tal, converte-se em propriedade do grande público, algo de que todos podem compartilhar. Devido à sua forma permanente, é um ponto de convergência a que podemos regressar a bel-prazer e sobre o qual pode ser assente a tradição cultural. Assim, a conserva cultural é uma categoria tranqüilizadora". (p. 159)

A conserva cultural é representada por comportamentos, obras de arte, costumes, que estão presentes em uma determinada cultura. Funciona como arquivo da própria história de cada grupo, assim como assegura a continuidade da herança cultural. Pode, no entanto, ter conseqüências perigosas, pois a necessidade crescente de armazenamento da cultura pode pôr em risco o próprio ato criador, que lhe serviu de origem.

Costa (1996), resumindo o funcionamento dos três fatores que compõem a doutrina, afirma que Espontaneidade, Criatividade e Conserva cultural fazem parte de um mesmo processo, em que a espontaneidade funciona como a energia de cada organismo vivo, a criatividade atua como o dínamo do ato criador, e a conserva cultural perpetua o ato criador em um conjunto de valores e tradições que funcionam como acervo da humanidade.

5.2. A matriz de identidade e o desenvolvimento psicossocial da criança:

O ambiente familiar é decisivo para a formação da personalidade da criança, uma vez que os conteúdos incorporados nesta fase da vida estarão presentes em toda a sua existência, a interferir e, muitas vezes, comandar e definir padrões de comportamento, assim como o caráter e a conduta. Neste ponto, necessário se faz rever um dos principais conceitos socionômicos, o de Matriz de Identidade. Esta compõe a base da teoria da formação da personalidade, como foi proposta por Moreno (1993), que afirma ser a personalidade definida como o resultado de uma função de genes, espontaneidade e meio.

Moreno considera a carga genética como fator condicionante, mas não determinante. Mostra o estado de fragilidade e de dependência nos quais o homem nasce diferente de outras espécies em que os filhotes passam por essa experiência já mais amadurecidos para sua sobrevivência. (COSTA, 1996, p. 54)

Ao nascer, o bebê humano é um ser extremamente frágil: enxerga mal, não pode locomover-se sozinho, comunica-se de forma rudimentar, através do choro, quando alguma sensação advinda do ambiente externo o incomoda: fome dor ou frio. Necessita de alguém que possa atender-lhe em suas necessidades básicas, como comer, dormir, locomover-se, manter-se limpo e aquecido. Estas necessidades

lhes são satisfeitas pela pessoa mais próxima a ele, na maioria das vezes, a mãe. A partir destes contatos, forma-se uma estreita ligação entre mãe e filho, com marcado conteúdo afetivo.

Este ambiente, no qual o bebê passa a interagir, é a matriz de identidade, definida por Moreno (1993) como a placenta social da criança, o *locus* em que ela mergulha suas raízes. Seria composta por todos os objetos e pessoas à sua volta. Dentro desta matriz, a criança vive suas primeiras relações sócioemocionais significativas, as quais leva consigo por toda sua vida futura. “Essa matriz de identidade lança os alicerces do primeiro processo de aprendizagem emocional da criança”. (p. 112)

Segundo Gonçalves (1988), além do espaço físico preparado na família para recebê-lo, forma-se, ainda, um espaço virtual, e pelas expectativas que se estabelecem no ambiente familiar em relação ao bebê. Esse espaço virtual se estende às condições socioeconômicas e até ao clima psicológico que envolverá o recém-nascido:

É nesse clima que se constitui o espaço virtual, onde se instalam, por exemplo, as expectativas dos mais próximos em relação ao nascituro, em relação ao papel que ele desempenha e virá a desempenhar: unir a família, cuidar dos negócios do pai, ajudar à mãe, conseguir ser adotado, realizar algum feito em que os adultos fracassaram etc. Os exemplos são infinitos, como a gama de desejos que os seres humanos são capazes de acalantar. (p.59)

É através das primeiras vivências que o indivíduo experimenta na matriz que vai formando sua identidade. No início, a matriz relaciona-se a processos fisiológicos, e os papéis desempenhados são os que Moreno chamou de papéis psicossomáticos. À medida que avança no desenvolvimento, no entanto, esta passa a relacionar-se com processos psicológicos e sociais. Assim, é na matriz de identidade que a criança realiza sua integração à sociedade.

Para Moreno (1993), o desenvolvimento dessa matriz acontece em cinco fases, que servem de base psicológica para todo o processo de formação e incorporação dos papéis que o indivíduo desempenhará ao longo de toda a sua vida.

Na primeira fase, a que chamou de identidade total ou indiferenciada, a criança não se distingue do universo, das coisas que estão ao seu redor. Do ego auxiliar depende a sua própria sobrevivência. É uma vivência de completa e espontânea identidade.

Na segunda fase, a criança, embora ainda dependente, começa a distinguir as coisas do ambiente ao redor dela mesma. Tem início o processo de diferenciação, que ainda se dá de forma rudimentar.

Na terceira fase, a criança passa a se concentrar nos objetos que estão ao seu redor, desligando-se de tudo o mais, inclusive, dela mesma.

Na quarta fase, a criança está tão envolvida com a outra parte, que já inicia um movimento rudimentar de imitação dessa.

Na quinta fase, a criança, já mais bem instrumentalizada, representa o papel da outra parte, ou seja, está madura o suficiente para o ato da inversão de papéis. Nesta fase, completa-se o ciclo de inversão da identidade. Moreno, posteriormente, juntou essas cinco fases em três:

Estas cinco fases representam a base psicológica para todos os processos de desempenho de papéis e fenômenos tais como a imitação, a identificação, a projeção e a transferência. Por certo, os dois atos finais de inversão não ocorrem nos dois primeiros meses de vida da criança. Mas, algum dia, a criança inverterá o quadro, assumindo o papel de quem lhe dá alimento, a põe a dormir, a carrega no colo e a passeia. Temos, pois, duas fases da matriz de identidade: primeiro, a fase de identidade ou unidade, como no ato de comer; e, segundo, a fase de usar essa experiência para a inversão da identidade. (MORENO, 1993, p. 112-113).

Condensadas, essas três fases são assim descritas como matriz de identidade total ou indiferenciada, que corresponde ao chamado primeiro universo, no qual fantasia e realidade, pessoas e objetos se confundem. Só há o tempo presente, e todas as relações são de proximidade; matriz de identidade total e diferenciada, na qual a criança começa a diferenciar objetos de pessoas, surgem os primeiros registros, o que possibilita o aparecimento dos sonhos. As relações adquirem certa distância, uma vez que a criança começa o processo de diferenciação. A tele sensibilidade começa a operar. A terceira fase é onde acontece a chamada brecha entre a fantasia e a realidade. A criança adquire a capacidade de distinguir fantasia de realidade e a capacidade de inverter papéis. O indivíduo começa a formar dois novos conjuntos de papéis: os papéis sociais, relacionados ao mundo social e os papéis psicodramáticos, relacionados a um mundo de fantasia. (GONÇALVES, 1988)

5.3. Teoria dos papéis:

Moreno chama a atenção para o fato que o homem não se caracteriza por um viver em solidão, ao contrário, é um ser predominantemente em relação. À medida

que cresce e se desenvolve, passa a desempenhar uma série de papéis, e, a partir dessa atividade, constrói a própria identidade.

Para Moreno (1993), o eu psicológico surge a partir do desempenho de papéis: “o desempenho de papéis é anterior ao surgimento do ego. Os papéis não decorrem do eu, mas o eu pode emergir dos papéis” (p. 210).

Segundo Costa (1996), os papéis se desenvolvem obedecendo a uma seqüência que evolui dos fatores orgânicos para os psíquicos. Assim, os primeiros papéis a se desenvolverem seriam os psicossomáticos, em seguida os sociais e, posteriormente, os psicodramáticos.

Os papéis psicossomáticos estão ligados aos mecanismos fisiológicos de ingestão, defecação, micção e respiração; fazem parte do repertório de comportamentos da criança ao nascer, e que serão vivenciados de forma particular, de acordo com a relação que se estabelece entre essa e seu primeiro ego auxiliar, na maioria dos casos.

A estruturação desses papéis acontece na primeira e segunda fases da matriz. Em seguida, formam-se os papéis sociais (papéis de pai, mãe, filho, filha, professor), em que opera a função de realidade, imposta à criança pelas pessoas com as quais se relaciona. Na terceira fase da matriz, a da brecha entre fantasia e realidade, formam-se os papéis psicodramáticos, que são “personificação de coisas imaginadas, tanto reais como irreais”. (MORENO, 1993, p. 129).

Estes papéis obedecem a um curso evolutivo, onde primeiramente se observa a troca na relação em função das necessidades orgânicas, tais como fome, sede e outras. Em seguida, configuram-se as necessidades sociais, a fim de que possa internalizar modelos, pertencimento, conceitos e valores. Finalmente, os papéis psicodramáticos permitem a oportunidade de registros individuais e o exercício constante da criatividade. (COSTA, 2000, p.139).

Estes papéis são chamados de precursores do eu, e é através da adoção destes que a criança vai penetrando na sua cultura e, conseqüentemente, socializando-se:

Durante esse longo período de aperfeiçoamento infantil, a criança necessita de egos-auxiliares, especialmente a mãe, que na relação mútua lhe vai introduzindo na cultura a que pertencem [sic]. E como ao nascer de uma família concreta desconhece outros modos diferentes de comportamento, assimila inconscientemente essa cultura que, também inconscientemente, seus pais lhe transmitem. Se a cultura se define pelos papéis que nela existem, devemos concluir que a integração numa cultura se faz através da adoção de papéis. (MARTÍN, 1996, p. 216).

5.4. Átomo social:

Moreno (1992-b) afirma que a sociedade humana tem estrutura semelhante à estrutura atômica da matéria. Baseado nessa concepção, propõe o conceito de átomo social, que define como “ a menor unidade funcional dentro do grupo social”. (p. 173).

É a partir dos vínculos que são estabelecidos dentro da Matriz de Identidade que a criança vai constituindo o seu átomo social, e sua gênese se dá através dos padrões de atração, repulsão e indiferença que mantém com as pessoas que o rodeiam. O núcleo do átomo social é o próprio indivíduo. Segundo Costa (1996), “seu volume evidencia a riqueza ou pobreza das relações que este é capaz de estabelecer ao longo da vida” (p. 52).

Farão parte do átomo social de um indivíduo todas aquelas pessoas que lhe são significativas, que lhe provocam atração ou repulsa. Se a sensação provocada por alguém for de indiferença, esta não fará parte do átomo social.

5.5. Tele e transferência:

Um fator preponderante nestas relações de atração ou rejeição é o que Moreno (1993) chamou de tele, que seria a capacidade dos indivíduos perceberem-se corretamente, e, também, a menor unidade de sentimento, transmitida de um indivíduo a outro. A tele não está presente por ocasião do nascimento, mas vai desenvolvendo-se, à medida que a criança começa a interagir dentro do átomo social, e favorece as vinculações entre os indivíduos.

O fator tele não se apresenta somente no âmbito individual, mas proporciona também canais que comunicam tudo o que acontece nos grupos ou sociedades, humanas ou animais. Estes canais são as redes sociais, que se originam à medida que átomos sociais se relacionam com outros átomos sociais, formando inter-relações que dão origem às chamadas redes sociométricas. Estas teriam a função de propagar opiniões, formar a tradição e a opinião pública. Fatos de interesse geral as atravessariam sem resistência, pois, à medida que os indivíduos se relacionam dentro destas redes, já que a integram, vão transmitindo seus conteúdos, a partir de vagas suspeitas de que algo possa existir .

A transferência seria o oposto da tele. Está ligada a figuras do passado e surge no presente, causando enfermidades. Segundo Costa (1996)

é fator gerador de ansiedade e incompletude [...] nos grupos, funciona como elemento desintegrador. Projeta no presente imagens formadas no passado, causando enfermidades, tanto nos indivíduos, quanto nos grupos e na sociedade. (p. 58)

5.6. Grupo:

Os grupos se formam segundo objetivos, normas e critérios comuns. Conforme Costa (2000), um grupo é um organismo vivo, dotado de características próprias:

Define-se como organismo vivo formado por indivíduos que estabelecem determinados tipos de vínculos, padrões, códigos, normas e relações. As características pessoais, no grupo, disseminam-se e diluem-se. A identidade grupal prevalece sobre a identidade pessoal, sendo a primeira o resultado da 'diluição' das identidades individuais. O grupo passa a ter estrutura personalizada como forma de manter e de auto-organizar o conjunto de laços afetivos dos seus participantes, desenvolvendo assim uma comunicação interpessoal própria. (p.142)

Os grupos estruturam-se a partir de dois aspectos: institucional, que funciona como mantenedor dos sistemas; e o sociométrico, que favorece a transformação.

De particular interesse para este trabalho é o aspecto sociométrico dos grupos, resultante das relações de atração, repulsão e indiferença:

[...]as regras são estabelecidas pelo movimento vincular, ou seja, pela forma como as pessoas se relacionam continuamente e podem mudar com maior rapidez que nos grupos formais. [...] As regras nem sempre são claras, porém estão sempre presentes porque o ser humano, devido à sua natureza intrínseca, encontra-se sempre em relação, gerando e cumprindo regras. Os grupos sociométricos freqüentemente têm sua coesão própria e seus membros agem sintonizados em sentimentos comuns que participam do co-inconsciente grupal. A intensidade dessa sintonia pode variar em pontos específicos e ser identificada como atração, rejeição ou indiferença. (Idem, p. 143).

Em grupos de íntima e prolongada convivência, tais como a família, as equipes de trabalho, os grupos religiosos, os participantes estão tão profundamente sintonizados, que a comunicação pode fazer-se sem palavras, chegando a ser telepática. Moreno (1993) deu a este fenômeno o nome de co-inconsciente grupal, e assim o definiu:

Os estados co-conscientes e co-inconscientes são, por definição, aqueles que os participantes experimentaram e produziram conjuntamente e que, por conseguinte, só podem ser produzidos ou representados em conjunto. (p. 30-31)

Segundo Moreno (1999), o co-inconsciente seria como uma simbiose, que se estabelece entre as pessoas, que convivem durante muito tempo, e que as leva a assumir a mesma postura frente aos valores e à vida:

Os grupos naturais comportam-se diferentemente dos grupos formados por estranhos. Mães e casais, membros de uma família, dois amorosos, amigos profissionais e outros grupos ligados intimamente têm uma forma comum de se entender em silêncio. Vivem como em simbiose. Raramente, entretanto, se explica o que isso significa. Os membros de tais grupos tem um passado comum, esperam um futuro comum e, frequentemente, vivem juntos na mesma casa. Quando, por exemplo, marido e mulher representam psicodramaticamente uma situação íntima, cada um sabe, com bastante precisão, o que o outro pensa e sente. [...] É como se, ao longo dos anos tivessem desenvolvido uma longa e delicada cadeia estados relativamente inconscientes. Quando um membro de um par evoca acontecimentos de uma fase vivida em comum, não é difícil para o outro seguir e elaborar o tema, como se ambos fossem uma só pessoa e tivessem um inconsciente comum. (p.66).

Para Costa (1996), o co-inconsciente manifesta-se pela coesão grupal. Ele unificaria o grupo, e, mesmo mantendo as individualidades dos participantes, favorece o desenvolvimento de códigos comuns.

5.7. Tricotomia social:

A organização social também obedece aos mesmos padrões evolutivos de auto-organização e auto-transcendência. A Tricotomia Social, que é parte do referencial teórico da ação da Socionomia, trata das dimensões de realidade do social. Considera três níveis de realidade: a realidade social externa, a matriz sociométrica e a realidade social propriamente dita.

A realidade social externa é a sociedade formal, com suas leis e normas institucionalizadas, seguidas por todos os elementos que fazem parte desses grupos.

A realidade social externa, melhor compreendida, é a sociedade visível, tangível, que abriga leis e regras formalmente constituídas e identificadas como obrigações a serem cumpridas da mesma forma por todos os cidadãos ou grupos. Considera a formalização de instrumentos legalmente estabelecidos e reconhecidos por todos os participantes da comunidade. A sua clara percepção sugere um primeiro nível de compreensão. Estão incluídos os grupos que se formam espontaneamente e transitoriamente e instituições milenares, como a igreja, o exército, etc. Esses grupos são de fácil identificação e descrição. São visíveis, abertos e observáveis. É a sociedade oficial (COSTA, 1996, p. 47).

A segunda dimensão é a matriz sociométrica. É definida por Moreno (1992-b) como “as estruturas sociométricas invisíveis ao olho macroscópico, mas que se tornam visíveis através do processo sociométrico de análise” (p. 181) Esta não obedece a regras pré-estabelecidas, e sim, a critérios de atração, rejeição e indiferença, formando, entre os indivíduos, estruturas como pares, triângulos, cadeias e círculos, que são extremamente fortes, porque obedecem a vínculos afetivos. Corresponde ao segundo nível de compreensão da realidade.

A realidade social propriamente dita é a terceira dimensão, que funciona como a síntese das anteriores e corresponde ao terceiro nível de compreensão:

A terceira dimensão é a realidade social propriamente dita, que funciona no processo dialético como a síntese das outras duas e que possui movimentos sistêmicos direcionados à sua desintegração e à sua realização conseqüente. Guarda aspectos de uma e de outra sem ser nenhuma delas; funciona na tricotomia social como um terceiro nível de compreensão. No momento de seu surgimento é catártica pelo alívio da tensão gerada no processo dialético. No seguimento desse processo, a realidade social vai se relacionando com a realidade social externa. Desse jogo espontâneo do sistema, surge uma nova matriz sociométrica, resultante do movimento anterior e necessária para manter os processos evolutivos da sociedade. (COSTA, 1996, p.50).

Transpondo estes conceitos para o foco deste trabalho, torna-se possível inferir que a violência sexual pode ser entendida à luz dos conceitos socioeconômicos, uma vez que acontece em um determinado contexto cultural, dentro da intimidade dos grupos, na complexa rede de inter-relações que se estabelecem dentro destes.

6. METODOLOGIA:

Foi realizada uma pesquisa qualitativa que inclui um estudo empírico acerca dos vínculos afetivos de famílias com histórico de abuso sexual incestuoso. No presente estudo, não foram privilegiadas as causas produtoras dos abusos sexuais dado serem estes fenômenos de alto grau de complexidade e que envolvem fatores culturais, históricos e dinâmicos. Procuramos dirigir a investigação, levando em conta as características da população a ser estudada, o contexto em que os fatos estavam ocorrendo e as especificidades das relações mantidas entre os sujeitos estudados, assim como levamos em conta as impressões obtidas pelo pesquisador, durante a realização do experimento.

Foram estudadas cinco famílias, selecionadas dentre as famílias atendidas pelo Projeto Sentinela, um programa de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. O referido projeto trata-se de um conjunto de ações de assistência social, de natureza especializada, destinado ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias vitimadas pela violência, e é financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tem como princípios desenvolver ações articuladas pelas esferas governamentais e não-governamentais, “conservando o compromisso ético, moral e político das ações e obedecendo aos direitos à dignidade, ao respeito e à liberdade” (BRASIL, 2001, p.10). Objetiva prestar atendimento técnico especializado às crianças e aos adolescentes vítimas de violência e aos seus familiares, criar condições para a garantia dos direitos fundamentais e facilitar o acesso dessa parcela da população aos serviços públicos nas áreas de assistência social, saúde, educação, justiça, segurança, esporte, cultura, lazer existentes na comunidade. O projeto está vinculado ao Centro de Referência de Atenção à Criança e ao Adolescente vítimas de Violência que faz parte da Célula de Proteção Social Especial da Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará. A proteção social especial é uma modalidade de atendimento prevista na Lei orgânica da Assistência Social – LOAS e destina-se a famílias de indivíduos que se encontram em situações de risco pessoal e social pela ocorrência de maus-tratos, abusos físicos, psíquicos ou sexuais, uso de substâncias psicoativas, trabalho infantil, entre outras.

As famílias foram escolhidas segundo os critérios previamente definidos, ou seja, aquelas com criança ou adolescente vítima de abuso sexual incestuoso com

idade a partir de 7 anos, do sexo feminino, cuja violência sexual tinha sido cometida pelo pai ou padrasto. Limitamos a idade das vítimas a partir de 7 anos por acreditarmos que, nessa faixa etária, os vínculos já estão mais solidamente estabelecidos.

O projeto de pesquisa foi anteriormente submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará, tendo recebido aprovação. As famílias foram previamente consultadas para saber se concordavam em se submeter à pesquisa. Todos os componentes, após terem concordado em participar, foram submetidos ao instrumento eleito para a coleta de dados – o Teste Sociométrico.

Pretendíamos realizar o estudo com dez famílias, mas não foi possível atingirmos esse número, uma vez que a maioria dos casos que chegam ao Núcleo são de vítimas de exploração sexual. Dentre os casos de abuso sexual, objeto do estudo, havia aqueles em que a vítima estava abaixo da idade explicitada nos critérios da amostra (a partir de 7 anos), aqueles em que a vítima era do sexo masculino, os casos em que o abuso havia sido cometido por um outro membro da família, que não o pai ou o padrasto, aqueles em que o agressor era um agente externo, ou, ainda, casos de famílias que se encontravam inteiramente desestruturadas após a descoberta da situação de abuso, com as vítimas abrigadas, pais foragidos e irmãos residindo com outros parentes. Tais fatores inviabilizavam a aplicação do instrumento, pela dificuldade em reunir os membros das famílias, e portanto, influíram decisivamente na redução do número de famílias a serem estudadas.

Foram mantidos dois contatos com cada uma das famílias participantes da pesquisa, na residência delas. No primeiro, foi realizada uma entrevista inicial, que tinha como objetivos, além do estabelecimento de um 'rapport' entre entrevistador e entrevistados, a explicitação dos objetivos da pesquisa, a obtenção do consentimento dos participantes e a coleta de informações tais como idade dos sujeitos, configuração familiar, nível de escolaridade e socioeconômico, nº de membros da família e ordem de nascimento de cada indivíduo no grupo etc. O segundo contato foi utilizado para a aplicação do teste sociométrico.

O teste sociométrico foi aplicado a todos os componentes das famílias. Em duas delas não foi possível a realização do teste com o agressor, que, em virtude da

denúncia realizada pelas vítimas, encontrava-se desaparecido, e não nos foi possível localizá-lo.

O critério sociométrico, usado para definir as escolhas que os membros das famílias fizeram no teste, e que se constitui requisito fundamental para a aplicação do teste sociométrico, foi pensado de forma que representasse uma escolha afetiva que possibilitasse uma investigação nos vínculos, mas que não necessitasse tocar diretamente na questão do abuso sexual. Assim, escolhemos como critério a pergunta: “quem você levaria para um final de semana?” O teste foi feito na sua forma completa, ou seja, com as duas partes: teste objetivo – escolhas realizadas pelos participantes, e teste perceptual – por quem eles acreditariam ser escolhidos.

Os dados colhidos foram submetidos à análise própria do teste sociométrico, que consistiu em fazer um levantamento de todos os vínculos, classificá-los na matriz sociométrica e calcular os índices característicos do teste (índice de percepção, índice de emissão, índice télico, índice de relação direta e índice télico grupal.⁵). Através da construção dos sociogramas, foram verificadas as principais estruturas sociométricas existentes em cada grupo. A análise destes fatores possibilitou um melhor conhecimento acerca da estrutura interna dos grupos e forneceu informações sobre a posição ocupada na estrutura familiar por cada um dos componentes.

7. RESULTADOS DOS TESTES SOCIOMÉTRICOS:

7.1. Caracterização da família 1:

⁵ O índice de percepção mede a capacidade de perceber de uma pessoa.; o índice de emissão avalia a capacidade de na emissão de mensagens. O índice télico, segundo Bustos(1979) “avalia globalmente a comunicação e nos permite conhecer o grau de adequação do indivíduo em relação a ele mesmo e ao grupo do qual participa” (p.49, 50). O índice de relação direta trata de uma relação entre percepção e emissão de mensagens, e o índice télico grupal é obtido através do somatório dos índices télicos de cada um dos integrantes dividido pelo número total de eleições possíveis.

A família é composta de oito pessoas, tendo sofrido uma reestruturação após a descoberta da situação de abuso. Assim, a família de origem era composta pela mãe, (Mara⁶) pai, (Pedro), duas filhas (Lúcia e Nina) e dois filhos, (Jorge e José) de respectivamente 17, 15, 14 e 12 anos. As duas adolescentes são filhas de um primeiro relacionamento da mãe, tendo Nina sido criada como filha por Pedro desde a idade de dois anos. Com a descoberta da ocorrência, a família se separou, a mãe constituiu novo relacionamento com Edu, com quem vive maritalmente, e passou a residir em outra casa com o novo companheiro, as duas filhas e a criança nascida da relação incestuosa que na época da aplicação do teste estava com dois meses de idade. Os dois garotos permaneceram na companhia do pai.

A família é de nível socioeconômico baixo, porém não vive em situação de miséria. Ambos os grupos residem em subúrbios, mas em casas de alvenaria, com energia elétrica e água encanada. Ambas são moradias simples, mas com as necessidades básicas satisfeitas. A mãe relata que as condições socioeconômicas da família se tornaram mais difíceis com a separação (ocasionada pela descoberta do abuso), uma vez que precisaram vender a casa que possuíam, e, no momento da realização da entrevista, moravam de aluguel. Mara não possui renda, e seu atual companheiro também não tem emprego fixo. A filha mais velha abandonou os estudos para trabalhar fora, mas, segundo a mãe, esta foi uma escolha particular, independente das condições econômicas da família.

Nina começou a ser abusada pelo padrasto aos 9 anos de idade, entretanto a situação só veio a ser descoberta quando, aos 14 anos, engravidou. Vale a pena ressaltar que o abuso só veio a ser revelado no sexto mês de gestação, visto que as modificações no corpo da adolescente não podiam mais passar despercebidas.

Optamos por fazer a aplicação do teste sociométrico em todos os membros, por considerar que, mesmo morando em ambientes diferentes, as vinculações ainda estavam operando.

7.2. Resultados do teste sociométrico da família 1:

Mara (a mãe) faz cinco escolhas positivas, que recaem sobre o atual companheiro (Edu), Nina, Lúcia, José e Mila (a neta). É correspondida em todas com alto grau de intensidade. Esta ordem é também a ordem de prioridade das escolhas,

⁶ Todos os nomes usados são fictícios.

ou seja, Edu em primeiro lugar, Nina em segundo, Lúcia em terceiro, José em quarto e Mila em quinto. O número alto de escolhas positivas e de alto grau de intensidade recebido por Mara revela que mantém vínculos fortes, o que denota a sua importância dentro do grupo.

Por outro lado, rejeita Pedro e é indiferente a Jorge. O vínculo com Jorge parece estar abalado, uma vez que este a escolhe positivamente em primeiro lugar, mas recebe uma escolha indiferente. Acreditamos que a indiferença lançada a Jorge se deve ao fato de este ter preferido a companhia do pai.

Pelo alto número de escolhas positivas recíprocas que recebe, é considerada, em termos sociométricos, como estrela de popularidade. Ocupa um status social⁷ elevado no grupo. É também estrela sociométrica, pois apresenta o maior número de mutualidades⁸.

Percebemos, no entanto, a existência de conflitos, revelados no teste perceptual. Apesar de receber a primeira escolha positiva de Lúcia e José, e a segunda de Jorge, percebe-os, escolhendo-a de forma indiferente. Acreditamos que a percepção dessas escolhas como indiferença se deva aos dois filhos terem preferido a companhia do pai, por ocasião da separação, além do que Jorge, como discutiremos mais detalhadamente adiante, parece ter dificuldade em demonstrar sua aceitação às pessoas. No caso de Lúcia, supomos que a percepção da indiferença se deva ao fato de ela se mostrar uma garota com personalidade forte, bastante independente, e, além do mais, por ter residido em companhia da avó por um longo período de tempo, o que pode ter contribuído para que a mãe não perceba o vínculo afetivo com a filha como mais fortemente consolidado.

Apesar destas três incongruências⁹ no teste perceptual, percebe corretamente todos os demais membros do grupo. Os índices télico e de relação direta alcançados foram os mais altos do grupo. Apresenta, ainda, o mais alto índice de emissão e um bom índice de percepção. Em termos caracterológicos sociométricos, pode ser considerada boa emissora-bona receptora, que, segundo Bustos (1979), é o indivíduo que emite adequadamente e percebe corretamente, o que lhe confere uma boa

⁷ O status social refere-se à posição que cada indivíduo ocupa nos grupos.

⁸ Chamam-se mutualidades às escolhas realizadas com o mesmo sinal; tanto positivo, como negativo ou neutro.

⁹ Chamam-se incongruências às escolhas realizadas com sinais opostos, por exemplo, negativo-positivo, negativo-neutro, positivo-neutro, etc.

capacidade de comunicação e que pode, com maior facilidade, conseguir ter suas necessidades satisfeitas.

Nina faz cinco escolhas positivas, que recaem, segundo ordem de prioridade, sobre Mila (a filha), Mara, Lúcia, Jorge e José. É escolhida positivamente por todos os membros do grupo, inclusive por quem rejeita e é indiferente. Rejeita Pedro, o que justifica pela agressão sofrida, e é indiferente a Edu, o que creditamos a ser seu rival na preferência da mãe, assim como por uma possível desconfiança frente a uma nova figura masculina. Em termos de aceitação grupal, só perde na intensidade das escolhas recebidas para a mãe. É também considerada estrela de popularidade, pelo alto número de escolhas positivas que recebe.

Seu teste perceptual, no entanto, revela que não se percebe como um membro bem aceito dentro do grupo. Percebe as escolhas positivas apenas da filha e da mãe. Acha que seria escolhida de forma indiferente por José, Jorge, Pedro e Edu, e rejeitada por Lúcia, por quem é escolhida positivamente, e em primeiro grau, o que reforça a atribuição de um déficit de percepção em relação a seu grupo familiar. Acreditamos que esta dificuldade de percepção se deva a uma baixa auto-estima e, talvez, a intensos sentimentos de culpa e de inadequação, frequentes em vítimas de abuso sexual. (DAY et AL, 2003; AMAZARRAY e KOLLER, 1998; GAUDERER e MORGADO, 1992; NARVAZ, 2005). Pode ser considerada como boa emissora-má receptora, com um aumento dos sinais negativos e neutros em detrimento dos positivos. Em pessoas que demonstram essa configuração, o comportamento pode resvalar para o recolhimento e a timidez, uma vez que percebe um grupo indiferente. Segundo Bustos (1979), seria necessário elaborar quais são as figuras internas responsáveis pela inversão dos sinais.

Observa-se, ainda, que parece demonstrar uma dificuldade em emitir sinais que não sejam positivos, uma vez que emite apenas um sinal negativo e indiferente, que são percebidos por Pedro e Edu como positivos. No caso da agressão sofrida, pode-se supor que emitia sinais ambivalentes a Pedro, já que este, que como se verá adiante, tem um alto índice de percepção, decodifica, neste teste, sua rejeição como aceitação.

Lúcia faz quatro escolhas positivas, que recaem, segundo ordem de prioridade, sobre Nina, Mara, José e Mila. Rejeita Pedro e Jorge, e é indiferente a Edu. Recebe escolhas positivas de Mara, Nina, Jorge, José e Pedro, e é rejeitada

por Edu. Apresenta, pois, três relacionamentos positivos mútuos, e três conflituosos, com o irmão Jorge, que rejeita e de quem recebe indiferença, com o padastro, Pedro, a quem rejeita e recebe aceitação, e com o novo companheiro da mãe, Edu, a quem se mostra indiferente e de quem recebe rejeição.

Percebe-se sendo escolhida positivamente por Nina, Mara e José, rejeitada por Pedro e de forma indiferente por Jorge e Edu. Revela um pequeno déficit de percepção, que não chega a ser comprometedor, pois, apesar de não perceber corretamente o sinal da escolha emitida por Edu, tem clara consciência de que não é aceita por este. Apresenta um bom índice de emissão e de percepção, e um índice de relação direta mediano.

Jorge emite cinco escolhas positivas, que recaem, segundo ordem de importância, sobre Pedro, Mila, Mara, José e Nina. É confirmado nestas escolhas por Pedro, Nina, José. Mantém relacionamentos não recíprocos com Lúcia, a quem se mostra indiferente e o rejeita, a Mara, a mãe, que lhe é indiferente, e com Edu, que o escolhe positivamente, mas a quem rejeita. Acreditamos que a indiferença que recebe da mãe e a rejeição que emite a Edu se devam ao forte vínculo mantido com Pedro, para quem faz escolhas positivas.

O teste perceptual revela um déficit, uma vez que não percebe a indiferença da mãe e a aceitação do companheiro desta. Apresenta um bom índice de percepção e baixo índice de emissão. Isso pode ser constatado pela forma como o grupo o percebe: apesar de fazer quatro escolhas positivas, apenas uma destas é percebida como tal, por Pedro. O restante do grupo o percebe emitindo sinais de indiferença. Pode ser classificado como mau emissor-bom receptor, pois converte os sinais positivos em neutros. Segundo Bustos (1979), são pessoas que têm dificuldade em demonstrar sua aceitação e tendem a emitir corretamente apenas as rejeições. Como o grupo não consegue percebê-los corretamente, podem isolá-los. Esta dificuldade pode causar-lhes um empobrecimento do átomo social.

José faz cinco escolhas positivas, segundo ordem de importância: Mara, Pedro, Mila, Nina, Lúcia e Jorge, e é confirmado por todos, exceto Mila, que, por ser um bebê, ainda não emite escolhas. Recebe, ainda, escolha positiva de Edu, ao qual responde com rejeição, necessitando, pois, de uma limpeza no vínculo. Goza, portanto, de grande aceitação dentro do grupo, figurando também como estrela

sociométrica e de popularidade. Pelos resultados alcançados, percebe-se que transita bem entre os dois grupos familiares.

O teste perceptual também revela distorções, uma vez que se percebe rejeitado por Edu e por Nina, que o escolhem positivamente, acredita ser também rejeitado por Mila, “por ela ser muito pequena”, e acredita receber uma indiferença de Jorge, que o escolhe positivamente. Apresenta índices de emissão e percepção medianos, e alto índice de relação direta.

Edu faz cinco escolhas positivas, que recaem sobre Mara, Nina, José, Jorge, e Mila. Rejeita e é rejeitado por Pedro, e rejeita, também, Lúcia. Das escolhas recíprocas que emite, é confirmado apenas por Mara, com igual intensidade. Este é o único vínculo que o segura no grupo. As escolhas positivas que emite podem ser consideradas uma tentativa de manter-se no grupo, ao qual se encontra fragilmente vinculado. O teste perceptual revela que só percebe corretamente a aceitação de Mara e a rejeição de Pedro, que são óbvias. Dos demais membros, não consegue ler corretamente os sinais.

Pode ser considerado mau emissor-mau receptor. Conforme assinala Bustos (1979), o comprometimento de ambos os sentidos da comunicação pode corresponder a uma desordem grave, o que pode implicar em um grau de isolamento sociométrico muito sério. Essa afirmação é corroborada pela posição que os resultados do teste indicam que este indivíduo ocupa no grupo. Uma vez que mantém uma única mutualidade positiva, pode ser classificado como membro isolado. Apresenta baixos índices de percepção e emissão, assim como o mais baixo índice de relação direta.

Pedro faz cinco escolhas positivas, que recaem sobre José, Jorge, Nina, Lúcia e Mila. Destas, só obtém reciprocidade de José e Jorge. É rejeitado por Mara, a quem retribui, e por Nina, Lucia e Edu. Ocupa o lugar de membro rejeitado do grupo pelo alto número de rejeições que recebe.

O teste perceptual, no entanto, revela que tem uma boa percepção. Decodifica corretamente a rejeição de Mara e Edu. Erra apenas ao interpretar a rejeição de Lúcia e Nina como aceitação, o que, provavelmente, deve-se aos longos anos em que conseguiu manter esta última sob a situação de abuso.

Através dos resultados das vinculações apresentadas no teste, lançamos os seguintes questionamentos: Se Mara (a mãe) mantinha um vínculo tão forte com Nina (a vítima), definindo-a como “sua companheira de todas as horas” (justificativa dada à escolha), e levando-se em conta que tem um bom índice de percepção, como a situação de abuso pode ter perdurado por um tempo tão demasiadamente longo, só vindo a ser descoberta devido à gravidez da vítima, já no sexto mês? Através dos relatos clínicos feitos aos técnicos do programa, Mara revelou que sua relação com Edu já existia antes do final do casamento, uma vez que seu marido não demonstrava mais interesse sexual por ela. Lançamos, então, a hipótese de que Mara se beneficiou da situação, que serviu como álibi para a manutenção de sua relação extra-conjugal com Edu, e, após os fatos revelados, usou-os como justificativa para a separação imediata de Pedro e a adoção de Edu como companheiro oficial. Importante se faz ressaltar que o teste revela que reside em Edu a primeira escolha positiva de Mara, o que revela ser este o seu vínculo mais forte dentro do grupo, sobre o qual está localizado seu maior compromisso afetivo.

Pedro, por sua vez, utilizando-se de sua boa percepção, identificava Nina como uma vítima em potencial, pelo fato desta emitir aceitação a todos os integrantes do grupo. Juntando-se ao fato da relação de confiança que existia anteriormente, de pai para filha, iniciou a abordagem abusiva, que, no começo, não era entendida pela vítima. Ao passo que ela passou a desconfiar de que aquela relação não era “uma coisa normal entre pai e filha” e começou a rejeitar os avanços do padrasto, este passou a manipulá-la, assumindo o papel de vítima “ninguém me quer, nem sua mãe”, “se você não me quiser, vou me matar”, ou então a ameaçá-la e amedrontá-la, utilizando-se de seu poder: “vou contar para sua mãe”, “todos vão ficar contra você”. (relatos da vítima para a pesquisadora).

Assim, consideramos a existência de um pacto grupal, em que ambos, Mara e Pedro, os dois integrantes do grupo com maior índice télico, e, portanto, maior capacidade global de comunicação, beneficiaram-se da situação de abuso sofrida por Nina, que, por sua vez, obteve, a um custo exageradamente alto, a manutenção do vínculo positivo com a mãe, o único que percebe no grupo e que, portanto, lhe é vital. Consideramos, ainda, que os demais integrantes do grupo também se encontram envolvidos no pacto, uma vez que, à exceção de Edu, apresentam um índice de percepção mediano, e nenhuma denúncia foi feita, preservando o pacto do

silêncio, que perdurou por cinco anos. Acreditamos que a manutenção deste silêncio pelos demais membros do grupo pode dever-se a fantasias de desintegração do grupo familiar, o que, de certa forma, acabou acontecendo, com a revelação do abuso, uma vez que a família se dividiu, em consequência da descoberta da situação.

7.3. Caracterização da família 2:

A família 2 é composta por Júlia (a mãe), Lia, a filha de sete anos (vítima), Beto (o filho de cinco anos, também vítima de maus-tratos por parte do pai), Luís, o novo companheiro da mãe, e Lena, um bebê de cinco meses, fruto da relação de Júlia com Luís. O pai biológico e agressor, Tito, após a descoberta do abuso, e consequente separação, não fez mais contato nenhum com a ex-mulher e os filhos, e não conseguimos localizá-lo para que se submetesse ao teste.

A família reside em um bairro pobre de Fortaleza, notadamente conhecido pela carência sócioeconômica e pelos altos índices de violência urbana, policial e doméstica. As condições de moradia são bastante simples, mas reúnem os requisitos básicos de sobrevivência: água encanada, luz e equipamento sanitário existente, embora precário. Tanto a mãe como o atual companheiro sobrevivem de pequenos serviços, nenhum dos dois possui emprego fixo. A mãe afirma que, quando se separou do primeiro marido, as condições melhoraram um pouco, uma vez que este fazia uso de bebida alcoólica, o que trazia prejuízos financeiros, uma vez que ela tinha de se esforçar para sustentar a família.

Logo após a descoberta do abuso praticado pelo pai, que foi, logo às primeiras tentativas, denunciado pela criança à sua mãe, a mãe tomou a decisão de afastar-se do agressor, inicialmente fugindo com os filhos para uma cidade do interior, onde não pudesse ser descoberta, com medo de novas agressões, visto ser o marido um homem de comportamento violento, que agredia fisicamente a ela e ao filho mais novo, por acreditar que este não era filho dele. Afirma que em nenhum momento desconfiou da denúncia da criança, que passou a apresentar terror noturno, comportamento agressivo com ela e com o pai, com quem era muito apegada, a não querer ficar sozinha em casa, na companhia do pai, e a se sair mal na escola. Dias após a fuga, incentivada por uma irmã, resolveu prestar queixa contra o agressor.

7.4. Resultados do teste sociométrico da família 2:

O teste foi aplicado aos membros do grupo, exceto o pai biológico, porque não conseguimos localizar, e Lena, que é um bebê. Esta não pode emitir escolhas, mas pode ser escolhida por todos os membros do grupo.

O teste revelou que todos os membros do grupo se escolhem de maneira positiva, com uma particularidade: as escolhas de Júlia recaem, em primeiro lugar, sobre os filhos (Lia em primeiro, Beto em segundo, Lena em terceiro e Luís em quarto.) Tal fato demonstra que seus vínculos mais fortes são com os filhos, não com o companheiro, apesar de manter um vínculo recíproco de aceitação com este.

Lia confirma a mãe como primeira escolha positiva, o que demonstra um alto grau de confiança nesta, o que, supomos, serviu de base para a revelação imediata do abuso sofrido. Escolhe Luís em segundo lugar, Beto em terceiro e Lena em quarto. O fato de a segunda escolha positiva recair sobre Luís demonstra que ela mantém, além da aceitação, uma relação de confiança com ele, só não superior à relação com a mãe.

Já Beto escolhe positivamente em primeiro lugar Luís, o que pode significar a importância da figura masculina como modelo afetivo. Indica, ainda, que, após a situação de maus-tratos sofrida pelo pai biológico, consegue resgatar a figura do pai através de Luís, por quem demonstra muito afeto e confiança. A segunda escolha positiva é a mãe, o que indica o forte vínculo afetivo a uni-los, em terceiro, Lena, e em quarto Lia.

Luís escolhe positivamente Júlia em primeiro lugar, em segundo, Lia, em terceiro Beto e em quarto Lena, sua filha biológica. Percebe-se, pois, que seu vínculo mais forte é com a companheira, Júlia

Lena recebe escolhas positivas de todos os membros do grupo, mas não pode responder, visto ser ainda um bebê.

Todos os integrantes do grupo rejeitam Tito. É interessante notar que todos, ao justificarem a escolha negativa, expõem com clareza o motivo: Júlia pelo mal causado à filha e pelos maus-tratos sofridos por ela própria e pelo filho. Luís por não aprovar as atitudes deste. Beto afirma não escolhê-lo primeiro dizendo: “já morreu”, depois diz que maltratava a ele e à mãe. Já Lia diz apenas que “faz coisa ruim

quando a mamãe não tá em casa”, o que demonstra a sua dificuldade de falar sobre o abuso e o que revela, ainda, necessidade de superação dessa agressão sofrida.

No teste perceptual, todos se escolhem mutuamente de forma positiva e se vêem rejeitados por Tito, à exceção de Lia, que se vê rejeitada por Beto, percebe uma escolha indiferente de Lena (o que não pode ser confirmado, visto que Lena não pode ainda emitir escolhas), e escolhida positivamente por Tito. Mais uma vez, na justificativa, demonstra a dificuldade de falar sobre o assunto: ao ser indagada sobre por que acha que Tito lhe escolheria, limita-se a dizer: “não posso dizer o motivo”, uma possível alusão de que seria escolhida apenas para ser abusada novamente.

Os dados colhidos no teste desta família mostram um grupo coeso, com fortes vínculos mútuos de aceitação, cuja estrutura é um círculo, que, do ponto de vista sociométrico, é a estrutura mais complexa, em que cada um dos participantes tem, pelo menos, duas alternativas de vinculação, ou seja, não corre o risco de cair no isolamento sociométrico (BUSTOS, 1990).

Esta é considerada a “configuração típica de uma boa coesão grupal”, pois a maior possibilidade de trocas e mobilidade nos vínculos prescinde da necessidade de controle direto entre os membros do grupo. O indivíduo que integra esta configuração encontra-se numa “posição sociométrica ótima”. (KAUFMAN, 1993, p. 63)

Todos os integrantes figuram como estrelas sociométricas e de popularidade, gozando, pois, do mesmo status social dentro do grupo.

Já Tito aparece claramente como membro rejeitado, uma vez que recebe escolhas negativas de todos os membros do grupo.

Curiosamente, as únicas duas incongruências reveladas no teste perceptual vêm de Lia, a vítima do abuso. Aqui, a exemplo da outra família, a vítima demonstra dificuldades de percepção, que pode estar sendo ocasionada por sentimentos de culpa e inadequação devido ao abuso de que foi vítima. Consideramos, no entanto, que, devido ao curto período de tempo em que perdurou o abuso, e graças à grande confiança mútua existente entre esta e a mãe, essa criança tem maiores chances de superar os efeitos maléficos da agressão sofrida.

7.5. Caracterização da família 3:

A família é composta de 4 pessoas: a Mãe, Bete, Bia, de 10 anos (vítima) a filha, João, de 6 anos, e Juca, companheiro de Bete e pai de João. Bia foi criada

como filha por Juca desde os dois anos de idade. Bete relata que se separou do pai biológico de Bia, e, algum tempo depois, iniciou relacionamento com Juca, do qual nasceu João. Relata que o Juca sempre foi um homem violento, que fazia uso de álcool constantemente. Trabalhava como técnico de aparelhos domésticos e, apesar de ser muito hábil na profissão, nunca manteve muita regularidade nesta atividade; recebia os aparelhos e não entregava, o que causava sempre transtornos para a família.

Bete informa que nunca notou nenhuma dificuldade no relacionamento de Bia com o padrasto, por isso não veio a notar que ela vinha sendo abusada. Apenas, pouco tempo antes da situação vir à tona, Bia pediu para conhecer o pai biológico, desejo no qual foi atendida. Após conhecer o pai, Bia revelou para um outro parente o abuso ocorrido e passou a mostrar-se agressiva com Juca. Bete informa que Bia nunca a procurou para conversar sobre o assunto e afirma que Juca nega o ocorrido.

Após a revelação do abuso, a família separou-se. Bete foi morar sozinha com os dois filhos. Após a separação, Juca tentou tirar o filho de Bete, tendo, inclusive, prestado queixa contra ela, acusando-a de maltratar o garoto. Como o fato não foi comprovado, ele não conseguiu seu intento, e tentou tirar a criança da mãe à força, no que não foi bem sucedido. No momento, Juca se encontra afastado da família. Ninguém conhece seu paradeiro, mas Bete desconfia que ele vive rondando o local onde ela atualmente mora com as crianças.

Bia é uma criança extremamente dócil, mostrou-se muito amável com a examinadora e com a mãe. Ressaltamos, no entanto, o fato de o assunto jamais ter sido discutido entre as duas.

A família é extremamente carente. Bete reside, atualmente, com os dois filhos em um quartinho alugado, vive de pequenos serviços, como faxina e lavagem de roupas. Aparenta ser uma pessoa de saúde frágil com problema de obesidade e dificuldade respiratória, no entanto mostra-se cuidadosa com os filhos. As crianças também demonstram muito apego com a mãe.

7.6. Resultados do teste sociométrico da família 3.

Bia faz duas escolhas positivas: em primeiro lugar a mãe, e em segundo o irmão. Rejeita Juca. É correspondida em suas escolhas pela mãe e pelo irmão, mas é a segunda escolha positiva de ambos.

No teste perceptual, acha que será escolhida pela mãe em primeiro lugar e pelo irmão em segundo. Percebe uma indiferença da parte do padrasto, a qual justifica com o seguinte argumento; “não significa nada para ele”. Podemos constatar que, embora perceba corretamente a aceitação da mãe, não decodifica corretamente a intensidade, ao achar que seria escolhida em primeiro lugar, quando, na realidade, o é em segundo. O teste revela, ainda, certo sentimento de menosvalia, revelado pela justificativa da percepção da escolha indiferente do padrasto.

Bete, por sua vez, escolhe positivamente os dois filhos, João em primeiro lugar, e Bia em segundo, e rejeita Juca. É escolhida positivamente pelos dois filhos em primeiro lugar, o que demonstra sua aceitação e sua importância dentro do grupo. O fato de a sua primeira escolha positiva recair sobre o filho demonstra um vínculo mais estreito com este.

O teste perceptual revela que se vê sendo aceita em primeiro lugar por João e em segundo por Bia. Percebe também uma rejeição de Juca.

João escolhe a mãe em primeiro lugar, Bia em segundo e Juca em terceiro. É o único membro da família a demonstrar aceitação a Juca. No teste perceptual, revela sentir-se aceito em primeiro lugar pela mãe, em segundo pelo pai e em terceiro pela irmã.

Podemos fazer a seguinte leitura dos resultados obtidos no teste: todo o grupo se escolhe positivamente, no entanto os sinais com o mesmo grau de intensidade são emitidos pela mãe e por João. Apesar de se escolherem positivamente, Bete e Bia se escolhem com sinais de diferente intensidade, no qual o sinal emitido por Bia é mais forte do que o emitido por Bete. Podemos perceber que, apesar da aceitação entre as duas, parece haver certo desconforto na relação, corroborado pelo fato de elas nunca terem conversado sobre o abuso, a denúncia ter sido pela criança a um outro membro da família. Curioso se faz perceber que a denúncia foi feita por Bia depois de ter solicitado à mãe que conhecesse o pai biológico. Só depois desse primeiro contato, tomou a iniciativa de falar sobre o

acontecido, como se procurasse a garantia de uma proteção externa. Só depois desse contato com o pai biológico a criança começa a demonstrar sentimentos de rejeição ao padrasto, ou a mãe começa a perceber esses sinais. Lançamos, então, a hipótese de que talvez Bia não se sentisse segura o suficiente para revelar à mãe sobre o ocorrido, talvez por medo da reação da mãe ou, ainda, uma represália por parte do padrasto, que era um homem que mantinha um comportamento violento. Talvez isso a tenha feito, primeiramente, procurar o pai, para depois revelar o acontecido.

O vínculo entre Bete e João parece estar íntegro, uma vez que eles se escolhem com sinais positivos de igual intensidade. Chamamos a atenção para o fato de João aceitar e sentir-se aceito pelo pai. Tal fato é corroborado pela atitude do pai em tentar ficar com a guarda do menino. Esse vínculo vai de encontro à rejeição demonstrada pela mãe e pela irmã. Acreditamos que esse deva ser um fator trabalhado, para não trazer dificuldades de relacionamento a João, uma vez que ele demonstra abertamente a sua aceitação a um elemento que é rejeitado dentro do grupo.

Todos os indivíduos ocupam o lugar de estrelas sociométricas e de popularidade, à exceção de Juca, que ocupa o lugar de membro rejeitado do grupo.

A estrutura sociométrica predominante é o triângulo, em que os três membros do grupo se escolhem mutuamente. Segundo Bustos (1990), essa configuração ainda permite o controle direto e recíproco, e o ciúme e a dependência podem ser manifestados por aquele que ocupar a posição menos forte, conforme a intensidade da escolha recebida;

O que tiver essa posição pode fazer o temível papel de terceiro excluído, o que sempre corre o risco de cair no isolamento psicótico. Para evitá-lo, deverá aceitar passivamente as normas impostas, o que assegurará sua pertinência ao triângulo. (p. 60).

Observamos que é esta a situação vivenciada por Bia, que é escolhida em segundo lugar tanto pela mãe como pelo irmão. Somos de opinião que a vivência dessa situação triangular motivou a procura de um outro vínculo fora do ambiente familiar, que lhe conferisse segurança, para revelar a situação de abuso sofrida. Ressaltamos, ainda, o fato de mãe e filha jamais terem falado claramente sobre o assunto, o que pode ser decorrente de fantasias de temor e perda, característicos de quem experimenta essa situação vincular, conforme afirma Bustos (1979)

[...] o controle e o temor à perda continuam fortes. O movimento de qualquer um deles ameaça os outros dois. Para evitar a ansiedade e poder diminuir o controle desgastante, aparecem “pactos” de não tratar certos temas ou criam uma frente única, com “acordos” prévios de decisões. Esses acordos são racionalizados como “respeito” à intimidade ou são oposição a outros que ameaçam o triângulo. (p. 40).

7.7. Caracterização da família 4:

A família é composta por seis pessoas: Rosa (a mãe), Jonas, o companheiro desta, e pelos filhos Carlos, Kátia (vítima), Mário e Ana, de, respectivamente, 17, 15, 12 e 10 anos de idade, mas Carlos e Kátia são filhos de um primeiro relacionamento de Rosa, e Mário e Ana com um segundo companheiro. Há ainda um filho mais velho, mas que não convive diretamente com a família, uma vez que já é casado. Rosa não teve filhos com Jonas, por ter iniciado esta relação iniciado mais recentemente.

A família é extremamente carente, reside em um subúrbio de Fortaleza, em uma rua onde as condições de saneamento são bastante precárias. Todos os membros habitam em uma casa minúscula, de apenas dois cômodos, divididos por uma meia-parede. As condições de higiene deixam muito a desejar, e a família vive com muitas dificuldades. Rosa trabalha como doméstica e Jonas não tem emprego fixo. O filho mais velho faz pequenos serviços avulsos para contribuir com a renda familiar.

Kátia sofreu agressão sexual por parte de seu padrasto. Segundo informou aos técnicos do programa, ele havia feito uso de bebida alcoólica e usou de violência, que a deixou com escoriações pelo corpo. Kátia, então, revelou o acontecido à mãe, que, pressionada pelos vizinhos, resolveu apresentar queixa ao Projeto Sentinela.

Rosa revela, no entanto, sentimentos bastante ambivalentes em relação ao acontecimento. Demonstrava um intenso sofrimento em relação ao fato, devido a sentir-se pressionada por abandonar o companheiro. Diversas vezes, no decorrer da entrevista, mostrava-se ora muito preocupada com a filha, ora muito amedrontada em ter de pôr um fim na relação com Jonas. Demonstrava, ainda, muito medo que seu filho mais velho tivesse conhecimento do ocorrido, por temer que este tomasse atitudes violentas contra o companheiro. Por várias vezes, verbalizou que preferia ter omitido o acontecimento, porque acreditava que aquilo “era só coisa de bebida”, e que “o mesmo, sem estar alcoolizado, jamais faria uma coisa daquelas”.

7.8. Resultados do teste sociométrico da família 4:

Rosa faz quatro escolhas positivas, que recaem, respectivamente, sobre Kátia, Ana, Mário e Carlos, e é correspondida em todas com alto grau de intensidade (é a primeira escolha de todos os membros do grupo, à exceção de Kátia, que a escolhe positivamente em segundo lugar). Tal fato demonstra sua força dentro do grupo, uma vez que mantém vínculos fortes. Ocupa o lugar de estrela de popularidade.

Escolhe Jonas de forma negativa, no entanto, durante a execução do teste, mostrava uma dúvida muito grande sobre como escolheria Jonas. Várias vezes o colocou como uma escolha indiferente e, depois de muito hesitar, acabou escolhendo negativamente, mas não soube justificar com clareza o motivo. Ressaltamos que pudemos perceber que Rosa vinha sentindo-se muito pressionada pelos técnicos do programa para abandonar o companheiro, o que lhe causava um grande conflito. Chegou a verbalizar para a entrevistadora que se sentia muito angustiada sempre que precisava dirigir-se para o atendimento. Acreditamos ser possível que essa pressão que sentia, aliado ao fato da examinadora ter entrado em contato com a família através do programa, tenha influído na sua decisão de escolher negativamente o companheiro, talvez por temer alguma complicação advinda do órgão de atendimento, caso demonstrasse sua intenção de conservar a relação com o agressor.

O teste perceptual revela que tem boa percepção. Percebe corretamente a aceitação de todos os membros do grupo, à exceção de Kátia, de quem percebe uma rejeição, e de Jonas, de quem percebe uma indiferença. Chamamos a atenção para esses dois resultados, assinalando o fato de que as duas únicas dificuldades de percepção ocorrem com os dois indivíduos diretamente envolvidos na situação de abuso. Acreditamos que a percepção de rejeição por parte da filha se deva, provavelmente, a sentimentos de culpa, originados pelo fato de não ter abandonado o companheiro, ou por achar que não havia dispensado a proteção necessária à adolescente. Ela chegou a verbalizar para a entrevistadora que se encontrava em conflito, uma vez que se via na obrigação de proteger a filha, abandonando o companheiro, mas o envolvimento afetivo com o este a impossibilitava de tomar essa decisão.

Creemos que a indiferença que acredita receber do companheiro se deva ao abalo sofrido no vínculo mantido com o Jonas, devido à agressão cometida por este contra a filha.

Percebemos, durante toda a duração do experimento, o conflito em que Rosa se encontrava, o que lhe provocava uma situação de sofrimento, sentimento este que foi, inclusive, verbalizado por ela .

Kátia faz quatro escolhas positivas, que recaem, respectivamente, sobre Ana, Rosa, Mário e Carlos, e é correspondida por todos, embora receba uma escolha com alto grau de intensidade apenas da mãe. Pelos demais membros do grupo, é escolhida em quarto e quinto lugares, o que demonstra que, embora goze de aceitação dentro do grupo, não ocupa um status social elevado. Rejeita Jonas e é rejeitada por este, igualmente, em primeiro lugar.

O teste perceptual, no entanto, revela que tem uma boa percepção. Decodifica bem a rejeição de Jonas e a aceitação de todos os demais membros. Só não consegue decodificar corretamente o grau das escolhas. Chamamos a atenção para o fato de que é escolhida pela mãe em primeiro lugar, quando acha que seria em último. Acreditamos que essa dificuldade na percepção da intensidade da escolha se deva, em primeiro lugar, a uma possível falta de segurança no vínculo afetivo com a mãe, uma vez que esta optou por não se desfazer do relacionamento com o companheiro, e no intenso sentimento de culpa que esta demonstrava, em razão dessa escolha. Parece-nos, então, que esses fatores, não ter passaram despercebidos à Kátia, e podem ter influenciado na decodificação incorreta da intensidade da escolha feita a ela pela mãe.

Apesar de não ocupar um elevado status social dentro do grupo, figura como estrela sociométrica pelo grande número de mutualidades obtidas no teste.

Ana faz quatro escolhas positivas, que recaem, respectivamente, sobre Rosa, Mário, Jonas e Kátia, e é correspondida em todas elas. Recebe escolhas de alto grau de intensidade (neste pormenor só não supera a mãe), o que revela que é uma pessoa muito bem aceita dentro do grupo. Emite uma rejeição a Carlos. No teste perceptual, acha que seria escolhida por todos, à exceção de Carlos, de quem percebe uma rejeição. Tais resultados confirmam, também, que tem uma boa percepção.

Como a mãe, ocupa no grupo a posição de estrela de popularidade, aliada a elevado status social.

Jonas faz três escolhas positivas, que recaem sobre Rosa, Ana e Carlos. É correspondido por esses dois últimos, e rejeitado por Rosa. Faz escolhas negativas a Kátia e Mário, de quem recebe, igualmente rejeição.

No teste perceptual, decodifica corretamente as aceitações de Ana e Carlos, as rejeições de Kátia e Mário, mas a rejeição emitida por Rosa é percebida como aceitação. Nesse ponto, voltamos a ressaltar o que observamos anteriormente, com relação ao teste sociométrico de Rosa, quando esta demonstrava dificuldade em realizar sua escolha a Jonas. Apesar de emitir uma escolha negativa, sua atitude era de aceitação, o que foi corretamente percebido por Jonas. Os resultados do teste perceptual revelam, pois, que ele tem uma boa percepção.

Sua posição sociométrica no grupo, no entanto, não é confortável, uma vez que recebe três rejeições e duas aceitações de grau mediano de intensidade. O vínculo que poderia ser mais forte dentro do grupo, no caso o mantido com Rosa, encontra-se abalado. Percebe-se que ele não participa de nenhum círculo ou triângulo, mas somente de uma cadeia, onde ocupa uma posição de extremidade. Segundo Bustos (1990), os indivíduos que ocupam essa configuração são portadores da insegurança e da dependência dentro do grupo.

Mário faz quatro escolhas positivas, que recaem, segundo ordem de intensidade, sobre Rosa, Ana, Carlos e Kátia, e é correspondido em todas, com grau de intensidade mediano. Emite uma rejeição a Jonas e recebe, igualmente, uma rejeição da parte deste. Figura como estrela sociométrica no grupo, uma vez que, como Kátia, detém o maior número de mutualidades.

No teste perceptual, revela uma ótima percepção, uma vez que decodifica corretamente os sinais que lhe são emitidos por todos os membros do grupo.

Carlos emite cinco escolhas positivas, que recaem, respectivamente, sobre Rosa, Ana, Jonas, Mário e Kátia, e é correspondido em todas, com grau de intensidade mediano, à exceção de Ana, de quem recebe uma rejeição.

Revela dificuldades no teste perceptual, uma vez que decodifica as aceitações de Kátia e Mário e a rejeição de Ana, como indiferenças. Em termos

sociométricos, pode ser caracterizado como bom emissor-mau receptor, já que tende a perceber o grupo como indiferente.

Os vínculos de Ana e Carlos, e de Jonas com Mário e Kátia necessitam ser trabalhados, especialmente este último, pois denuncia uma situação de conflito e tensão.

Nesta família, encontramos um grupo com fortes vínculos de aceitação, em que duas figuras se sobrepõem: Rosa e Ana. O principal foco de conflito localiza-se nos vínculos mantidos por Jonas, é neles que encontramos as rejeições recíprocas. Ele, no entanto, mantém também vínculos de aceitação, que asseguram sua permanência no grupo. A rejeição recíproca mantida com Kátia pode constituir um foco de permanente tensão, que aumenta a possibilidade de novas agressões, a exemplo da situação de abuso já ocorrida.

7.9. Caracterização da família 5:

A família é composta por cinco pessoas: Diva (a mãe), Miguel (o pai) e os filhos Lucas, 9 anos; Júlio, 8 anos, e Marina, de 7 anos, vítima do abuso. Diva tem ainda um outro filho, Leandro, 12 anos, (filho de uma primeira união com outro companheiro. Este reside com a avó, e não estava presente por ocasião da aplicação do teste sociométrico.

Diva e Miguel vivem juntos há dez anos e já enfrentaram muitos problemas, tanto de ordem financeira, quanto emocional. O casal já perdeu um filho com a idade de 9 meses, de uma moléstia que Diva não sabe identificar, supõe que foi leucemia. Por ocasião da entrevista, ela mostrou-se bastante emocionada ao relatar essa perda.

A família vive em estado de extrema pobreza. Diva não trabalha e Miguel não tem emprego fixo. Todos sobrevivem graças a um benefício no valor de R\$ 120,00 que Miguel recebe, por motivo de invalidez, devido à perda da visão em um dos olhos, e na renda de pequenos serviços de pedreiro que realiza, esporadicamente.

Miguel tem problemas de alcoolismo e sua saúde é comprometida, pois, devido ao uso abusivo do álcool, contraiu cirrose hepática.

Na entrevista, Diva revelou que percebeu a primeira investida sexual de Miguel contra Marina quando esta última tinha apenas seis meses de idade. Nessa

ocasião, afirma que o surpreendeu tentando fazer com que a criança tocasse seus genitais. Ao ser repreendido, alegou ter tomado esta atitude por estar alcoolizado.

Anos depois, quando Marina estava com três anos, Diva surpreendeu novamente o companheiro em atitude suspeita com a filha, este havia tirado a roupa íntima da menina e a sua própria. Mais uma vez alegou embriaguez. Nesta ocasião, Diva tentou conversar com Marina, que afirmou à mãe que estes episódios já haviam acontecido outras vezes.

Diva afirma que, anos mais tarde, começou a notar que Marina passou a demonstrar medo do pai e a evitar o contato com ele. Relata que, uma noite, Marina lhe procurou e pediu para dormir com ela, pois o pai havia se dirigido à sua rede e tentado tocar suas partes íntimas.

Diva afirma ter, então, percebido que sua filha estava em perigo e, tomada de desespero, resolveu separar-se do marido, decisão que vinha adiando, em virtude de não ter como sustentar a si e às crianças. Assim, tomou dos filhos e foi para a casa de sua mãe, abandonando a casa onde residia com Miguel. Procurou a Delegacia de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes – DECECA, e prestou queixa contra Miguel.

A situação financeira dela, no entanto, tornou-se insustentável. Residindo na casa de sua mãe, afirma que, a todo momento, seus parentes e pessoas da vizinhança procuravam fazer com que Marina falasse sobre o acontecido, o que deixava a criança em situação de extremo constrangimento. Ao mesmo tempo, passou a desentender-se com uma das irmãs, que suspeitava que ela estivesse ainda mantendo relações com o agressor. Este desentendimento tornou-se a tal ponto insuportável que ela se viu obrigada a abandonar a casa da mãe e, como não tinha para onde ir, retornou à sua antiga casa, que estava praticamente destruída, uma vez que todos os objetos que lhe pertenciam, como roupas, móveis, eletrodomésticos, e até as telhas e portas de sua casa foram roubados pela vizinhança, em virtude da casa encontrar-se fechada. Mesmo assim, procurou abrigar-se lá com as crianças, tendo, portanto, de dormir praticamente ao relento, já que a casa estava vazia e sem telhas.

Como a situação se mostrava insustentável, foi encaminhada para a Casa do Caminho, um dos abrigos mantidos pela Secretaria de Ação Social do Estado do

Ceará, que se destina ao atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica, e passou lá um mês, abrigada com as crianças. Depois, começou a trabalhar em um motel, mas, por força das circunstâncias, acabou por reconciliar-se com Miguel, isso porque não conseguia manter-se sozinha.

Atualmente, a família reside em um quartinho com banheiro, alugado por Miguel. As condições de moradia são extremamente precárias. Possuem apenas um guarda-roupa, um pequeno armário de cozinha, uma cama um fogão e um aparelho de televisão, tudo comprado por Miguel, que tenta, agora, refazer a mobília da casa.

A situação financeira é muito difícil, uma vez que Miguel não tem renda fixa, e o aluguel do quartinho já está com dois meses de atraso, colocando, pois, a família em risco de ser despejada.

As crianças estudam em uma escola do bairro. Observamos que as três crianças apresentam disartria (distúrbio na articulação das palavras).

Ao primeiro contato, acontecido no Núcleo de atendimento a crianças vítimas de violência, Marina mostrou-se introspectiva e não realizou nenhum contato com a entrevistadora. A conversa ficou restrita à entrevistadora e à mãe de Marina.

No segundo contato, já em sua residência, mostrou-se um pouco mais receptiva, embora ainda fechada. No terceiro contato, já em presença do pai e dos irmãos, mostrou-se bem descontraída e não manteve nenhuma resistência em responder ao teste sociométrico.

7.10. Resultados do teste sociométrico da família 5:

Diva faz quatro escolhas positivas que recaem, respectivamente, sobre os filhos Leandro, Marina, Lucas e Júlio. Emite uma rejeição para o companheiro, Miguel. É escolhida positivamente e em primeiro lugar por todos os membros do grupo, inclusive pelo marido, a quem rejeita. Esses resultados demonstram que é uma pessoa com vínculos fortes dentro do grupo, com grande potencial de aceitação e confiança da parte de todos os membros. Pela sua posição sociométrica, pode-se inferir que funciona como o sustentáculo afetivo de todos os membros, o que mantém o grupo coeso. Em termos sociométricos, pode ser classificada como estrela de popularidade, pelo alto número de escolhas positivas recebidas.

O teste de percepção revela que percebe corretamente a aceitação de todos os membros do grupo.

Marina faz cinco escolhas positivas, que recaem, respectivamente, sobre Diva, Miguel, Júlio e Leandro, sendo correspondida por todos. O teste perceptual revela que tem uma boa percepção, uma vez que decodifica corretamente a aceitação de todos os membros do grupo. Percebe corretamente, inclusive, que seria escolhida positivamente pela mãe em segundo lugar.

Miguel faz cinco escolhas positivas, que recaem, respectivamente, sobre Diva, Lucas, Júlio, Marina e Leandro, e é escolhido por todos em segundo lugar, o que demonstra que, além de ser bem aceito, é a segunda figura em importância afetiva para os filhos, o que pode significar que consegue estabelecer-se bem como figura paterna. Percebe corretamente a aceitação de todos os membros do grupo, à exceção de Diva, de quem recebe uma rejeição que interpreta como aceitação.

Lucas faz cinco escolhas positivas, que recaem, respectivamente, sobre Diva, Miguel, Leandro, Marina e Júlio. Demonstra uma pequena dificuldade no teste de percepção, uma vez que é escolhido positivamente por todos, mas interpreta as escolhas positivas de Júlio e Marina como rejeição. Acha, também, que vai ser escolhido em primeiro lugar pela mãe, quando o é em quarto. Decodifica, no entanto, corretamente a escolha em segundo lugar por parte do pai, o que demonstra um forte vínculo mútuo de aceitação com este.

Júlio faz cinco escolhas positivas, que recaem, respectivamente, sobre Diva, Miguel, Leandro, Lucas e Marina, e se percebe corretamente aceito por todos.

Leandro não faz escolhas, uma vez que não se submeteu ao teste, por morar com a avó paterna e não estar presente na ocasião da aplicação. É interessante, no entanto, notar que é escolhido positivamente por todos os membros do grupo, com uma particularidade: recebe a segunda escolha positiva da mãe e a terceira dos irmãos, o que pode significar que funciona como um sustentáculo afetivo para a mãe, uma vez que ela mesma verbaliza que “é o meu filho mais velho e me apóia muito”, e ainda que, em se considerando a hierarquia afetiva, na ausência do pai, ocuparia o lugar da figura paterna para os irmãos.

Considerando-se os resultados obtidos no teste sociométrico da família 5, fazemos a seguinte leitura: a mãe ocupa um lugar de destaque no grupo, seguida

pelo pai e pelo irmão mais velho. Todos os membros se escolhem positivamente, o que implica em um grupo coeso, com vínculos afetivos fortemente estabelecidos.

Há algumas particularidades que merecem destaque, como, por exemplo, a rejeição emitida pela mãe ao companheiro. Embora ela não negue seu forte envolvimento afetivo com o marido, justifica a rejeição pela agressão cometida contra a filha, assim como por todas as agressões sofridas anteriormente (alcoolismo do marido, dificuldades enfrentadas etc). O marido, por sua vez, interpreta a rejeição como aceitação, pelo fato de, embora considerando todos os acontecimentos, a mulher ter permanecido ao seu lado.

Tais aspectos demonstram que, apesar de ter sofrido grandes abalos, é um vínculo que se mantém forte, embora se constitua em foco de permanente tensão dentro do grupo.

Chamamos atenção, também, para o fato de a escolha do pai sobre a filha vitimada ter sido feita em penúltimo lugar. Isso pode demonstrar que, apesar do envolvimento afetivo com a filha, o pai tenta manter distância, depois de ter sido denunciado sobre a agressão praticada, tendo, inclusive, verbalizado isso para a mãe: “agora vou ter mais cuidado em chegar perto dela”. Devemos levar em consideração, ainda, o fato de o pai fazer uso abusivo do álcool e de que todos os episódios de abuso ocorreram quando ele se encontrava alcoolizado. Somos de opinião que essa dificuldade em controlar os impulsos, potencializada pelo álcool, pode ter motivado essa escolha afetiva da filha, praticamente em último lugar.

No tocante à Marina, chama-nos a atenção o fato de que, mesmo tendo sofrido a agressão, escolheu o pai em segundo lugar, o que demonstra, apesar de tudo, um forte vínculo afetivo com ele. Pudemos constatar isso, ainda, pelo relato da técnica do programa que acompanha Marina. Segundo ela, nos atendimentos realizados, só foi possível manter um vínculo com a criança quando, após algumas sessões, verbalizou que ela não precisava sentir-se culpada por ainda amar o pai. A partir daí, a criança mostrou-se mais relaxada e conseguiu progressos no processo terapêutico, que, até então, mostrava-se dificultoso.

Em termos sociométricos, a configuração demonstrada pela família 5 é o círculo, que, como já foi assinalado anteriormente, representa a boa configuração grupal. Assinalamos, ainda, que, nas ocasiões em que mantivemos contato com a

família, pudemos observar a boa interação afetiva de todos os membros, o que para nós é um indicativo de que, embora tenha ocorrido a agressão, e de ter deixado algumas seqüelas, os vínculos entre os membros do grupo ainda se mantêm muito fortes.

8. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:

A realização do presente trabalho tornou possível o conhecimento de algumas características dos grupos familiares vitimados pelo incesto, tais como a estrutura vincular afetiva pertinente a esses grupos, a posição que os indivíduos ocupam dentro destes, os membros que mantêm vínculos mais fortes. Propiciou ainda informações sobre o grupo internalizado de cada indivíduo, o conhecimento da percepção acerca de si próprio e do outro e sobre os relacionamentos mútuos ou incongruentes existentes em cada grupo.

Pudemos verificar que, em dois dos grupos estudados (família 2 e família 3), encontramos uma única estrutura. Uma vez que ambos os grupos são compostos de um pequeno número de participantes, todos eles se encontram interligados. Essas estruturas são, respectivamente, o círculo e o triângulo, (apêndices IX E XIII), e indicam que há relacionamentos mútuos de pelo menos três pessoas, como é o caso do triângulo. Este se configura através da aceitação, por parte do par, de uma terceira pessoa, o que, segundo Bustos (1979), representa a quebra menos dolorosa da simbiose. No caso da família 3, que apresenta essa estrutura, podemos afirmar que, embora haja vínculos mútuos de aceitação entre seus integrantes, estes ainda necessitam de um maior controle um sobre o outro, e o temor à perda é, ainda, forte. Isso pode ser constatado pela dificuldade de mãe e filha conversarem sobre a ocorrência do incesto, talvez pelo temor de uma possível fissura na relação. Isso contribui para que esse assunto se transforme em um tema tabu entre elas.

A configuração cuja representação é o círculo se caracteriza por ligações mútuas entre pelo menos quatro membros de um grupo. Segundo Bustos (1979), nesse tipo de configuração a relação acontece sem que haja a necessidade de um controle direto, uma vez que os integrantes têm, pelo menos, dois vínculos mútuos de aceitação. Assim, o temor à perda é menor. Pode-se afirmar, portanto, que nas famílias 2 e 5, que apresentam essa configuração, há a predominância de relações télicas e o nível de coesão grupal é alto, uma vez que o círculo é a estrutura típica da boa coesão grupal.

Na família 1, chama-nos a atenção a existência de vários pares e triângulos e dois círculos (apêndice IV). Apesar de ser um grupo com grande número de vínculos não recíprocos, (apêndice V) aqueles em que os participantes se escolhem com sinais diferentes (nove, ao todo), predominam os relacionamentos mútuos, (apêndice IV). Ou seja, aqueles em que as escolhas acontecem com o mesmo sinal (em um total de 12). Encontramos, ainda, um foco de rejeição recíproca, (apêndice IV). que constitui um ponto de tensão no grupo. Pode-se perceber, ainda, que é um grupo dividido e que há um elemento (José), que faz a ponte de ligação entre os dois subgrupos, uma vez que transita bem em ambos, em razão de sua aceitação nos dois subgrupos. (apêndice IV).

Na família 4, encontramos muitos pares e triângulos e dois círculos (apêndice XVII). Há um grande número de relacionamentos mútuos de aceitação, dois relacionamentos incongruentes (apêndice XVIII) e duas rejeições recíprocas (apêndice XVII). Apesar da presença de relacionamentos fortes, que indicam boa coesão grupal, pode-se inferir que a existência desses focos de tensão constituem ameaça ao equilíbrio do grupo.

Com relação ao status social que cada indivíduo ocupa dentro da organização familiar, observamos que, em todos os grupos estudados, a mãe ocupa uma posição de destaque, aparecendo em todos eles como estrela de popularidade, ou seja, é um membro que goza de bastante aceitação dentro do grupo, constituindo-se, pois, como um elemento forte.

Em todos os grupos, à exceção da família 5, os agressores figuram como membros rejeitados dentro da organização familiar, visto que recebem o maior número de escolhas negativas. Além do que são figuras centrais em todos os focos de tensão existentes, uma vez que também detêm o maior número de rejeições recíprocas. Acreditamos, no entanto, que o simples afastamento deles da organização familiar não seria a solução mais indicada, uma vez que, mesmo a despeito das rejeições que recebem, estes recebem, também, escolhas positivas de alguns membros, o que indica a existência de envolvimento afetivo dele com outros integrantes da constelação familiar (com exceção da família 2, na qual ele é rejeitado por todos os membros e encontra-se, tanto em termos vinculares como espaciais, afastado do grupo). Acreditamos, pois, que a situação vincular dos agressores está entre as que mais necessitam ser trabalhadas. Concordamos com autores como

Araújo (2000) e Faiman (2004), que chamam a atenção para a necessidade de atendimento psicológico para o agressor:

A disposição de incluir o agressor nos atendimentos, individuais ou familiares, consiste na possibilidade de escutar seu sofrimento psíquico, seja qual for sua responsabilidade pelos atos denunciados, e permite uma compreensão maior e uma aproximação mais eficaz dos aspectos psíquicos envolvidos no abuso sexual incestuoso. (FAIMAN, 2004, p. 25).

As vítimas do abuso também ocupam uma posição de destaque dentro do grupo, visto que, em todos os casos, recebem um grande número de escolhas positivas, podendo ser consideradas estrelas de popularidade. Importante se faz ressaltar, no entanto, a constatação de que, embora sejam indivíduos bem aceitos dentro da família, parecem apresentar dificuldades em perceber essa posição que ocupam nesses grupos, uma vez que tendem a transformar os sinais positivos em negativos e neutros, o que leva a supor que percebem o grupo como indiferente ou até hostil. Segundo Bustos (1979), o comportamento de indivíduos com esse tipo de configuração resvalaria para o recolhimento e a timidez. Acreditamos que essa percepção deformada da realidade se deva a sentimentos de baixa auto-estima, presentes nas vítimas. Tal afirmação encontra paralelo em Azevedo, Guerra e Vaiciunas (2000), que, em um estudo realizado com vítimas de incesto pai-filha atendidas na 1^o Delegacia de Defesa da Mulher de São Paulo em 1985, descrevem a presença de sentimentos de culpa e autodesvalorização, e em Finkelhor e Browne (1986), quando estes afirmam que a experiência traumática do incesto provoca a deformação do conceito de si mesmo e abala a auto-estima.

Em dois dos grupos estudados, no caso as famílias 4 e 5, as vítimas não demonstraram dificuldades de percepção no teste. Nas ocasiões em que mantiveram contato com a examinadora, no entanto, exibiram comportamento retraído e tímido, tal como o descrito pelos autores acima citados.

Chamamos a atenção para o que foi possível observar no vínculo afetivo mantido entre a filha vítima do abuso e a mãe. É freqüente em nossa sociedade o discurso de culpabilização das mães, pois, além de se atribuir a estas a responsabilidade pela ocorrência do ato incestuoso, defende-se a posição de que as vítimas têm sua parcela de culpa na ocorrência, por usarem de postura sedutora, o que coloca mãe e filha em posição de rivais. Contrariando o que prega esse discurso, em todas as situações por nós estudadas, esse vínculo se mostrou forte, com escolhas mútuas de alto grau de intensidade, embora tenham se apresentado

características diversas. Na família 1, mesmo havendo a possibilidade de a mãe ter se beneficiado com o abuso sofrido pela filha, havia entre as duas um forte vínculo afetivo. Na família 2, a relação de confiança estabelecida entre mãe e filha serviu de lastro para a revelação precoce do incesto. Na família 3, esse vínculo parece permeado por possíveis temores de perda, o que, possivelmente, contribuiu para que mãe e filha não conseguissem falar abertamente sobre a ocorrência da situação, que se mantém como um tema-tabu. Na família 4, esse vínculo aparece fortemente influenciado por um possível sentimento de culpa da mãe com relação à filha, devido ao fato de sentir-se impossibilitada de por um fim à relação com o agressor. Esse sentimento de culpa parece ser freqüente em vítimas dessa experiência, conforme relata Narvaz (2005), que afirma ter encontrado sentimentos de desamparo, vergonha e culpa não só entre as vítimas, como também entre suas mães. Na família 5, o vínculo aparece forte, sem sinais de desgaste.

Em todas as situações, portanto, podemos constatar que o vínculo mantido entre a mãe e filha vitimada era carregado de afetividade, embora a forma de expressão desses afetos, assim como suas conseqüências, fossem diferentes.

Pudemos observar, também, a maneira como são desempenhados os papéis dentro da organização familiar. Constatamos, tal como foi citado por diversos autores (FIGARO, 2005; COHEN, 1993; ARAÚJO, 2000; CROMBERG, 2001), a ocorrência de uma confusão no desempenho de papéis, o que faz com que os parceiros joguem esses papéis de forma inadequada, (pai jogando com a filha o papel de amante; filha assumindo as funções de amante e esposa; pai e mãe deixando de desempenhar o papel de protetores da prole; pai passando de protetor a agressor).

Ressaltamos, ainda, o que pode ser uma conseqüência dessa interação inadequada dos indivíduos no desempenho dos papéis e funções dentro do grupo familiar. Como já foi citado anteriormente, para Moreno (1993), o ser humano vincula-se através do desempenho de papéis. Esses se formam através da interação com as pessoas que estão à sua volta. Assim, a gênese dos papéis que serão desempenhados pela criança ao longo de sua vida será diretamente influenciada pelas características dos papéis assumidos pelos adultos que contracenarão com a criança, no espaço afetivo da matriz de identidade.

Assim, a ocorrência de uma situação de abuso sexual, vivenciada no espaço afetivo da matriz de identidade possibilitará a convivência com um indivíduo que tem bem desenvolvido o papel de abusador, papel este que será jogado com a criança. Essa dinâmica poderá possibilitar à criança desenvolver os dois papéis: o de vítima e o de abusador, uma vez que internalizará a ambos, através dos mecanismos acima citados. Isso poderá permitir que essa vítima recorra, no futuro, a um ou a outro desses papéis. Sendo assim, pelo mecanismo de inversão de papéis, em um determinado momento de sua vida, a criança ou o adolescente abusado poderá inverter o papel, passando de vítima a abusador. Dessa forma, poder-se-ia explicar a transmissão intergeracional das situações de abuso sexual, uma vez que, conforme citam vários autores, tais como Butler (1979); Guerra, 1984; e Fagundes (1993), na maioria dos casos, um indivíduo que abusa de alguém, já foi vítima de abuso na infância:

Em quase todos os estudos dos ofensores sexuais masculinos até hoje feitos, bem mais da metade, e em certos casos quase três quartos dos homens estudados, e que estão cumprindo pena, haviam sofrido abusos sexuais quando crianças, sem que ninguém soubesse. Assim como as definições rígidas de masculinidade passam de geração para geração, o abuso físico e sexual é um comportamento evidenciado por homens que mais provavelmente o sofreram na sua infância. Pois é no lar que aprendemos a desenvolver maneiras de sermos carinhosos, sensuais e sexuais, e o que é triste, o que esses homens aprenderam com seus pais, aprenderam muito bem. (BUTLER, 1979, p. 63)

Considerando a Tricotomia Social dos grupos familiares estudados, encontramos, no primeiro nível, o da realidade social externa, a imagem que pode ser traduzida como a família modelo, socialmente ajustada e aceita: pai, mãe e filhos que vivem em suposta “harmonia” (citamos como exemplo mais contundente o caso da família 1, grupo composto por praticantes da religião evangélica, aparentemente com conceitos familiares conservadores, e “bem estruturada”, segundo preconiza o conceito de família nuclear burguesa). No segundo nível, o da matriz sociométrica, na qual as regras obedecem a critérios afetivos, podemos observar os vínculos afetivos operando, as peculiaridades dos relacionamentos mantidos entre os componentes, as atrações, as rejeições, as indiferenças entre os membros, os relacionamentos télicos e os transferenciais. Nesse nível, observamos a ocorrência das situações já referidas anteriormente: papéis jogados de forma inadequada, vínculos transferenciais operando, lealdades invisíveis estabelecidos entre membros dos grupos etc. Tais peculiaridades existentes nos vínculos mantidos pelos indivíduos nos grupos são reveladas através do processo sociométrico de análise.

Pudemos, também, constatar a ocorrência dos “pactos de silêncio”, os “segredos” em torno da situação de abuso, dos quais ninguém fala, mas que existem e são partilhados pelo co-inconsciente grupal, estado experimentado por pessoas que participam de um mesmo grupo, com convivência íntima e prolongada. Esse “pacto”, muitas vezes, não se limita ao ambiente interno da família, mas é veiculado através de redes sociométricas familiares, chegando a atingir outras instâncias de relacionamento que compõem a rede. Isto explica o fato de que, mesmo as pessoas de fora da família (profissionais, parentes, pessoas da comunidade) compartilhem o “segredo”, numa tentativa de manter a homeostase do grupo familiar e da sociedade em geral. Esse fato foi constatado por Butler (1979):

Padres, pastores e rabinos insistiram que “isso” não acontecia entre seus paroquianos. Embora alguns deles admitissem ter “isso” sido mencionado na santidade do confessor ou em conversação privada, sentiam-se incapacitados, sem saber como tratar o assalto incestuoso, e raramente tentavam dar conselhos ou intervir junto aos membros dessas famílias perturbadas. Pediatras, outros médicos e enfermeiras não viam “isso” em seu trabalho, e um jovem residente de uma cidade do centro-oeste me assegurou que, ao contrário do que dizia toda a literatura médica que eu havia lido, “crianças de sete anos podem apanhar gonorréia em lençóis sujos”. Ocasionalmente, eu encontrava um relatório clínico sobre “isso”, publicado numa revista médica, ou um trabalho apresentado a um grupo de psiquiatras por um deles, que se ocupava de um cliente vítima de abuso sexual. Mas na maioria dos casos, encontrei o silêncio. (p. 18).

Constatamos, ainda, que a ocorrência do incesto teve uma repercussão impactante na vida de cada um dos integrantes do grupo familiar, mesmo os não diretamente envolvidos na tríade pai-mãe-filha.

Observamos esse impacto tanto nas condições econômicas, uma vez que, em razão da separação, na maioria das vezes, a mãe teve de arcar sozinha com todas as responsabilidades financeiras necessárias ao cuidado dos filhos, tendo de passar a conviver em situações, por vezes, de extrema dificuldade e se organizar dentro dessa nova realidade, mesmo contando com poucos mecanismos de suporte familiar, comunitários e sociais que lhe viabilizassem o afastamento do agressor, na maioria das vezes, o provedor financeiro da família.

Tal ocorrência teve como conseqüências, ainda, a separação dos grupos, o rompimento de vínculos, as desconfianças, os temores, as inseguranças, e obrigou as famílias a emprenderem um grande esforço no sentido de recuperarem a organização do grupo. Para isso, acreditamos que precisaram lançar mão de todo o

potencial espontâneo e criativo de que dispunham, no sentido de permanecerem unidos e preservarem seus vínculos, que lhes garantem o existir como pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A realização desse trabalho nos provocou importantes reflexões acerca da problemática do incesto. Acreditamos, sim, na existência do desejo sexual entre familiares, o que contribui para que o incesto se constitua, segundo as várias teorias aqui citadas, um desejo antigo na história humana, e, portanto, proibido pelas leis sociais e pelos preceitos religiosos, e acatamos como válidas as explicações psicodinâmicas sobre o mito de Édipo. O estudo das interações afetivas entre os membros de famílias incestuosas, no entanto, possibilitou-nos observar que os vínculos afetivos se configuram de forma diferente, mesmo em papéis cujo desempenho é universal (mãe, pai, filho, irmão, irmã). Constatamos, assim, a afirmação de Bustos (1990) de que, dependendo do contexto em que acontecem, os vínculos afetivos podem formar estruturas particulares a cada caso e a cada momento.

Essa constatação nos leva a acreditar que a escamoteação do interdito e a conseqüente concretização do desejo incestuoso pode ser influenciada por uma

combinação de vários fatores, que podem ser diferentes para os diversos grupos familiares, tais como as características pessoais dos membros, fatores socioeconômicos, contexto histórico-cultural em que as famílias estão inseridas,

relações de gênero, gerenciamento do poder nas relações e tantos outros, que podem surgir, dependendo da forma como se estabelecem as interações humanas. Isso nos leva a crer que não podemos considerar a problemática da violência sexual incestuosa apenas pelo viés psicológico, que, sem dúvida, é importante, mas nos parece que não é o único a detonar essas situações.

Essa constatação nos remete a uma compreensão mais abrangente das famílias que são palco dessas ocorrências e contribui para desmistificar a idéia, fortemente presente no senso comum, de que são famílias “desestruturadas”, atingidas por alto grau de patologia, nas quais convivem pais monstros, mães ausentes, filhos sedutores. O contato com as famílias da amostra nos permitiu perceber seus integrantes como pessoas comuns, que se relacionam, sofrem, choram, amam, odeiam, como em todas as famílias, mas que, por motivos próprios a suas vivências afetivas, envolveram-se em situações de violência.

Chamamos a atenção para o fato de que a pesquisa apresenta um viés, uma vez que, na amostra estudada, todas as famílias eram de baixa renda. Não foi possível, portanto, comparar os resultados obtidos com outros possíveis de serem encontrados em famílias de nível social mais elevado. O maior número de famílias de baixa renda na amostra poderia levar a pensar que a incidência de relações incestuosas é maior nas classes sociais mais desfavorecidas. Devemos, no entanto, levar em consideração que a amostra foi constituída com famílias que procuram um serviço público, e a grande maioria de usuários desses serviços são pessoas de baixa renda, enquanto que pessoas de melhor condição econômica reúnem mais condições de se dirigirem aos consultórios e clínicas particulares. Tudo isso, somado ao fato de que nas classes populares as condições de se manter em segredo essas relações são mais dificultadas, em razão até mesmo, entre outras coisas, das condições de moradia: casas de um só cômodo, muitas vezes sem portas nem janelas, que permitem uma maior visualização das ocorrências e, portanto, facilitam as denúncias. Todos esses fatores contribuem para que os números oficiais sejam maiores nas classes mais desfavorecidas. Somos de opinião, portanto, que não se pode afirmar que a problemática do incesto esteja restrita às famílias mais pobres ou, ainda, que seja um problema cuja única ou principal causa seja o fator econômico.

Com relação aos membros mais diretamente envolvidos na situação incestuosa, podemos afirmar o seguinte: os agressores, apesar da violência, gravidade e conseqüências que o ato praticado provoca, apareceram-nos como pessoas envolvidas com as famílias, que demonstram, sim, afeto pelos filhos e também sofrimento psíquico causado tanto pela percepção do ato cometido como pelas conseqüências provocadas por este. Devemos ainda levar em consideração o fato de que, em quatro das famílias estudadas, os agressores faziam uso abusivo do álcool, que, apesar de acreditarmos não ser a única causa da agressão, pode funcionar como um fator que potencializa a atuação do desejo incestuoso, uma vez que possibilita uma quebra na censura e isso pode facilitar a transposição dos limites transgeracionais; que as mães, apesar de terem papel preponderante nessas ocorrências, mantêm uma relação bastante estreita com seus filhos, inclusive com as vítimas, o que contribuiu para desmistificar a idéia de mães ausentes e indiferentes; que as vítimas, longe de encarnarem o papel de sedutoras e provocantes, se nos apresentaram como crianças e jovens dóceis, afetuosas, ingênuas e que demonstraram certo amadurecimento precoce, provocado pelas mudanças radicais que a ocorrência do incesto provoca, como a separação do grupo familiar, a perda na confiança do afeto do pai, a gravidez precoce, o abandono da escola, a curiosidade das pessoas em torno do ocorrido. Todos estes fatos nos reforçam a crença na necessidade de encarar essas situações sobre outro prisma, procurando não adotar atitudes maniqueístas de demonizar os agressores e culpabilizar as mães e vítimas.

Não queremos, com isso, negar a gravidade da ocorrência de uma relação incestuosa, ignorar as conseqüências possivelmente resultantes dessa situação ou, ainda, compactuar com os agressores, minimizando as responsabilidades que lhe são cabíveis no ato praticado. Insistimos, porém, na necessidade do entendimento desses casos sob a perspectiva da compreensão do funcionamento do sistema familiar, em que todos os integrantes estão envolvidos em uma trama de relações disfuncionais.

Somos conscientes das dificuldades em adotar essa atitude, uma vez que, mesmo nós, profissionais que lidamos com o assunto, ainda que munidos de um arsenal de conhecimentos e técnicas, fazemos parte e somos integrantes de um sistema social que abomina essas ocorrências, e, portanto, não ficamos imunes aos

sentimentos de repulsa e revolta que o incesto provoca. Consideramos, no entanto, de importância crucial a adoção dessa atitude, para que possamos obter uma compreensão mais abrangente dessas ocorrências, que, em razão da própria complexidade das interações humanas, não pode ser entendida pelo viés da moralidade e da censura. Essa atitude é, ainda, fundamental, para o estabelecimento de um bom vínculo terapêutico e o conseqüente sucesso da psicoterapia. Para isso, necessitamos passar por um difícil processo de desconstrução de nossas próprias crenças e valores, para não assumirmos atitudes que imponham um juízo de valor ou de julgamento moral que impossibilitem o estabelecimento de uma relação de confiança entre terapeuta e cliente.

Acreditamos, pois, que as informações obtidas acerca das interações afetivas dos indivíduos nos grupos podem servir de subsídio para intervenções terapêuticas que visem a uma reestruturação nos vínculos, possibilitando, assim, a reconstrução destes de forma a favorecerem o desempenho adequado de papéis dentro do grupo, proporcionando a vivência harmoniosa dessas relações afetivas que são fundamentais para a constituição emocional dos indivíduos. Podem, ainda, ser úteis ao melhor entendimento das questões relativas à prática incestuosa, contribuindo, como afirma Banchs (1995), para revelá-la, desmistificá-la, e, assim, combatê-la.

A Socionomia, pela sua crença na capacidade de auto-organização do ser humano, e através dos métodos interventivos da psiquiatria, – o Sociodrama, o Psicodrama e a Psicoterapia de Grupo – pode prestar um valioso auxílio na superação das feridas emocionais e relacionais a que foram submetidas as pessoas vítimas das relações incestuosas, uma vez que esses recursos instrumentais podem proporcionar-lhes a revivência dessas situações, assegurando-lhes, no palco psicodramático, a oportunidade de rematrização, que resultará na reedição dessas experiências, dando-lhes novas configurações, colaborando na construção de uma nova identidade, livre do peso das experiências dolorosas do passado:

Moreno oferece o palco psicodramático, com seus egos-auxiliares, para que seus protagonistas tenham ali experiências ilimitadas, concretizando todos os seus desejos e fantasias. O palco psicodramático passa a estar a serviço dele. [...]Essas experiências psicodramáticas podem fornecer condições básicas para que o indivíduo prossiga seu desenvolvimento normal. (FÉO, 1999, p.141).

Acreditamos, ainda, que, para o entendimento e enfrentamento dessas situações, além de conhecimentos e técnicas, precisamos exercitar a aceitação das

diferenças e a capacidade de inverter papéis, pois, só nos colocando no lugar do outro, poderemos ter noção da complexidade das ações humanas. Aqui, lembramos Freire (2001), quando afirma que “Isso implicaria tentar enxergar o avesso de si mesmo, melhor dizendo, escutar o excluído, o inédito, o indizível, o impalpável, o excedível, o destemperado” (p.11).

Precisamos, ainda, acreditar, tal como preconizou Moreno (1993), no potencial espontâneo e criativo do homem e na sua capacidade de autotransformação e organização, que lhe conferem suporte para recriar-se a cada momento, e superar as dificuldades que encontre.. Lembramos, então, os versos do poeta Sérgio Brito (2004)

Quando não houver saída,

Quando não houver mais solução

Ainda há de haver saída [...]

Enquanto houver sol,

Enquanto houver sol,

Ainda haverá.....

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAPIA. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Autores & Agentes & Associados, 1997.

A DEFESA do Estado Democrático de Direito. Ordem dos advogados do Brasil – OAB. Disponível em http://www.oab.org.br/hist_oab/defesa_estado.html. Acesso em 29.08.05

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

A LEI das XII tábuas. Advocacia e consultoria jurídica- <http://advocaciapiaui.sites.uol.com.br/apostxiitab.htm>, Acesso em 21.04.05

ALVES, J.C. M. **Direito Romano**. Rio de Janeiro: Forense, 1998

ALVIN, Patrick. Os adolescentes vítimas de abusos sexuais. In: GABEL, M (Org). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997

AMAZARRAY, Mayte R; KOLLER, Sílvia.H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica** [on line]. 1998. vol. 11, n.3, p.559-578. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300014. Acesso 22 .10. 2004.

ANDRADE, Ivanise. **Prostituição e exploração: comercialização do sexo jovem**. Disponível em <http://www.caminhos.ufms.br/reportagens/impressao.htm?artigo=45>, acesso em 28.04.2005.

ANDRADE, Luana A. **Um modelo de utilização do teste sociométrico na formação de grupos funcionais de alunos na educação infantil e ensino fundamental em uma escola da rede privada**. Apuração e análise de uma turma. 1998.144f. Monografia (Especialização) - Curso de Formação em Psicodrama Terapêutico. FEPS do Brasil, Fortaleza: FEPS do Brasil.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, v.7, n.2, p.3-11. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2002.

ARIÈS, **Philippe**. **História Social da Criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

ARVATI, Fabíola Z. Teste Sociométrico aplicado a pré-adolescentes. In: Congresso brasileiro de psicodrama, 7., 1990, Rio de Janeiro. **Psicodramatizando**. São Paulo: FEBRAP, 1990.

AZEVEDO, Maria A. Crimes sexuais bárbaros contra crianças e adolescentes: Alguns apontamentos. In: AZEVEDO, Maria A & GUERRA, Viviane N. (Orgs). **Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2000.

AZEVEDO, Maria A; GUERRA, Viviane N. **Pele de asno não é só história...**um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Roca, 1988.

_____, Maria A; GUERRA, Viviane N. Vitimação e Vitimização: Questões conceituais. In: Azevedo, Maria. A & Guerra, Viviane N. (Orgs) **Crianças vitimizadas - A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

_____, Maria. A; GUERRA, Viviane N. **Infância e violência doméstica: O castigo dos cacós quebrados**. São Paulo: Robe, 1995

_____, Maria A; GUERRA, Viviane. N; VAICIUNAS, Nancy. Incesto Ordinário: A vitimação sexual doméstica da mulher-criança e suas conseqüências psicológicas. In: Maria A; GUERRA, Viviane. N; (Orgs). **Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2000.

BALLONE, G. J. Abuso sexual infantil, In: PsiqueWeb, 2003. Disponível em <http://www.virtualpsy.org/infantil/abuso.html>. Acesso em 10.04.2005.

BADINTER, Elisabeth, **Um é o outro**, Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.

BANCHS, Maria A. O papel da emoção na representação do *self* e do outro em membros de uma família incestuosa. In: LANE, Sílvia T. M; SAWAIA, Bader B. (Orgs). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BANNISTER, Anne. Aprendendo a viver de novo – Técnicas psicodramáticas com jovens vítimas de abuso sexual. In: KARP, Márcia; HOLMES, Paul (Orgs). **Psicodrama: Inspiração e técnica**. São Paulo: Agora, 1991.

BARBOSA, Hélia. Abuso e exploração sexual de crianças: Origens, Causas, Prevenção e atendimento no Brasil. In: **Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

BRASIL. Constituição Federal 1988. **Constituição da república Federativa do Brasil, 1988**. PIOVEZANE, Pedro M. (org). São Paulo: Rideel, 1999.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Fortaleza: CEDCA/Ce, 2003.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social – secretaria de estado de Assistência Social. **Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília: MPAS, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço** / Secretaria de Políticas de saúde Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à saúde. **Notificação de maus tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRITO, Sérgio. Enquanto houver sol. In: **Celebridade**. Rio de Janeiro: Som Livre, 2004. 1 compact disc (ca 57.55 min)

BUSTOS, Dalmiro Manoel. **O teste sociométrico: fundamentos, técnica e aplicações**. São Paulo: Brasiliense, 1979

_____, Dalmiro Manoel. **Perigo... amor à vista!** Drama e psicodrama de casais. São Paulo: Aleph, 1990.

BUTLER, Sandra. **A conspiração do silêncio: o trauma do incesto**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CABRAL, Jussara T. **A sexualidade no mundo ocidental**. Campinas: Papirus, 1999

CAMINHA, Renato M. A violência e seus danos à criança e ao adolescente. In: AMENCAR (Org) **Violência doméstica**. Brasília: UNICEF, 2000.

_____, Renato M. Incesto. In **Dicionário neurociências**. Disponível em <http://www.psiqweb.med.br/gloss/dici.htm> acesso em 10.09.05

CAMPOS, Danielle S. O abuso sexual doméstico contra crianças: considerações teóricas e observações sobre uma realidade. In: PINHEIRO, Ângela; LUSTOSA, Patrícia; XIMENES, Verônica (Orgs). **Práxis em Psicologia**. Fortaleza: UFC, 2002.

_____, Danielle S, **A mão que afaga é a mesma que apedreja**, disponível em <http://www.nucepec.hpg.ig.com.br/apedreja.htm>. Acesso em 26. 04.2005.

CASTRO, Dina L. B. M. **Violência doméstica contra criança: Desmistificando o mito incondicional da família protetora**. 1998.113f. Monografia. (Curso de Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza: 1998.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro:Zahar Editores, 1985.

COHEN, Cláudio, **O incesto, um desejo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

_____, Cláudio, **O incesto**. In: AZEVEDO, Maria A; GUERRA, Viviane N. (Orgs). **Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, Cláudio; GOBBETTI, Gisele J. **O incesto: o abuso sexual intrafamiliar**. In: http://violenciasexual.org.br/textos/PDF/incesto_cohen.pdf. Acesso em 14.03.05

CROMBERG, Renata Udlar. **Cena Incestuosa: abuso e violência sexual**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

COSTA, Gal. Fantasia. São Paulo: Philips, 1981. 1 disco sonoro (ca. 50 min), 33 1/1rpm, 12pol.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

COSTA, Wedja Granja. **Socionomia como expressão de vida: um modelo de sistematização da teoria de Moreno**. Fortaleza: Fundação de Estudos e Pesquisas Socionômicas do Brasil, 1996.

COSTA, Wedja Granja. Socionomia. In: COSTA, , Wedja Granja, RIQUET, Sílvia H, ANDRADE, Lêda A. **Cronosplatia Holográfica Universal – Projeto Águas Belas**. Transtornos Psicoafetivos. Fortaleza: FEPS do Brasil, 2000.

DARO, Déborah ; SVEVO, Kimberly. R. Revisão resumida do abuso infantil e da negligência na América do norte. In: **Inocência em perigo: Abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

DAY, Vivian Peres, TELLES, Lisieux Elaine de Borba, ZORATTO, Pedro Henrique *et al.* **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul. Porto Alegre, v.25. sup. 1, p.9-21. Abril. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003. Acesso em 25.05.2005.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948. Disponível em <http://www.unhcr.ch/udhr/lang/por.htm>. Acesso em 19.04.2006.

DELANY, Joseph S. Incesto. **The Catholic Encyclopedia**. Disponível em <http://www.encyclopediacatolica.com/i/incesto.htm>. Acesso em 26.09.05.

CÓDIGO de Hamurábi. DHnet. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm>, acesso em 21.04.2005.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DOURADO, Ana; FERNANDEZ, Cida. **Uma história da Criança Brasileira**. Belo Horizonte: Palco, 1999.

DURANT, Will. **História da Civilização**. São Paulo: Editora Nacional, 1944.

ECPAT. **What is commercial sexual exploitation of children?** Disponível em <http://www.ecpat.net/eng/CSEC/faq/faq1.asp>. Acesso em 14 de maio, 2005.

FAGUNDES, Teresinha de Lisieux Q.F. Da Questão Médica e Individual ao Problema Social: Uma análise do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. In: GADELHA, Graça; Barbosa, Hélio. **Construindo uma história: tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. Salvador: CEDECA-BA, 1993.

FAIMAN, Carla Júlia S. **Abuso sexual em família: a violência do incesto á luz da Psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FALEIROS, Eva S. T. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília:Cecria, 2000. Disponível em <http://www.ciespi.org.br/bibliografias.htm> Acesso em 08.07.05.

_____, Eva S. T, Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Disponível em http://www.cedeca.org.br/PDF/exploracao_sexual_litica_cavalcanti.pdf. Acesso em 18.05.05

FÉO, Milene De S. Identidade, matriz de identidade e identificação – Gênese do potencial ético ou humano? **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 7, n.1. São Paulo: FEBRAP, 1999.

FERREIRA, Ana L; SCHRAMM, Fermin R. Implicações éticas da violência doméstica contra a criança para profissionais de saúde. **Revista de saúde pública**, v.6, n.34, p. 659-65. Dezembro, 2000. Disponível em http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-8910200000600016. Acesso em 13.09.2005.

FERREIRA, Maria Flávia. Relação esquecida: a mãe nos bastidores do abuso sexual entre pai e filha. **Psicopedagogia on line**. Disponível em <http://psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=223>. Acesso em 07.03.05.

FIGARO, Cláudia J. **Famílias incestuosas e sua relação com a psicanálise: os desafios institucionais do Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso sexual – CEARAS**. Disponível em http://www.estadosgerais.org/historia/51-familias_incestuosas.shtml. Acesso em 14.10.2005.

FINKELHOR , David. The international epidemiology of child sexual abuse. **Child abuse and Neglect**, v. 18, 1994, p. 400-417

FINKELHOR, David; HOTALING, Gerald L. Sexual abuse in the national incidence study of child abuse and neglect: An appraisal. **Child abuse and Neglect**, v. 8, n. 1, 1984, p. 23-32.

FINKELHOR , David; BROWNE, A. The traumatic impact of child sexual abuse. **American Journal of Orthopsychiatry**, 1986.

FLORES, Renato Z. CAMINHA, Renato M. Violência sexual contra crianças e adolescentes: algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**. v.16, n.2,1994.

FONSECA, Guido. **História da prostituição em São Paulo**. São Paulo: Resenha Universitária, 1982

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977

FREIRE, José Célio. As psicologias na modernidade tardia: o lugar vacante do outro. *Psicol. USP*. [online]. 2001, vol.12, n.2 p.73-93. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200005 Acesso em 10.12.2005.

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu**.Obras completas de Sigmund Freud. Tomo II. 3ed. Madrid:Biblioteca Nueva,1912-13/1973.

FRIEDMAN, Stanley R. What is Child Sexual Abuse? **Journal of Clinical Psychology**, v. 46, p. 373-375, 1990.

GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

GADELHA, Graça. **O discurso e a realidade social nos caminhos da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Disponível em http://www.caminhos.ufms.br/colunistas/colunistas_view.htm?id=16. Acesso em 05.09.2005.

GAUDERER, Crhistian E; MORGADO, Katia. Abuso sexual na criança e no adolescente. **Jornal de Pediatria**, v. 68, p 7-8, 1992.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In ARIÈS, Philipe. (org). **História da vida privada**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

GENEVA DECLARATION ON THE FUTURE OF THE WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION , 1924. Disponível em <http://www.cptech.org/ip/wipo/genevadeclaration.html>. Acesso em 19.04.2006.

GONÇALVES, Camila S. **Lições de Psicodrama**: Introdução ao pensamento de J.L. Moreno. São Paulo: Àgora, 1988.

GUERRA, Viviane N. A. **Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas**. São Paulo: Cortez, 1984.

HABIZANG, Luísa F; CAMINHA, Renato M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes** – Conceituação e intervenção clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HIRONAKA, Giselda M.F.N. Se eu soubesse que ele era meu pai... **Jus Navigandi**, v. 4, n. 41, 2000. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=529> . acesso em 10.09.2005.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Mini-Aurélio do século XXI** – o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

JUNQUEIRA, Maria de Fátima Pinheiro da Silva J. Violência e abuso sexual infantil: uma proposta clínica. **Cadernos de Psicanálise**. Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro. v.18, n.21, p. 209-226, 2002.

KAUFMAN, Fani G. O Teste Sociométrico. In: Monteiro, Regina F. (Org). **Técnicas fundamentais do Psicodrama**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

KNUTSON, John F. Psychological Characteristics of Maltreated Children: Putative Risk Factors and Consequences. **Annual review of Psychology**, v.46, p. 401-431, 1995.

KRISTENSEN, Christian H; OLIVEIRA, Margrid S; FLORES, Renato Z. Violência contra crianças e adolescentes na Grande Porto Alegre: pode piorar? In: AMENCAR (org). **Violência doméstica**. Brasília: UNICEF, 2000.

LEVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. São Paulo: Vozes, 1976.

LIBORIO, Renata Maria. L, MOURA, Juliana A. Parceria pacto São Paulo contra a violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. In: I Fórum de extensão universitária da FCT –UNESP,2003, São Paulo. **Anais eletrônicos**.São Paulo:UNESP, 2003. CDRom.

MARINEAU, René F. **Jacob Levi Moreno, 1889-1974: Pai do psicodrama, da sociometria e da psicoterapia de grupo**. São Paulo:Ágora, 1992.

MARTÍN, Eugênio G. **Psicologia do encontro: J.L. Moreno**. São Paulo: Ágora, 1996.

INCEST. **Merrian-Webster on line dictionary**. Disponível em <http://www.m-w.com/cgi-bin/dictionary?book=Dictionary&va=incest&x=18&y=18>. Acesso em 27.09.2005.

MINAYO, Maria Cecília de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de saúde pública**, v.10, n.1, p. 7-18, 1994.

MORENO, Jacob L. **Las bases de la psicoterapia**. Buenos Aires: Hormé, 1967.

_____, Jacob L. O teatro da espontaneidade. São Paulo: Summus, 1984.

_____, Jacob L. **As palavras do Pai**. Campinas: Editorial Psy, 1992a.

_____, Jacob L. **Quem sobreviverá?** Fundamentos da Sociometria, Psicoterapia de Grupo e Sociodrama. Vol. 1. Goiânia: Dimensão, 1992b.

_____, Jacob L. **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 1993.

_____, Jacob L. **Quem sobreviverá?** Fundamentos da Sociometria, Psicoterapia de Grupo e Sociodrama. Vol. 3. Goiânia: Dimensão, 1994.

_____, Jacob L. **Psicoterapia de Grupo e Psicodrama: introdução à teoria e à práxis**. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

MOTT, Luís. Pedofilia e pederastia no Brasil antigo. In: DAL PRIORI, Mary. (org) **História da Criança no Brasil**. São Paulo:Contexto, 1991.

MUSSEN, Paul H, et al. **Desenvolvimento e personalidade da criança**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1977.

NARVAZ, Martha G. **Quem são as mães das vítimas de incesto?**

http://gravatai.ulbra.tche.br/psicologia/conteudo/revistas/artigo_60.html. Acesso em 10.12.05.

NATHAN, Tobie. Há algo de padre no reino de Édipo. In GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

NEPOMUCENO, Valéria. A violência e a exploração sexual – vidas marcadas. In: CABRAL, Edson A. (org). **Sistema de garantia de direitos** – um caminho para a proteção integral. Recife: Cendhec, 1999.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino, O estatuto da criança e do adolescente, princípios, diretrizes gerais e linhas de ação. In CABRAL, Edson A. (organizador). **Sistema de garantia de direitos** – um caminho para a proteção integral. Recife: Cendhec, 1999.

NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Relatório quali quantitativo condensado: período de julho a dezembro/2005. Fortaleza: SAS, 2005.

NUNES, Maria do Rosário. Políticas públicas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência. In: AMENCAR (Org). **Violência doméstica**. Brasília, UNICEF, 2000.

PEREIRA, Silvana M; FERRIANI, Maria das Graças C; HIRATA, Marisa C. Promoção de direitos humanos sexuais e reprodutivos X violência sexual. In: **Adolescer: compreender, Atuar, acolher/Associação Brasileira de enfermagem**. Brasília: ABEn, 2001.

PICHON-RIVIÉRE, Enrique. **Teoria do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, (1998).

PINHEIRO, Ângela de A.A. **A criança e o adolescente no cenário da redemocratização**: representações sociais em disputa. 2001. 372 f. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

POLANCZYK, Guilherme V; ZAVASCHI, Maria L; BENETTI, Sílvia, ZENKER, Raquel; GAMMERMAN, Patrícia W. **Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil**. Revista de Saúde Pública, v.37, n.1, p. 8-14, 2003.

PORTO, Paulo César M. As mentiras e verdades sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, In: CABRAL, Edson. A. (organizador). **Sistema de garantia de direitos** – um caminho para a proteção integral. Recife: Cendhec, 1999a.

_____, Paulo César M. Os principais avanços do Estatuto da Criança e do Adolescente, em face da legislação anterior revogada, In: CABRAL, E. A. (org). **Sistema de garantia de direitos** – um caminho para a proteção integral. Recife: Cendhec, 1999b.

_____, Paulo César M. Evolução dos direitos Humanos, In: CABRAL, Edson A. (org). **Sistema de garantia de direitos** – um caminho para a proteção integral. Recife: Cendhec, 1999c.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DAL PRIORI, Mary, (org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo:Contexto, 2000.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Amais, 1997.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1998.

ROLIM, Marcos, Pedofilia: até onde está o crime? Disponível em <http://www.rolim.com.br/2002/modules.php?name=News&file=article&sid=234>. Acesso em 05.09.2005.

ROUSSEAU, Jean J. **Emílio ou da educação**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.

SÁ, Alvino A. Algumas questões polêmicas relativas à psicologia da violência. **Psicologia, Teoria e Prática**. v. 1, n.2,p.53-63, 1999.

_____, Heleieth. I. B. Exploração sexual de crianças. In: Azevedo, Maria A; Guerra, Viviane N. (org). **Crianças Vitimizadas** – A síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989a.

_____, Heleieth. I. B. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: Azevedo, Maria A; Guerra, Viviane N. (org). **Crianças Vitimizadas** – A síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989b.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. A síndrome do pequeno poder. In: Azevedo, MARIA A; Guerra, Viviane N. (orgs). **Crianças Vitimizadas – A síndrome do pequeno poder.** São Paulo: Iglu, 1989c.

_____, Heleieth I.B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil. In MADEIRA, Felícia R. (Org.) **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.

SANTOS, Cleide M. A. Crianças e Adolescentes: uma questão de visibilidade. In: **Infância e Adolescência em discussão.** Fortaleza: UFC, CBIA, 1994.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO / Coordenadoria de Políticas de Saúde. Núcleo de Normatização da Atenção à Saúde-Adolescente. **Guia de implantação da comissão de maus-tratos contra criança e adolescente.** Fortaleza: Secretaria de Saúde, 2003.

SENEVIRATNE, Maureen. Abuso e exploração sexual de crianças no Sri Lanka. In **Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet.** Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

TOMKIEVICZ, Stanislaw. Violência e abusos sexuais em instituições para crianças e adolescentes. In GABEL, Marceline (org). **Crianças vítimas de abuso sexual.** São Paulo: Summus, 1997.

VANRELL, Jorge P, **Maus tratos na infância – aspectos bio-psico-sociais.** Disponível em <http://www.pericias-forenses.com.br/maustratos.htm>, acesso em 26.04.2005.

VASCONCELOS, Rejane B. Estatuto da Criança e do Adolescente – um desconhecido que se fez famoso. 1995. Monografia. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza: 1995.

VILHENA, Júnia de. A arquitetura da violência: reflexões acerca da violência e do poder na cultura. **Cadernos de Psicanálise.** V. 18, n. 21, p. 181-199. 2002.

APÊNDICES